

**O QUINTAL AÇORIANO:  
fragmentos e potenciais**

Fernanda Aide Seganfredo do Canto

Fernanda Aide Seganfredo do Canto

**O quintal açoriano: fragmentos e potenciais**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Museologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes

Coorientador: Aracídio de Freitas Barbosa Neto

Florianópolis  
2020



Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Canto, Fernanda Aide Seganfredo do

O quintal açoriano : fragmentos e potenciais / Fernanda Aide Seganfredo do Canto ; orientadora, Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes, coorientador, Aracídio de Freitas Barbosa Neto, 2020.

210 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Museologia,  
Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Museologia. 2. quintais açorianos. 3. patrimônio ambiental. 4. patrimônio natural e cultural. 5. comunidades e povos tradicionais. I. Lopes, Thainá Castro Costa Figueiredo. II. Barbosa Neto, Aracídio de Freitas. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Museologia. IV. Título.

Fernanda Aide Seganfredo do Canto

**O quintal açoriano: fragmentos e potenciais**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel em Museologia” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Museologia – UFSC.

Florianópolis, 03 de março de 2020.

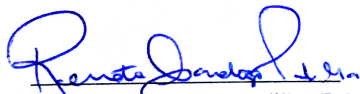


Prof.<sup>a</sup> Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes  
Coordenadora do Curso

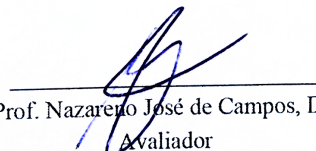
**Banca Examinadora:**



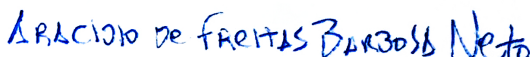
Prof.<sup>a</sup> Thainá Castro C. Figueiredo Lopes  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.<sup>a</sup> Renata Cardozo Padilha, Dr.<sup>a</sup>  
Avaliadora  
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Nazareno José de Campos, Dr.  
Avaliador  
Universidade Federal de Santa Catarina



Aracício de Freitas Barbosa Neto  
Coorientador  
Geógrafo do Dpto de Unidades de  
Conservação da Fundação de Meio  
Ambiente de Florianópolis  
(DEPUC/FLORAM)



Prof. Orlando Ferretti, Dr.  
Avaliador  
Universidade Federal de Santa Catarina

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Lidia Nayr Seganfredo, que com muita paciência e amor sempre aceitou quem sou e o que quero ser. Ao meu pai, Paulo do Canto, pela cumplicidade à distância, por sua presença na ausência. Às tias amadas, Clea e Paulete, grandes incentivadoras das minhas pesquisas.

Esses cinco anos de faculdade foram um ciclo maravilhoso de descobertas sensíveis e crescimento interior. Grandes responsáveis são meus inseparáveis companheiros de curso, que deram brilho e colorido a todos esses anos de graduação e com quem espero realizar muitos projetos ainda em nome da Tombô: Alex Padilha, Nathalia Maia, Raisa Ramoni e Rogerio Satil.

Agradeço às pessoas incríveis que me acompanham e que permitem *deixar minha luz brilhar e ser muito tranquila*, em primeiro lugar, a Carlos Alberto Pontalti, por me falar sobre aprender pelo encantamento e por trazer Manoel de Barros e a temática ambiental para dentro de casa; e também a Recy Clayton, Paloma Alves, Cawe Coy, Bianca Minink Villa, Anderson Zanella, Jair Molina, Fernando Alexandre, Moniele Ribeiro, Fernanda Haskel, Paula Cardoso Pereira, Lucas Brandão, pelos diversos e frequentes momentos de felicidade.

À Prof.<sup>a</sup> Thainá Castro, pela paciência e confiança na orientação desta pesquisa e a todos/as os/as professores/as do curso de Museologia, com quem realmente aprendi o que é uma ciência social aplicada. À Prof.<sup>a</sup> Rosangela Cherem, pelas indicações bibliográficas e pelo incentivo sempre. A Renata Cardozo Padilha, Nazareno José de Campos e Orlando Ferretti, por aceitarem compor a banca de avaliação deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); e aos responsáveis pelos quintais que aceitaram conversar sobre eles.

Agradecimentos especiais a Cid Neto, por ser o colecionador das melhores histórias e lugares que já ouvi e habitei. Pela coorientação de estágio e TCC, pelo convite a integrar o Coletivo UC da Ilha, pelas caminhadas no mato, pela convivência alegre e amorosa. Por ser o grande mentor desse trabalho e por me revelar uma Ilha até então desconhecida e apaixonante.

Ao Coletivo UC da Ilha, o qual represento com muito orgulho. Em especial à Flora Neves, parceira jornalista nas produções audiovisuais da entidade.

Ao Núcleo de Estudos Açorianos (NEA/UFSC), lugar onde reencontrei minha ascendência açoriana! A Francisco do Vale Pereira e Mônica Andrea Brogliatti Rocha (bolsista do NEA), que foram sempre atenciosos e generosos no compartilhamento de informações.

À Silvane Dalpiaz do Carmo e ao Departamento de Educação Ambiental (DEPEA/FLORAM); a Mauro Manoel da Costa e ao Departamento de Unidades de Conservação (DEPUC/FLORAM); aos professores Natalia Hanazaki e Nivaldo Peroni, e ao Laboratório de Ecologia Humana e Etnobotânica (ECOHE/UFSC), que aceitaram me receber como estagiária e deram todo suporte para meu crescimento como pesquisadora.

À Base Avançada do CNPT (ICMBio), simplesmente por existir enquanto instituição governamental que se dedica a melhorar a vida das pessoas que formam as comunidades e povos tradicionais. Um trabalho complexo, extremamente sensível e emocionante que Iara Vasco, Carolina Alvite e Janina Huk desempenham de forma exemplar na região sul.

À própria Universidade Federal de Santa Catarina, que frequento desde 2004 e que resiste bravamente a todos os momentos de crise, buscando cumprir com sua missão de oferecer educação pública, gratuita e de qualidade; e muito mais do que isso, por reunir num mesmo ambiente pessoas de diferentes origens e visões de mundo, possibilitando o encontro e o diálogo. A potência transformadora desse espaço me incentiva a acreditar que somente pelo amor e pela compreensão conseguiremos construir uma sociedade mais justa e harmoniosa entre os seres humanos e o planeta.

À memória de Hieronymus Parth, com quem compartilhei, num breve tempo, muitos sonhos e ideais de um mundo de felicidade e paz. Porque, como canta o sábio, *no Desterro, as bruxas estão soltas. Então, solta as amarras e deixa o amor fluir*. Em tempo, à memória de Eduardo Jorge Felix Castells, orientador da minha primeira graduação, em design gráfico nesta mesma instituição. Para ele eu gostaria de dizer que *os egípcios acreditavam que aquele cujo nome fosse falado, vivia*. Lembrar é viver.

## O APANHADOR DE DESPERDÍCIOS

Uso a palavra para compor meus silêncios.  
Não gosto das palavras  
fatigadas de informar.  
Dou mais respeito  
às que vivem de barriga no chão  
tipo água pedra sapo.  
Entendo bem o sotaque das águas.  
Dou respeito às coisas desimportantes  
e aos seres desimportantes.  
Prezo insetos mais que aviões.  
Prezo a velocidade  
das tartarugas mais que a dos mísseis.  
Tenho em mim esse atraso de nascença.  
Eu fui aparelhado  
para gostar de passarinhos.  
Tenho abundância de ser feliz por isso.  
Meu quintal é maior do que o mundo.  
Sou um apanhador de desperdícios:  
Amo os restos  
como as boas moscas.  
Queria que a minha voz tivesse um formato de  
canto.  
Porque eu não sou da informática:  
eu sou da invencionática.  
Só uso a palavra para compor meus silêncios.

## RESUMO

A ocupação de Florianópolis teve ao longo do tempo uma expressiva tradição agrícola. A partir da colonização açoriana no litoral catarinense (1748-1756), os conhecimentos indígenas e a mão-de-obra escravizada foram utilizadas pelos novos habitantes, estabelecendo-se uma forma característica de produção, inicialmente voltada à subsistência. Os intensos usos dos recursos ocasionaram na perda de parte da fauna e flora nativas e consequente modificação da paisagem. Com o processo de urbanização, sobretudo a partir de 1960, houve um declínio das práticas rurais. Os remanescentes dessas feições se encontram também nos dias de hoje, em diferentes formas e estados de conservação e de usos: áreas de relevância, como Ratonas, Ribeirão da Ilha e Sertão do Ribeirão (Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri), onde há uma certa concentração de atividades agrícolas; e fragmentos desses processos, que estão por toda parte, inclusive no centro da cidade. Além disso, há novas práticas agrícolas que dão sequência a essas atividades, despontando a Agricultura Urbana. Essa expressão específica do uso da terra, que aproveita conhecimentos indígenas e africanos, adaptando-os a uma cultura açórico-madeirense, nomeia-se “quintal açoriano”, e foi desenvolvida pelos colonizadores a partir das necessidades encontradas nesse novo território. Atualmente, elementos clássicos relacionados aos sítios, – como espécies vegetais de utilidade doméstica, alimentícia e medicinal – somados a um conjunto de edificações históricas ou ruínas, denotam a característica histórico-cultural desses lugares, que resistem até hoje e necessitam de interlocutores que auxiliem em seu reconhecimento e valorização. Sua proteção e conservação adequadas podem ter implicações econômicas e sociais positivas, ligadas à manutenção de um modo de viver e de uma identidade cultural; ao fomento do Turismo de Base Comunitária; além de garantirem paisagem, habitat, corredor ecológico para dispersão da fauna e equilíbrio do modo de ocupação em função do meio ambiente e da cultura. Aliado a isso, contribui para o desenvolvimento de novas tendências, tanto a nível municipal como o Programa Municipal de Agricultura Urbana (Decreto Municipal 17.688/2017), quanto a nível federal, com a garantia do patrimônio genético associado a populações tradicionais (Lei 13.123/2015). A identificação e estudo desse patrimônio natural e cultural traz à Museologia o desafio de reconhecer e interpretar esses símbolos históricos presentes no município de Florianópolis e região, com o intuito de preservar a cultura material e imaterial e cumprir com seu papel social e de proteção do patrimônio em risco.

**Palavras-chave:** quintais açorianos; patrimônio ambiental; museologia

## ABSTRACT

The occupation of Florianópolis was, over time, an expressive agricultural tradition. From the Azorean colonization on the coast of Santa Catarina (1748-1756), indigenous knowledge and enslaved labor were used by the new inhabitants, establishing a characteristic form of production aimed at subsistence. As a result, there was a change in the landscape, with the extermination of part of the flora and fauna. With the urbanization process, especially since 1950, there was a decline in rural practices. The remnants of these features are still found today, in different forms and states of conservation and uses: areas of relevance, such as Ratonés, Ribeirão da Ilha and Sertão do Ribeirão (Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri), where there is a certain concentration of agricultural activities; and fragments of these processes, which are everywhere, including in the city center. In addition, there are new agricultural practices that give continuity to these activities, with the emergence of Urban Agriculture. This specific expression of land use, which takes advantage of indigenous and African knowledge, adapting it to an Azorean-Madeiran culture, is called “Azorean backyard”, and was developed by the colonizers based on the needs found in this new territory. Currently, classic elements related to the sites - such as plant species of domestic, food and medicinal utility - added to a set of historic buildings or ruins, denote the historical-cultural characteristic of these places, which resist until today and need interlocutors to assist in recognition and appreciation. Its adequate protection and conservation can have positive economic and social implications, linked to the maintenance of a way of life and a cultural identity; the promotion of Community Based Tourism; in addition to guaranteeing landscapes, habitats, ecological corridors for the dispersal of fauna and balance of occupation according to the environment and culture. Allied to this, it contributes to the development of new trends, both at the municipal level and the Municipal Urban Agriculture Program (Municipal Decree 17.688/2017), and at the federal level, with the guarantee of the genetic heritage associated with traditional populations (Law 13.123/2015). The identification and study of this natural and cultural heritage brings to Museology the challenge of recognizing and interpreting these historical symbols present in the city of Florianópolis and region, in order to preserve the material and immaterial culture and fulfill its social and heritage protection role at risk.

**Keywords:** Azorean backyards; environmental heritage; museology

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Classificações para a Paisagem Cultural segundo a UNESCO .....	48
Figura 2: Quadro dos cinco estratos da paisagem cultural .....	55
Figura 3: Folha da mandioca, do tupi mãdi'oka ( <i>Manihot esculenta</i> )... ..	86
Figura 4: Conjunto de bambuzal, folhas e frutos de noqueira e pitangueira .....	97
Figura 5: Conjunto de folhas e frutos de laranjeira, grumixameira e pé de cabeludinha .....	98
Figura 6: Conjunto de exemplares de cedro, imbirauçu, jacatirão-mirim, tanheiro e aroeira .....	99
Figura 7: Conjunto de exemplares de pau jacaré, guamirim-da-folhamiúda, seca-ligeiro, açoita-cavalo, grandiuva, jerivá, embaúva, garapuvu e guaçatonga .....	100
Figura 8: Conjunto de exemplares de picão-preto, quebra-pedra, gervão-preto, macela, erva-baleeira, capim-rabo-de-burro e carqueja.....	102
Figura 9: Conjunto de exemplares de araçazeiro, camboatá-vermelho, gabirobeira, espinheiro-maricá, gravatá e cipó-de-são-joão .....	103
Figura 10: Esquema teórico de uma área de uso comum.....	105
Figura 11: Campos comuns da Ilha de Santa Catarina .....	106
Figura 12: Franklin Cascaes e um varal de tainhas escaladas .....	113
Figura 13: Desenho esquemático de um engenho tipo cangalha .....	114
Figura 14: Porto de Desterro/Florianópolis (esq.) e Trapiche do continente, antes da inauguração da Ponte Hercílio Luz, em 1926 (dir.) .....	123
Figura 15: Quintal de uma casa na Praia de Fora (próximo à Praça Esteves Júnior – Beira-mar norte) .....	124
Figura 16: Ruínas no Parque Natural Municipal do Maciço da Costeira .....	139
Figura 17: Ruínas no Rio Tavares .....	139
Figura 18: Casarão da Dona Loquinha - Fachada Lateral Sul - situação atual .....	140
Figura 19: Jabuticabeira centenária no Rio Tavares .....	141
Figura 20: Mazinho conduz grupo de pesquisadores por fora da ruína do Engenho da Cachoeira, em Naufragados.....	143
Figura 21: Paisagem Cultural do Sertão do Ribeirão.....	145
Figura 22: Placa informando que o alambique “Indaiá voltou a pingar”; produção de melado e vista externa do Alambique do Adilson.....	148



Figura 23: Vista aérea do Ecomuseu do Ribeirão da Ilha.....	151
Figura 24: Ecomuseu do Ribeirão da Ilha.....	152
Figura 25: Mapa com a localização do Museu Etnográfico Casa dos Açores, Ilha de SC à direita .....	154
Figura 26: Vista do conjunto açoriano tombado pelo IPUF em Biguaçu.....	155
Figura 27: Bica/Fonte dos escravos, caminho e placa de identificação.....	156
Figura 28: Árvore de Cajá-manga, fruto e placa de identificação .....	158
Figura 29: Vista aérea do quintal da Divina Providência .....	159
Figura 30: Rio que percorre a comunidade Nova Descoberta e passa pelo quintal da Divina Providência .....	160
Figura 31: Quintal da Divina Providência, vista da frente e dos fundos .....	161
Figura 32: Vista aérea do Colégio Bom Jesus e Noviciado da Divina Providência .....	163
Figura 33: Mapa de 1900 destacando área dos futuros Colégio Bom Jesus e Noviciado da Divina Providência.....	164
Figura 34: Vista aérea da Trindade, Santa Mônica e “cidade universitária” .....	165
Figura 35: Segunda visita ao quintal da Divina Providência.....	167
Figura 36: Mapa cultural dos engenhos.....	179
Figura 37: Os doze princípios de planejamento permacultural .....	184

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALAM Associação Latino-Americana de Museologia  
APA Área de Proteção Ambiental  
APP Áreas de Preservação Permanente  
APL Área de Preservação com Uso Limitado  
ARR Área Residencial Rural  
AUE Áreas de Urbanização Especial  
CDB Convenção sobre Diversidade Biológica  
CEPAGRO Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo  
CGen Conselho de Gestão do Patrimônio Genético  
CNPT Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade  
CNRC Centro Nacional de Referências Culturais  
DEPUC Departamento de Unidades de Conservação  
ECOHE Laboratório de Ecologia Humana e Etnobotânica  
FAMABI Fundação Municipal do Meio Ambiente de Biguaçu  
FCC Fundação Catarinense de Cultura  
FLORAM Fundação de Meio Ambiente de Florianópolis  
FUNAI Fundação Nacional do Índio  
ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
ICOM Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas  
ICOMOS Conselho Internacional de Monumentos e Sítios  
IFLA Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas  
IMN Inspetoria de Monumentos Nacionais  
IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
IPUF Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis  
IUCN União Internacional para a Conservação da Natureza  
LACAF Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar  
MINOM Movimento Internacional para uma Nova Museologia  
MMA Ministério do Meio Ambiente  
MONA Galheta Monumento Natural Municipal da Galheta  
MONA da Lagoa do Peri Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri  
NEA Núcleo de Estudos Açorianos  
OIT Organização Internacional do Trabalho  
ONU Nações Unidas  
PAEST Parque Estadual da Serra do Tabuleiro  
PANAMC Parque Natural Municipal do Morro da Cruz  
PNMA Política Nacional de Meio Ambiente

PNMLJDS Parque Natural Municipal da Lagoa do Jacaré das Dunas do Santinho

PNPI Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

PNUMA Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RPPN Reservas Particulares do Patrimônio Natural

SisGen Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado

SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPHAN Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UC Unidade de Conservação

UDESC Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

UFPE Universidade Federal de Pernambuco

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>GLOSSÁRIO</b> .....	16
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	21
<b>1 O CAMINHO ATÉ O QUINTAL</b> .....	30
1.1 PATRIMÔNIO(S).....	32
1.2 PAISAGEM .....	46
1.3 MUSEOLOGIA E MUSEU.....	60
1.4 MEMÓRIA AMBIENTAL DA NATUREZA.....	79
<b>2 OS QUINTAIS AÇORIANOS</b> .....	93
2.1 O QUE SÃO QUINTAIS AÇORIANOS .....	95
2.2 FLORIANÓPOLIS: PARADOXO ENTRE O ANTIGO E O NOVO .....	108
2.3 DECLÍNIO AGRÍCOLA E PROCESSO DE URBANIZAÇÃO: O FIM DOS QUINTAIS AÇORIANOS? .....	120
<b>3 UM PANORAMA</b> .....	133
3.1 FRAGMENTOS E RESISTÊNCIA .....	138
3.1.1 <i>Ecomuseu do Ribeirão da Ilha</i> .....	151
3.1.2 <i>Museu Casa dos Açores</i> .....	153
3.2 QUINTAL DA DIVINA PROVIDÊNCIA, FLORIANÓPOLIS/SC .....	159
<b>4 APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS</b> .....	171
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	186
<b>ANEXO 1: GUIAS DE ENTREVISTAS</b> .....	201
<b>ANEXO 2: TABELA DE MARCOS DOCUMENTAIS DO PATRIMÔNIO E MEIO AMBIENTE</b> .....	202

## GLOSSÁRIO

**Quintais:** São terrenos geralmente aos fundos da casa, de tamanhos e usos variados, que podem conter jardim, horta, pomar, e ainda criação de animais e aparatos típicos da produção rural, como engenhos, alambiques ou casas auxiliares. Pequena quinta. Também se refere a um antigo sistema de medidas, no qual um quintal equivaleria a quatro arrobas ou cem quilogramas (BUENO, 1994).

**Jardins:** São espaços de recreio que existem desde a antiguidade. Há vinte e cinco séculos já eram famosos os jardins suspensos da Babilônia. Egito, Grécia e Roma também usufruíram deles, conservando-os bem aparados de modo a ocultar recantos e templos. Na França, o jardim é um espaço arquitetônico, desenvolvendo um estilo próprio, com árvores e plantas dispostas de forma equidistante, quincunces, com imensos canteiros e pequenos lagos, fontes e estátuas (ENCICLOPÉDIA DELTA JR., 1963). Há reprodução de jardins, inclusive com o aproveitamento de espécies locais por toda parte, inclusive no Brasil, onde o expoente do paisagismo é o consagrado Roberto Burle Marx. Dentre suas obras, estão os jardins do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e todo paisagismo original do aterro da Baía Sul em Florianópolis.

A primeira conferência entre o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e a Federação Internacional de Arquitetos da Paisagem (IFLA), que aconteceu de 13 a 18 de setembro de 1971 no Château de Fontainebleau (França), traz a definição de **jardim histórico** como sendo “[...] uma composição arquitetônica e hortícola de interesse para o público do ponto de vista histórico e artístico”. (ICOMOS, 1993, p. 41).

**Jardins botânicos** são geralmente áreas confinadas, destinadas à conservação de espécimes vegetais, para fins de estudo e replicação. Podem abrigar arboretos e horto florestais. Florianópolis conta com um Jardim Botânico

público e aberto à visitação desde novembro de 2016, formalizado no ano seguinte pelo Decreto Municipal 17.708/17. Passados alguns anos, o Jardim Botânico ainda não despontou em seu objetivo, servindo mais como espaço de lazer ao ar livre para a comunidade do entorno, mantendo seu enorme potencial principalmente em relação ao Parque Municipal do Manguezal do Itacorubi que lhe é limítrofe.

**Chácaras:** São unidades produtivas com diversidade de frutíferas arbóreas. Podem conter animais, como galinhas e porcos, além de plantas alimentícias de menor porte, medicinais e ornamentais, que ficam mais próximas à casa (ALBERGARIA, 2000).

**Quintas:** São similares a chácaras, porém acrescidos de caráter recreativo e paisagístico. Sinônimo de fazenda (BUENO, 1994). Morfologicamente, são compostas por núcleos bem separados, onde estão a casa de habitação, geralmente com capela anexa, e as dependências dos trabalhadores, celeiros e estábulos; a horta, o pátio de criação, o pomar e os campos de cultivo. Nos Açores, especialmente na Ilha de São Miguel, o laranjal passa a se chamar quinta devido à intensa produção e comercialização de cítricos entre 1750 e 1860. Antes desse período, dava-se ao laranjal o tratamento de *pomar*, *jardim da fruta*, ou *bosque de laranjeiras* (ALBERGARIA, 2000).

**Sítios:** Podem ser lugares ou espaços assinalados por um acontecimento ou fato notável, refere-se nesse caso a sítios arqueológicos e históricos. Mas indicam de maneira geral local, lugar, espaço determinado, e desse sentido provém o verbo *sítiar* (cercar, estabelecer sítio). Segundo o Dicionário Escolar da Língua Portuguesa, é o “trato de terra cedido a lavradores de um engenho de açúcar, mediante prestação de serviços ou partilha dos produtos; moradia rural; o campo, a roça”. (BUENO, 1994, p.1061). Nesse sentido é entendido como sítio um lugar de habitação de uma família ou várias, que mantêm nos seus arredores uma unidade produtiva, quer

seja ela para subsistência ou para algum tipo de comercialização do excedente. Dessa maneira, os sítios na Ilha de Santa Catarina possuem escalas e importâncias diferentes, sendo também chamados de *coivaras*, *roças*, ou *pastos*, sempre referenciados pelo nome do responsável; como exemplos, a coivara do seu Acácio na Armação, os pastos dos Duarte na Costa de Cima, o pasto do Nego na Caieira da Barra do Sul, o pasto da Dona Isaura na Tapera da Barra do Sul, a roça do Dácio e do Gota, todos no atual Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri (MONA da Lagoa do Peri). Isso para não pontuar os sítios em uso pleno localizados no Sertão do Ribeirão. Outro exemplo contundente era o sítio, provavelmente bicentenário, praticado até o ano passado por uma ação isolada no local conhecido como “terreiro do seo Valci” (BARBOSA NETO, 2012).

**Paisagem:** é um espaço de terreno que se abrange num lance de vista (GREGORIM, 2015). A noção de paisagem enquanto unidade de ocupação humana e objeto de apreciação aparece primeiramente nas referências à pintura inglesa do século XVI (*landscape*), tendo também raiz germânica (*landschaft*). Enquanto a paisagem depende da visão, sua compreensão exige a leitura de seus significados. A Geografia, a partir do século XIX, vê na paisagem mais que fatores naturais ao considerar as interferências sobre ela como elementos históricos relativos à ação humana. Milton Santos (2006, p.66-67), expoente geógrafo brasileiro, define a paisagem como “o conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Para ele, é necessário diferenciar paisagem e espaço. Se a paisagem é esse conjunto de formas, o **espaço** “resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos [...] A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente.” (SANTOS, 2006, p.66-67).

**Nota:** Usa-se a terminologia “quintal” no presente trabalho para se referir a todos esses variados lugares, que se configuravam como unidades produtivas e compartilhavam alguns elementos característicos. Havia outras terminologias utilizadas, até mesmo *fazenda*. Escritos antigos apontam para a Fazenda Real, lugares onde se praticava uma agricultura em nome da Coroa, conforme relata Duarte Schutel sobre os campos de Araçatuba, atual Baixada do Maciambú no livro “A Massambu”, de 1861. Presentes também eram as chamadas *terras comunais*, espaços de uso comum pelo povo com características próprias de uso e domínio, tal qual descritas por Nazareno José de Campos no livro “Terras comunais na Ilha de Santa Catarina”, de 1991.



## INTRODUÇÃO

Ocorre na Ilha de Santa Catarina, assim como em muitos lugares do litoral do estado, um descaso com sua própria história e patrimônio cultural, perceptível no abandono dos casarões em ruínas e dos espaços de convívio antes coletivos, que hoje são loteados para interesses privados. Em contrapartida, movimentos e organizações sociais se formam em defesa da cultura, amparados por uma vasta, porém pouco aplicada, legislação, e pela urgência em se debater e compreender esses espaços antes de sua completa fragmentação e desaparecimento. Acompanhando esse cenário, estudos científicos multidisciplinares ganham corpo em Etnobiologia, Geografia, Museologia e nas demais áreas que confluem em pesquisas sobre a sociobiodiversidade.

Conferências mundiais em torno da temática do patrimônio, do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável se deram a partir da década de 1960, marcando a evolução do pensamento sobre a conservação da cultura e da natureza, refletindo na ampliação de conceitos e resultando em medidas de proteção que passam a incluir as populações tradicionais e seus modos de vida, por meio da proteção do patrimônio cultural imaterial nacional, com o Decreto 3.551/2000 e a Lei 13.123/2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético e a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

A criação de áreas protegidas, com ênfase nas Unidades de Conservação (Lei Federal 9.985/2000) consegue romper com o modelo tradicional estabelecido<sup>1</sup>, ao incluir formas e categorias que também compreendem as populações tradicionais, bem como suas práticas e afazeres. O resultado desses esforços é um conjunto de documentos gerados por diversos grupos de especialistas em patrimônio, meio ambiente e desenvolvimento, sendo os mais significativos a Carta de Veneza (1964); a Declaração de Princípios de Estocolmo (1972); a Recomendação de Paris (1972); a Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972); a Declaração de Quebec (1984); a Declaração

---

<sup>1</sup> Prática difundida internacionalmente, o modelo de criação dos parques estadunidenses (Parque Nacional de Yellowstone em 1872 e de Yosemite em 1880) enfatizava a beleza cênica e o espaço para recreação e educação ambiental como essenciais. Se por um lado a instituição dos primeiros parques nacionais foi importante para a preservação de vastas porções de terra da exploração de minérios, madeiras e do avanço da agricultura, por outro lado não considerou os usos tradicionais sobre o território que dele dependiam e que também contribuíam para sua conservação (DIEGUES, 2008).

do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992); além dos marcos legais nacionais, que ganham força a partir de 1981 com a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA).

A Ilha de Santa Catarina foi marcada pela ocupação açóricomadeirense a partir de 1748, que devido a suas práticas agrícolas, resultou no intenso uso do território, com desenvolvimento de um sistema de produção baseado na pesca artesanal, contando com a instalação de armações baleeiras em seis pontos do litoral catarinense, e na agricultura de subsistência, com produção de derivados da cana e da mandioca além da confecção de tecidos, fabricação de móveis, cerâmica e renda-de-bilro, entre outros.

Com as medidas higienistas no início do século XX e posterior modernização da cidade, as práticas tradicionais passam a disputar espaço com interesses ligados ao desenvolvimento do turismo e à instalação de empresas públicas e privadas. Por necessidade de proteção da água e controle territorial, houve a iniciativa de tombamento de algumas áreas e da criação de Unidades de Conservação (UCs), com reconhecimento de aspectos culturais materiais e imateriais.

Florianópolis conta atualmente com 20 UCs, sendo 5 Federais, 3 Estaduais, 3 Particulares e 9 Municipais. As Dunas da Lagoa da Conceição foram tombadas em 1975 e a Lagoa do Peri no ano seguinte. Em 1977, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PAEST), também criado em 1975, amplia seus limites, incluindo a Praia dos Naufragados, no extremo sul da Ilha de Santa Catarina. Em 1979, o tombamento das dunas da Lagoa da Conceição tem sua área ampliada, sendo reconhecido também seu patrimônio natural e paisagístico. Em 1981, é criado o então Parque Municipal da Lagoa do Peri, aproveitando os limites do tombamento, o que também acontece com as Dunas da Lagoa da Conceição em 1988. Nesse ano também são tombadas a Lagoinha da Chica e a Lagoa Pequena, ambas no Campeche, que se integram ao Parque Natural Municipal das Dunas da Lagoa da Conceição em 2018, quando este é adequado ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Antes disso, em 1985, são tombados como patrimônio natural e paisagístico os campos de Dunas de Ingleses, Santinho, Campeche, Armação do Pântano do Sul e Pântano do Sul; assim como a Restinga de Ponta das Canas. Em 1987, surge a Estação Ecológica de Carijós, a nível federal, incluindo os Manguezais de Ratonés e Saco Grande.

Em 1990, criam-se o Parque Municipal da Galheta e a Reserva Biológica do Arvoredo (Federal). No ano da Eco-92 são criados o Parque

Municipal da Lagoinha do Leste, a Área de Proteção Ambiental (APA) de Anhatomirim e a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé (Federal). O Parque Municipal do Maciço da Costeira é criado em 1995. A Ilha do Campeche é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1998 e no ano seguinte, são criadas as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) do Morro das Aranhas e Menino Deus.

Após o estabelecimento do SNUC, são criadas a APA da Baleia Franca (2000), o Parque Municipal do Manguezal do Itacorubi (2002), os Parques Municipais do Morro da Cruz e da Ponta do Sambaqui (2005), contudo sem se alinharem à legislação nacional. Em 2007, o Parque Florestal do Rio Vermelho é alterado para Parque Estadual. Em 2009, parcelas do PAEST se desmembram, e a Praia dos Naufragados passa a formar a APA Estadual do Entorno Costeiro. Sete anos se passaram até a criação de duas novas UCs: o Parque Natural Municipal da Lagoa do Jacaré das Dunas do Santinho e a RPPN do Rio Vermelho.

Há também centenas de áreas verdes e praças pela cidade. Já os parques urbanos são poucos, destacando-se o Parque de Coqueiros, o Parque Linear do Córrego Grande, o Parque Ecológico do Córrego Grande e o Jardim Botânico. Em 2013, a Comissão Especial de Adequação das UCs<sup>2</sup> foi montada com o objetivo de integrá-las ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), promovendo amplos estudos técnicos e consultas públicas e apresentando propostas de revisão de categoria dependendo do caso.

As UCs representam no total 26,49% do território, sendo 4,34% as federais, 4,36% as estaduais, 0,31% as RPPNs e 17,47% as municipais. Além disso, abrangem também 6,93% do mar territorial do Município, compartilhando responsabilidades e benefícios com as cidades do entorno. Dessa maneira, ganham demasiada importância também no contexto metropolitano. (FLORIANÓPOLIS, 2020, no prelo)

Todos esses espaços de integração entre ser humano e ambiente são terreno fértil para trabalhar a Museologia. A princípio definida como a ciência que estuda tudo aquilo que é relativo ao museu, passou a designar também a relação específica e profunda que a humanidade

---

<sup>2</sup> Portaria SMAD 3.167, de 03 de setembro de 2013, modificada pelas Portarias: SMAD 3.941, de 28 de novembro de 2013 e SMAD 2.885 de 01 de setembro de 2014.

estabelece com os objetos e a realidade, ampliando o campo de estudo a todo tipo de manifestação cultural material e imaterial (GUARNIERI, 2010).

Um importante avanço conceitual foi concebido durante a Mesa-Redonda de Santiago do Chile<sup>3</sup>, em 1972, quando a comunidade museológica da América Latina se reuniu para discutir sobre a responsabilidade dos museus para o desenvolvimento social. O *museu integral*, que poderia ser de qualquer tipologia (tradicional, a céu aberto, comunitário...), deveria desenvolver sua função social, considerando seu entorno e a realidade da comunidade que o cerca, sendo um espaço de conexão entre interior e exterior e fomentando o desenvolvimento da reflexão crítica sobre o patrimônio. Na década de 1980, a discussão museológica é pautada pelo movimento da Nova Museologia, que se opõe à visão clássica de museu e adota a interdisciplinaridade como essência, uma interlocução que incentiva a criação de novas tipologias de museus e atualiza as propostas de como lidar com os acervos e as memórias sociais.

Nesse contexto, os museus se abrem às histórias individuais e coletivas, trabalhando com as memórias e manifestações culturais vivas das comunidades, revisitando o passado e promovendo um olhar crítico para o futuro. Essas iniciativas são apropriadas por povos indígenas, quilombolas, grupos LGBTQI+ e comunidades tradicionais. As diversas Redes de Museologia Social mostram que o movimento se espalhou em várias direções. Entre esses grupos que praticam a Nova Museologia, o significado de museu se atualiza e modifica. Para além das edificações institucionais clássicas, os museus na América Latina buscam novas formas de expressão, por meio de propostas decoloniais, participativas, que valorizam patrimônios culturais materiais e imateriais, em diálogo com o patrimônio natural e inseridos na paisagem cultural.

A pesquisa e o ensino da Museologia são fundamentais para manter e atualizar a função social dos museus no século XXI. O primeiro curso de Museologia no Brasil data de 1932 e foi ofertado até a década de 1970 no Museu Histórico Nacional, quando passou a integrar a Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro – FEFIERJ (hoje UNIRIO) (SIQUEIRA, 2009). Na mesma década, são criados o curso de graduação

---

<sup>3</sup> Mesa-Redonda sobre o papel do museu na América Latina de hoje, convocada pela UNESCO em Santiago do Chile, de 20 a 31 de maio de 1972. (NASCIMENTO JUNIOR et al., 2012)

na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o curso de especialização em Museologia na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (JULIÃO; TANUS, 2014). A partir do ano 2000, onze novos cursos surgem, sobretudo em razão da adesão das instituições superiores ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). A maioria deles está relacionado a faculdades ou institutos de ciências humanas, a exemplo do curso oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), criado em 2009 e localizado no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CHF); outros se relacionam especificamente à biblioteconomia ou ciência da informação e um está na faculdade de artes (caso da Universidade Federal da Bahia), o que mostra a interdisciplinaridade do campo e o diverso cenário acadêmico-institucional no país.

O curso de graduação em Museologia da UFSC passou por uma reforma curricular no ano de 2014, incrementando sua estrutura física, com a inclusão de laboratórios e outros espaços de uso, desenvolvendo também sua estrutura conceitual e administrativa, com ações de revisão bibliográfica e reelaboração do Projeto Político Pedagógico e da Matriz Curricular<sup>4</sup>. Disciplinas como Pensamento Contemporâneo em Museologia, Memória e Museu, Patrimônio Histórico Cultural, Biogeografia Básica, História da América Independente e Arqueologia Brasileira são exemplos da diversidade de assuntos concernentes a esse campo de estudo.

A partir do interesse genuíno de aplicar essas noções museológicas às áreas naturais protegidas na cidade de Florianópolis, buscou-se uma aproximação com o Departamento de Unidades de Conservação da Fundação de Meio Ambiente de Florianópolis (DEPUC/FLORAM), efetivando-se na realização do estágio curricular obrigatório nesse órgão, no primeiro semestre de 2018. Foram fundamentais os meses de convívio com esses técnicos para compreender os aspectos sociobiogeográficos da cidade; assim como a experiência acumulada em diversas atividades: como bolsista do CNPq no Laboratório de Ecologia Humana e Etnobotânica (ECOHE/UFSC), sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natalia Hanazaki; nos conselhos gestores do Parque Natural Municipal do Morro da Cruz (PANAMC) e no Conselho Conjunto do Parque Natural

---

<sup>4</sup> Coordenadoria Especial de Museologia. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação Bacharelado em Museologia. Florianópolis: UFSC, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2Svn1Av>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

Municipal da Lagoa do Jacaré das Dunas do Santinho (PNMLJDS) e Monumento Natural Municipal da Galheta (MONA Galheta), representando o Coletivo UC da Ilha e em trabalhos de design e audiovisual em parceria com o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade (CNPT), vinculado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); na editoração e projeto gráfico de livros, mapas, agendas e cartilhas para o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO) e para o Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF/UFSC)<sup>5</sup>.

Observando as nuances, os paralelos e as assimetrias entre os campos de estudo, pesquisa e trabalho tanto da conservação das Áreas Protegidas como da musealização do patrimônio, destaca-se um elemento característico na paisagem, tradicional e ainda existente, que não foi devidamente considerado, nem do ponto de vista da conservação, nem por seus aspectos museológicos, e sobre o qual nenhuma medida de proteção foi tomada. O que se chama aqui por “quintal açoriano” é uma expressão da cultura tradicional local, que se constitui por um conjunto de espécies vegetais típicas, associadas aos modos de vida e produção tradicionais, mas que também se adaptaram à vida urbanizada e sobrevivem por toda parte: no canteirinho de temperos e ervas medicinais mantido há 35 anos por aquela servidora universitária, ou quando um morador de uma área periférica aproveita o canteiro lateral de uma rodovia para manter um pequeno conjunto de árvores frutíferas, de onde eventualmente tira algum proveito, reproduzindo antigos hábitos que porventura tinha em sua vida antes de migrar para a cidade – ou da cidade ter avançado até seu quintal.

Na Ilha de Santa Catarina era comum encontrar quintais nos fundos de casa (e frentes também), em proporções que variavam de tamanho, onde em determinadas condições ao longo do tempo se praticou agricultura de subsistência, e em outros momentos e situações, agricultura extensiva com aproveitamento ou não de mão de obra escravizada, para uma pequena produção mercantil, comercializado via cabotagem<sup>6</sup> e abastecimento local. Ocorriam também nas terras comunais, logradouros

---

<sup>5</sup> O LACAF/UFSC desenvolve o projeto Células de Consumidores Responsáveis (CCR), aproximando grupos de agricultores e consumidores finais. Mais informações em: <http://celulasconsumo.ufsc.br>. Acessado em 13 fev. 2020.

<sup>6</sup> Comércio embarcado que se realizava de porto em porto, vila em vila, de suas propriedades ao mercado central ou até mesmo aos estados vizinhos, onde os produtos principais eram farinha, óleo de baleia, café e cachaça.

e espaços públicos. Ocupavam os arredores das casas, roças, engenhos e alambiques, e ainda os sítios de ocupação, em diferentes estados de conservação. Podem ser de diversos tamanhos e cumprir muitas funções, de recurso alimentar à manufatura, com usos também medicinais, contemplativos e de lazer. A presença desses espaços denota aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais que precisam ser analisados distintamente e conjuntamente, para estabelecer o devido valor e reconhecimento necessários à sua compreensão e conservação.

Afim de abordar esse assunto, parte-se de uma leitura inicial sobre uso e ocupação do solo na Ilha de Santa Catarina e especialmente sobre os processos de urbanização/ transformação do modo de viver que se intensificou a partir de 1950. Destaca-se o tema dos quintais dentre os objetos de estudo habituais ligados ao povoamento açoriano e mesmo dos processos gerais de ocupação e urbanização no sul do país. Aproximando esses elementos da discussão museológica e evidenciando seus pontos de contato, busca-se primeiramente definir conceitos e leis que perpassam esses lugares, tanto no campo da conservação da natureza quanto da museologia, identificando o quintal como ponto de interesse mútuo entre as áreas de conhecimento e limítrofe entre espaço público e privado.

Partindo-se da observação da presença de quintais por toda a cidade, destacam-se alguns exemplos de maior relevância. Há quintais que já se encontram de alguma forma preservados, por fazerem parte de um conjunto de marcos com expressão predominantemente açoriana, como o quintal pertencente ao Ecomuseu do Ribeirão da Ilha, em Florianópolis e o quintal do Museu Casa dos Açores, limítrofe, ou talvez sobreposto, ao Parque Natural Municipal Serra de São Miguel, em Biguaçu. Embora não sejam vistos com a devida atenção, há pelo menos uma intenção de conservação pairando ao seu redor. Situação que não ocorre com um outro espaço, um exemplo singular, localizado na região central da capital, pertencente à Divina Providência e sobre o qual não há qualquer medida de proteção ambiental.

Para facilitar sua identificação, elaborou-se uma proposta de ficha museológica adaptada a essa tipologia. As plantas típicas foram levantadas a partir de fontes bibliográficas, sendo descritas nos relatos de navegadores entre os séculos XVIII e XIX<sup>7</sup> e também nas obras “Santa

---

<sup>7</sup> Compiladas por Paulo Berger no livro “Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX”.

Catarina, a Ilha” de Virgílio Várzea e “Sonhando com a Floresta”, de Mauro Manoel da Costa; a lista foi verificada e complementada por Aracídio de Freitas Barbosa Neto (Cid Neto), geógrafo e mateiro, quem acompanhou visitas aos museus e ao quintal da Divina Providência e também contribuiu com relatos e memórias sobre a paisagem da Ilha de Santa Catarina. Na ficha, são definidas características intrínsecas (marcos físicos) e extrínsecas (marcos legais e usos) ao quintal, compreendendo-o museologicamente. A presença de edificações e estruturas associadas, como casarões, engenhos, ranchos, alambiques, poços e criadouros ativos, ou ruínas como chão de casa, muradas, eiras e pontes, além de marcos de pedra ou trilhas, auxiliam na identificação e caracterização dos quintais açorianos. As condições de sua existência, seu histórico, reconhecimento legal e atividades desenvolvidas são também informações relevantes solicitadas na ficha. Por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas com informantes ou responsáveis por esses espaços, aborda-se a história do quintal, manutenção e usos do mesmo. Foi elaborado um guia de entrevista para cada caso (Anexo 1).

A estrutura do trabalho se divide em quatro capítulos. O Capítulo 1 apresenta um recorte teórico-conceitual pertinente ao tema, relacionando os conceitos de patrimônio e paisagem, avançando para as definições concernentes ao mundo dos museus, com destaque para o Museu Integral e a Nova Museologia, novas perspectivas museológicas que auxiliam na musealização de espaços como os quintais. Por fim, apresenta uma memória ambiental da natureza, dando enfoque à sua percepção na sociedade ocidental e o impacto disso no histórico de legislação e implementação de políticas pertinentes à conservação ambiental e à salvaguarda patrimonial. Ao realizar a pesquisa sobre a documentação que dá subsídios para este capítulo, desenvolveu-se uma tabela (Anexo 2), relacionando cronologicamente três colunas que contêm os documentos e cartas patrimoniais à esquerda, as declarações e cartas ambientais à direita e as leis e decretos nacionais ao centro, para facilitar a visualização dos acontecimentos e estabelecer um comparativo ao longo do tempo. O Capítulo 2 busca trazer uma definição conceitual sobre os quintais, destacando os elementos que o compõem segundo suas especificidades açorianas. Trata resumidamente da história de ocupação da Ilha de Santa Catarina, marcando a passagem e as transformações ocorridas do período colonial para a modernidade e com ela a transformação e supressão dos quintais. No Capítulo 3 discorre-se sobre o estado atual desses espaços, dividindo-os em dois grupos: conjunto de



ruínas (pequenas vilas cujos vestígios são evidentes no Sertão do Peri, Alto Pantanal, Sertão do Pantanal, Sertão do Córrego Grande, Sertão do Assopro, Sertão do Rio Tavares, Costa da Lagoa e outros) e remanescentes encontrados por toda parte, com destaque para os quintais existentes em áreas protegidas e espaços musealizados. Diante de todo o exposto, e apresentando diversos exemplos de sítios, dedica-se a última parte à análise do quintal da Divina Providência. Esse local, uma vez identificado um conjunto mínimo necessário para seu reconhecimento, mostra-se como potencial espaço a ser protegido, pesquisado e comunicado. O Capítulo 4 traz conclusões e “mirações”, isto é, vislumbra agentes e medidas atuais que trabalham nessa mesma temática e reforçam a importância e atualidade dos quintais, somando forças na proteção desse elemento na paisagem.

## 1 O CAMINHO ATÉ O QUINTAL

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.  
 Em cofre não se guarda coisa alguma.  
 Em cofre perde-se a coisa à vista.  
 Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la,  
 mirá-la por admirá-la, isto é,  
 iluminá-la ou ser por ela iluminado.  
 Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é,  
 fazer vigília por ela, isto é,  
 velar por ela,  
 isto é, estar acordado por ela, isto é,  
 estar por ela ou ser por ela.  
 Por isso, melhor se guarda o voo de um pássaro  
 Do que de um pássaro sem voos.  
 Por isso se escreve, por isso se diz,  
 por isso se publica, por isso se declara e  
 declama um poema:  
 Para guardá-lo:  
 Para que ele, por sua vez, guarde o que guarda:  
 Guarde o que quer que guarda um poema:  
 Por isso o lance do poema:  
 Por guardar-se o que se quer guardar.

Guardar, de Antonio Cícero

Diversos profissionais compartilham os mesmos termos para se referirem a coisas diferentes, ou termos desconexos para objetos de estudo similares. Isso ocorre por se tratarem de conceitos amplos, de forte viés antropológico, que comportam inúmeras transformações e ressignificações, com constantes revisões. São atravessados por interesses de diversos agentes, leis, cartas patrimoniais, declarações e recomendações, visões de mundo que interpretam fatos e abstrações e testemunham o fascinante aprimoramento da compreensão de identidade individual e coletiva. Como comenta o antropólogo Clifford Geertz (1989, p.32):

O estabelecimento de uma linguagem comum nas ciências sociais não é assunto de mera coordenação de terminologias ou, o que é pior ainda, de cunhar novas terminologias artificiais. Também não é o caso de impor um único conjunto de categorias sobre a área como um todo. É uma questão de integrar diferentes tipos de teorias e conceitos de tal forma que se possa formular proposições significativas incorporando descobertas que hoje estão separadas em áreas estanques de estudo.

Por exemplo, a conservação de áreas protegidas e a conservação de acervos museológicos pouco têm em comum no que se refere a procedimentos e métodos, ou mesmo no que tange a escalas e dimensões espaço-temporais. Ainda que ferramentas de gestão como o Plano de Manejo e o Plano Museológico guardem algumas similitudes, como a definição de diagnósticos, programas e projetos, seus caminhos teóricos e proposições práticas não se encontram. Com base em documentos internacionais e disposições legais brasileiras, apontam-se alguns conceitos-chave compartilhados por diversas áreas no que tange à proteção de um lugar. Todos eles estão imbricados na conservação do patrimônio.

### 1.1 Patrimônio(s)

O patrimônio pode se referir à posse dos bens individuais, à herança de uma família ou à riqueza de uma nação. A etimologia da palavra remonta à era republicana do mundo romano (510 a.C. – 27 d.C.), referindo-se à figura do primogênito como “senhor do patrimônio” (*pater familias*), responsável pela posse e preservação dos bens materiais e espirituais transmitidos aos descendentes. Na Lei das XII Tábuas do Direito Romano encontram-se manifestos o direito à herança pela sucessão familiar e o dever de manter as tradições, entre elas o culto aos mortos e às entidades protetoras do lar (LIMA, 2012).

Com a Revolução Francesa no século XVIII, os símbolos do Antigo Regime são destruídos pela população, que chega a atentar contra bibliotecas, edificações e monumentos históricos, causando comoção na comunidade intelectual, que reage, estruturando o conceito de patrimônio público. Em consonância aos processos de formação dos Estados nacionais, delega-se o agente coletivo, isto é, o Estado, como o novo responsável pela manutenção dos bens da nação.

O Patrimônio Nacional é o lugar de memória por excelência, uma vez que não apenas é capaz de expressar e de sediar a Memória Nacional, mas, sobretudo, de objetificá-la, materializá-la em prédios, edifícios, monumentos que podem ser olhados, visitados, percorridos [...]. A associação do Patrimônio Nacional a um passado glorioso difunde-se por todo o Ocidente. A noção de um Patrimônio Histórico e Artístico Nacional completa este movimento. (ABREU apud LIMA FILHO et al., 2007, p.268)

O patrimônio enquanto figura de proteção e valorização foi, portanto, relevante para a formação das identidades nacionais e do culto aos fatos e personagens célebres e heroicos, relacionando-se tanto a lugares como a objetos que reforçassem a narrativa. A medida que os campos de conhecimento foram se especializando, os patrimônios passaram a ser designados como históricos, artísticos, arqueológicos; e classificados como móveis ou imóveis.

Paralelamente, o conceito de cultura também passa por transformações, de uma ideia de “natureza humana constante, independente de tempo, lugar e circunstância” durante o Iluminismo para “a firme convicção de que não existem de fato homens não-modificados pelos costumes de lugares particulares” na visão da antropologia moderna (GEERTZ, 1989, p.26). Relativiza-se a partir daí o que é natural, universal e constante no ser humano e o que é fruto da cultura, de uma situação temporal, local e variável.

A busca pela separação clara entre natureza e cultura humana e a valorização cada vez maior de “sistemas de símbolos significantes (linguagem, arte, mito, ritual) para a orientação, a comunicação e o autocontrole, tudo isso criou para o homem um novo ambiente ao qual ele foi obrigado a adaptar-se” (GEERTZ, 1989, p.35) e ao qual muitas vezes definiu como seu patrimônio cultural.

Assim como se pretendia encontrar traços universais na cultura, também buscava-se dar uma interpretação de valor “justa” sobre o patrimônio de forma global, para além das fronteiras naturais e culturais dos países, na tentativa de proteger certo tipo de lugar e produção cultural entendidos como patrimônio da humanidade. Essas ações se intensificam principalmente como resposta aos efeitos devastadores das guerras, exigindo novos espaços de comunicação, discussão e acordos entre países. A conservação de monumentos e sítios históricos também demandava maior regularização, frente à perda iminente pela simples troca de estilos arquitetônicos e estilísticos e, posteriormente, pelo processo de modernização das cidades; concomitante a isso, a questão ambiental desponta como crise emergencial, fazendo-se necessária a busca por um modelo de desenvolvimento com base na estabilidade ecológica e econômica das sociedades. Uma série de normas e iniciativas internacionais para a salvaguarda de bens naturais e culturais passam a ser suscitadas.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), agência especializada das Nações Unidas (ONU), foi

instituída em 1946 para auxiliar os Estados-Membros (atualmente 193 países) na busca por soluções adequadas à contemporaneidade, por meio da cooperação intelectual nas áreas de Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Comunicação e Informação, Cultura, e Educação com o objetivo de garantir a paz (UNESCO, 2020).

Dois anos depois é criada a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), a primeira união ambiental global, cujo intuito é incentivar a cooperação entre países e aportar conhecimentos científicos às ações de conservação na natureza. Atentos aos impactos do ser humano sobre o planeta, a IUCN iniciou seus trabalhos sinalizando os efeitos negativos dos pesticidas para a biodiversidade. Nas décadas de 1960 e 1970, o grupo de especialistas se dedicou à proteção de espécies e habitats ameaçados, elaborando em 1964 a Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN, atualmente a fonte de dados mais abrangente do mundo sobre risco de extinção global de espécies.

Em 1972, junto a outras entidades, suas propostas para a conservação de áreas naturais e sítios históricos foram apresentadas à Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo<sup>8</sup>. Foi a primeira vez que se reuniram tantos representantes (113 países) para discutir os problemas ambientais, tendo como resultados a declaração de 26 princípios e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Acordaram pela redação de um só texto, que consta na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, documento também conhecido como Recomendação de Paris<sup>9</sup>, no qual, além de criarem os parâmetros de inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, propuseram a distinção de duas classes para ele: *cultural* e *natural*, com o intuito de se estabelecerem posteriormente políticas específicas para cada tipologia. Nesse documento são considerados *patrimônios culturais*:

*Os monumentos.* – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de

---

<sup>8</sup> Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia), de 05 a 15 de junho de 1972.

<sup>9</sup> Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972.

elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

*Os conjuntos.* – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

*Os locais de interesse.* – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972, p.2)

Já os *patrimônios naturais* são monumentos destacados por suas formações físicas e biológicas; são locais que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçados, e que merecem ser preservados; e são locais de interesse ou zonas naturais estritamente delimitadas, e valoráveis do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza cênica (UNESCO, 1972).

Considerando o patrimônio em seu duplo aspecto, a Convenção buscava ordenar as formas pelas quais o ser humano interage com o meio natural, reforçando a necessidade fundamental de preservar o equilíbrio entre ambos. Embora tente parecer uma união de conceitos, a divisão em duas categorias reflete a disparidade entre uns interessados pelas manifestações culturais e outros pela conservação da natureza. Essa diferenciação entre patrimônio natural e cultural perde seus contornos na paisagem, justamente quando se amplia o espectro conceitual, incluindo-se a paisagem cultural como Patrimônio Mundial (Convenção do Patrimônio Mundial, 1992) e se maduram os conceitos de Patrimônio Genético (Convenção sobre a Diversidade Biológica, 1992) e Patrimônio Cultural Imaterial (Proclamação de Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, 1997). A interrelação dessas áreas levará à compreensão de que o patrimônio se configura na relação entre a cultura e o espaço que ela ocupa.

No Brasil, o entendimento dado ao patrimônio cultural advém com sua proteção instituída pela Constituição Federal de 1934, ano em que também se deu a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN),

como um departamento do Museu Histórico Nacional (MHN)<sup>10</sup>. Em 1935, durante o primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Natureza, ocorrido no Rio de Janeiro, idealizou-se um serviço especial para monumentos nacionais, o que resultou na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>11</sup> em 1937, primeira instituição governamental voltada aos assuntos do patrimônio, mesmo ano em que se apresenta a definição oficial dos bens que constituem o patrimônio cultural nacional, no Decreto-Lei 25/1937:

Art. 1º – Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937a)

Nesse documento também se instituem os quatro Livros do Tombo, dividindo-se em:

- a) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, para as categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, monumento naturais, sítios e paisagens relevantes;
- b) Livro do Tombo Histórico, para obras de arte e coisas de interesse histórico;
- c) Livro do Tombo das Belas Artes, para arte erudita, nacional ou estrangeira; e
- d) Livro do Tombo das Artes Aplicadas, para objetos e construções relacionadas ao design, ao mobiliário e à arquitetura.

---

<sup>10</sup> O Museu Histórico Nacional foi criado em 1922, no âmbito das comemorações do Centenário da Independência do Brasil. Por meio de suas coleções, foi um importante espaço de construção de uma versão específica da história do país, produzindo narrativas que elevavam a importância e o mérito de alguns personagens alinhados com o ideal de desenvolvimento moderno que se esperava para a época (ABREU, 1990).

<sup>11</sup> Lei 378/1937, Art. 46. “Fica creado o Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o Paiz e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimonio historico e artístico nacional”. (BRASIL, 1937b).

A partir da identificação, preservação, restauração e coleta de diversos tipos de acervo que se alinhavam com essas definições patrimoniais, realizou-se um importante trabalho de reunião e catalogação da memória nacional do período, construindo referências culturais materiais fundamentais sobre o passado colonial brasileiro. Regina Abreu (apud LIMA FILHO et al., 2007) destaca a importância desse momento histórico, quando se realizou um inventário de bens a serem conservados e tombados, dentre eles, as obras de Aleijadinho e as igrejas barrocas de Ouro Preto.

O conceito de patrimônio é atualizado somente com a Constituição de 1988, resultado dos supracitados debates internacionais, da elaboração de políticas públicas e de importantes movimentações, principalmente por parte do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC)<sup>12</sup> realizadas na década de 1980, que conseguiram sensibilizar o Congresso Nacional a reconhecer como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluindo-se:

[Art. 216]

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 2006a)

Esse aprofundamento e diversificação conceitual presente na Constituição de 1988 reflete os avanços na mentalidade em defesa da diversidade cultural, que permeiam também instituições estaduais e municipais, e diversas organizações da sociedade civil. Em síntese, o

---

<sup>12</sup> Conforme relata Maria Vitória de Moraes Dutra, (2017, p.32): “No que remonta a história, foi em meio às propostas sobre a atualização da discussão sobre os sentidos da preservação que foi criado o grupo de trabalho que viria a ser o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC. A iniciativa desenvolveu-se no ano de 1975 e foi protagonizada pelo designer, artista plástico e figura política Aloísio Magalhães. Havia, dado o contexto histórico, a necessidade de formulação de estratégias para evitar a desvalorização dos bens culturais nacionais em meio ao acelerado processo de desenvolvimento econômico.”



caminho percorrido para essa mudança é descrito por Regina Abreu (apud BARRIO et al, 2009, p.65) da seguinte forma:

Se, durante o final do século XIX, até meados do século XX, predominava o qualificativo de “histórico” e “artístico” para as políticas públicas preservacionistas, se, a partir da segunda metade do século XX, principalmente com o projeto UNESCO, vimos se desenvolver o atributo da “cultura” como diferencial e legitimador das novas políticas, o início do século XXI coloca em marcha uma pluralidade de outras questões. A principal delas consiste no deslocamento do eixo norteador da ideia de “singularidade nacional” para a ideia da proliferação de “singularidades locais” relacionadas às chamadas “populações tradicionais”.

A passagem da “singularidade nacional” para a “proliferação de ‘singularidades locais’” é um caminho complexo, pois até o momento as principais medidas de legitimação e proteção ao patrimônio incidiam principalmente sobre artefatos e edificações referentes à colonização europeia. Expandir a compreensão de patrimônio para os distintos “modos de criar, fazer e viver”, incitados na Constituição de 1988, é abarcar espaços e manifestações culturais afro-brasileiras, indígenas e de povos e comunidades tradicionais (como quilombolas, ribeirinhos, sertanejos, marisqueiras, caiçaras, pescadores artesanais...).

Um caso emblemático dessas transformações foi o tombamento como monumento nacional do terreiro Casa Branca, em Salvador/BA, um sítio com aproximadamente 6.800m<sup>2</sup>, que contém edificações, árvores e objetos sagrados e se constitui em um dos mais importantes e antigos centros de atividade do candomblé baiano. Na ocasião, o antropólogo Gilberto Velho, que foi relator do projeto de tombamento, avalia que:

[...] Independentemente de aspectos técnicos e legais, o que estava em jogo era, de fato, a simbologia associada ao Estado em suas relações com a sociedade civil. Tratava-se de decidir o que poderia ser valorizado e consagrado através da política de tombamento. Reconhecendo a válida preocupação de conselheiros com a justa implementação da figura do tombamento, hoje é impossível negar que, com maior ou menor consciência, estava em discussão a própria identidade da nação brasileira. (VELHO apud LIMA FILHO et al., 2007, p.252)

A ação de tombamento do terreiro Casa Branca, em 1984, somada a outros exemplos (como o tombamento da Serra da Barriga, em 1985, onde estavam os quilombos de Zumbi), ainda que pontuais e experimentais, foram fundamentais para sedimentar a noção de patrimônio cultural imaterial no país. A nível internacional, diversos documentos e ações buscaram dar conta de responder às demandas sobre o patrimônio imaterial, tais como a Carta do México (1985), a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (1989), o Livro Vermelho das Línguas Ameaçadas (1993) – atual Atlas Mundial das Línguas em Perigo, o Programa de Proclamação das Obras-primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade (1997) e a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003). Iniciativas como as “Diretrizes para o Estabelecimento de Tesouros Humanos Vivos”<sup>13</sup>, da UNESCO, baseiam-se em conceitos culturais japoneses e coreanos para valorizar os portadores de conhecimentos e habilidades específicas, próprias do patrimônio cultural imaterial local. A criação dessas Diretrizes se justifica da seguinte forma:

Para muitas populações, especialmente minorias e grupos indígenas, o patrimônio cultural intangível é a fonte essencial de uma identidade profundamente enraizada no passado. Infelizmente, muitas de suas manifestações, incluindo música tradicional, dança, festividades, saber fazer da produção de artesanato, tradições orais e idiomas locais já desapareceram ou correm o risco de serem perdidas. Isso está acontecendo porque o patrimônio cultural intangível local está sendo substituído rapidamente por uma cultura internacional padronizada, fomentada não só pela modernização socioeconômica, mas também pelos rápidos avanços na disseminação da informação e do transporte. O patrimônio cultural imaterial é inerentemente vulnerável devido à sua natureza não-física. A sua preservação, promoção, divulgação e revitalização são, portanto, de extrema urgência. (UNESCO, 2002, p.6) [tradução da autora]<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Desenvolvido em 1993 e atualizado em 2002.

<sup>14</sup> Texto original: *For many population groups, especially minorities and indigenous groups, intangible cultural heritage is the essential source of an identity deeply rooted in the past. Unfortunately, many of its manifestations, including traditional music, dance, festivals, know-how for the production of handicrafts, oral traditions and local*

A resposta brasileira a essas demandas vem com a criação do Cadastro de Patrimônio Cultural Indígena<sup>15</sup>, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)<sup>16</sup> e com o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)<sup>17</sup>, que traz dois mecanismos de valorização do patrimônio: o *inventário* dos bens culturais imateriais e a figura do *registro* (versão imaterial do *tombamento*) como forma de reconhecimento desse patrimônio, identificado pelos próprios grupos que o praticam. O PNPI procura viabilizar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural nacional, por meio de um inventário dos bens culturais imateriais e pelo registro em livro daqueles considerados merecedores de uma distinção por parte do Estado. Entram nesse conjunto expressões culturais como festas, celebrações, narrativas orais, danças, músicas, modos de fazer artesanais, entre outros. Para implementar essa política, coordenada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foram instituídos quatro livros de registro:

- a) Livro de Registro dos Saberes, para conhecimentos e modos de fazer do cotidiano;
- b) Livro de Registro das Celebrações, para celebrações, rituais e cerimônias;
- c) Livro de Registro das Formas de Expressão, para manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e
- d) Livro de Registro dos Lugares, para inscrever mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços das práticas culturais coletivas.

---

*languages have already disappeared or are in danger of being lost. This is happening because local intangible cultural heritage is rapidly being replaced by a standardized international culture, fostered not only by socio-economic modernization, but also by the rapid advances in information dissemination and transportation. The intangible cultural heritage is inherently vulnerable because of its non-physical nature. Its preservation, promotion, dissemination and revitalization are therefore extremely urgent.* (UNESCO, 2012, p.6).

<sup>15</sup> Portaria 693/2000.

<sup>16</sup> A FUNAI foi criada em 1967 no lugar do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), estabelecido desde 1910.

<sup>17</sup> Decreto 3.551/2000.

Entre 2005 e 2015, o IPHAN lançou anualmente o Edital do PNPI<sup>18</sup>, visando identificar, documentar e melhorar a condição de sustentabilidade desses patrimônios. Foram publicados dois compêndios (2005-2010 e 2011-2015). Em 2011, o Edital PNPI foi reconhecido pelo Comitê Intergovernamental da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial como um dos programas que melhor reflete seus princípios e objetivos. A razão para o sucesso na implementação dessa nova política talvez resida no fato de que ela ocorre de forma descentralizada, com apoio de outros órgãos federais, estaduais, municipais e organizações da sociedade civil (ABREU apud LIMA FILHO, 2007).

Como desafios teórico-práticos por vir, é necessário amadurecer a dicotomia material e imaterial (da mesma forma que a divisão natural/cultural também gera debates). Regina Abreu (apud LIMA FILHO, 2007, p.277) indica “razões operacionais” para manter a divisão, já que na Constituição de 1988 essa distinção está dada, ela é mantida pelos servidores públicos que lidam com o patrimônio cultural até hoje. Já Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p.191) aponta que essas terminologias (material e imaterial) apenas evidenciam a incapacidade de se cristalizar um bem imaterial a não ser pelo registro (fotográfico, audiovisual, narrativo, por fim) de seu acontecimento, pois:

Quando se fala em patrimônio imaterial ou intangível, não se está referindo, propriamente, a meras abstrações, em contraposição a bens materiais, mesmo porque, para que haja qualquer tipo de comunicação, é imprescindível suporte físico. Todo signo (e não apenas os bens culturais) tem dimensão material (o canal físico de comunicação) e simbólica (o sentido, ou melhor, os sentidos) – como duas faces de uma moeda.

Há também uma utilização desarticulada dos instrumentos de proteção, pois, embora constituam “duas faces de uma moeda”, como salientou Maria Cecília Londres Fonseca, a sobreposição de tombamento e registro não acontece.

Se por um lado o patrimônio cultural imaterial foi fortalecido em seus meios de reconhecimento e proteção legal, por outro lado, os bens tombados, especialmente os conjuntos arquitetônicos em cidades

---

<sup>18</sup> Disponível no link: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/865/>>. Acessado em 04/12/2019.

históricas, sofrem atualmente com a falta de conservação adequada e com o turismo massivo e desordenado, que muitas vezes compromete a própria conservação do patrimônio. Agrava-se o fato de que nessas cidades geralmente ocorre pressão sobre as comunidades tradicionais pela especulação imobiliária, aumento de poluição e alteração dos hábitos locais.

Debates em torno da biodiversidade e da biotecnologia abrem um novo panorama envolvendo os saberes dos povos e comunidades tradicionais. De geração em geração, esses grupos humanos desenvolveram técnicas sustentáveis de uso dos recursos naturais que protegeram, mantiveram e aperfeiçoaram a biodiversidade em três níveis: ecossistemas, espécies e recursos genéticos, constituindo-se assim o que se entende por “patrimônio genético”, definido como a “informação de origem genética de espécies vegetais, animais, microbianas ou espécies de outra natureza, incluindo substâncias oriundas do metabolismo destes seres vivos” (Lei 13.123/2015).

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é um tratado da ONU e um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente. Foi estabelecida durante a notória ECO-92<sup>19</sup>, sendo estruturada em três bases fundamentais: a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos. Indica ainda a necessidade de se adotarem medidas eficazes e urgentes para deter a perda da biodiversidade. Mais de 160 países já assinaram a Convenção, que é basilar para diversos outros documentos, como o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (2000)<sup>20</sup>; o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a

---

<sup>19</sup> Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.

<sup>20</sup> Tratado ambiental que faz parte da CDB. O Brasil confirmou adesão em 2003, entrando em vigor em 2004. Seu objetivo é estabelecer regras para a movimentação, manipulação e uso adequado dos organismos vivos geneticamente modificados.

Agricultura (2001)<sup>21</sup>; as Diretrizes de Bonn (2002)<sup>22</sup>; as Diretrizes para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo (2004)<sup>23</sup>; os Princípios de Addis Abeba para a Utilização Sustentável da Biodiversidade (2004)<sup>24</sup>; as Diretrizes para a Prevenção, Controle e Erradicação das Espécies Exóticas Invasoras<sup>25</sup>; e os Princípios e Diretrizes da Abordagem Ecosistêmica para a Gestão da Biodiversidade<sup>26</sup>. (BRASIL, 2020a)

O Brasil é o país mais rico em biodiversidade no mundo. Cada um dos diferentes biomas apresenta espécies endêmicas ainda desconhecidas pela ciência e pela indústria, e que muito podem contribuir para a fabricação de alimentos, remédios, fertilizantes, cosméticos, óleos e

---

<sup>21</sup> Tratado aprovado em Roma em 2001; assinado pelo Brasil em 2002, sendo validado pelo Decreto Legislativo 70, de 19 de abril de 2006 e incorporado à legislação pelo Decreto 6.476/2008. Seu objetivo é a conservação e uso sustentável da diversidade genética vegetal ligada à alimentação.

<sup>22</sup> As Diretrizes de Bonn foram adotadas pela Conferência das Partes da CDB em 2002, com o intuito de auxiliar os países a implementar legislações de gestão de acesso e repartição de benefícios.

<sup>23</sup> A Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo é um assunto abordado desde 2004 pela CDB. Foram publicados dois manuais para usuários das diretrizes: “*Managing tourism and biodiversity*” (2007) e “*Tourism supporting biodiversity*”. Em janeiro de 2019, é divulgado um terceiro documento, sobre parcerias e concessões para o turismo em áreas protegidas (SPENCELEY et al., 2019).

<sup>24</sup> Foram elaborados 14 princípios práticos e diretrizes operacionais que se aplicam à utilização dos componentes da diversidade biológica, a fim de garantir sua sustentabilidade. Enfatiza a importância da mulher como principal usuária e administradora dos componentes da diversidade biológica e pede que elas intervenham e tenham voz e voto para a aplicação desses princípios (SECRETARIA DEL CONVENIO SOBRE LA DIVERSIDAD BIOLÓGICA, 2004).

<sup>25</sup> Considerando que "as espécies exóticas invasoras constituem a segunda causa mundial de perda de diversidade biológica", esse é um tema central para a CDB. O Brasil assinou o Programa Global de Espécies Invasoras em 2006, sendo o primeiro país da América Latina a aderir ao compromisso. (BRASIL, 2006b)

<sup>26</sup> O enfoque ecossistêmico é uma estratégia para a gestão integrada de terras, águas e recursos vivos, que busca a conservação e utilização do ambiente de forma equitativa e sustentável. Por meio do Decreto 4.339/2002 se instituem princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade, entre eles, o enfoque ecossistêmico. A partir dessa abordagem, o Ministério do Meio Ambiente, agências vinculadas e parceiros elaboraram diversos instrumentos para auxílio no planejamento e tomada de decisão, tais como os Relatórios de Qualidade do Meio Ambiente (RQMA), o Índice de Risco Ecológico (ERI), o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO), as Avaliações de Impacto Ambiental (AIA), o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Também contribuiu significativamente para a Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN (MARQUES, 2017).

biocombustíveis inovadores. Com o desenvolvimento da biotecnologia a partir dos anos 1970, o interesse pelos recursos biológicos associados aos saberes tradicionais cresceu sobremaneira, inflamando os debates acerca da propriedade intelectual e da regulamentação do uso econômico dos recursos genéticos. A ascensão da “economia informacional” tem fomentado discussões na atualidade, pois recursos que secularmente foram tratados como bens coletivos vêm sendo transformados em mercadoria de acesso restrito. A biopirataria é um problema de difícil controle e as leis de patentes seguem as regras do mercado, facilitando o registro de um composto em outro país, fazendo com que os lucros de venda nunca sejam repartidos com as comunidades originais detentoras do conhecimento (ABREU apud LIMA FILHO, 2007).

Um exemplo de perversão do mecanismo de propriedade intelectual foi protagonizado pela empresa japonesa Asahi Foods, que patenteou não só o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) como também o processo de obtenção do óleo e a preparação do “cupulate”, doce feito com a semente do cupuaçu que se assemelha ao chocolate, com patentes registradas nos escritórios dos EUA, Japão e Europa. Resultado: quem quisesse exportar cupuaçu deveria pagar 10 mil dólares norte-americanos a título de *royalties* para a empresa, independente do tamanho da remessa. O processo só foi revertido com a mobilização de diversos agentes, protagonizada pelas ONGs e associações de produtores locais amazonenses e acreanos, com apoio de organismos internacionais e do Ministério das Relações Exteriores – sendo que o Estado a princípio ignorou o caso, tomando providências somente a partir da ampla repercussão do caso na mídia (REZENDE; RIBEIRO, 2009).

Esse “desvirtuamento do sistema” da proteção intelectual “[...] estaria deixando de atender e proteger o interesse da sociedade como um todo, como um mecanismo de promoção da inovação, para se tornar um instrumento utilizado pelas corporações na esfera da concorrência.” (REZENDE; RIBEIRO, 2009, p.62). Importantes avanços foram conquistados a partir do caso do cupuaçu: 1. Foi realizado o projeto-piloto “Aldeias Vigilantes: uma nova abordagem na Proteção dos Conhecimentos Tradicionais e no Combate à Biopirataria na Amazônia” entre 2003 e 2007, com financiamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério da Justiça, buscando levar informação às comunidades indígenas, em linguagem adequada para cada povo (AMAZONLINK, 2006); 2. A discussão trouxe a tona outros casos de biopirataria, relacionados ao açaizeiro (*Euterpe oleracea*), a andiroba (*Carapa guianensis*), a copaíba (*Copaifera langsdorffii*) e a graviola (*Annona muricata*), entre outros; 3. O Instituto Nacional da Propriedade

Industrial (INPI) elaborou uma lista com nomes populares e científicos de diversas espécies da flora brasileira, com intuito de evitar a concessão indevida de novas marcas; e 4. O procedimento de concessão de patentes foi por fim regulamentado pela Lei 13.123/2015 e pelo Decreto Regulamentador 8.772/2016, competindo ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) a análise dos pedidos.

Para promover boas práticas nesse sentido, foi criada a Lei 13.123/2015, que dispõe sobre o acesso ao conhecimento tradicional e a proteção e acesso ao patrimônio genético, estabelecendo o CGen no âmbito do MMA. Pelo Decreto 8.772/2016, é criado o Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen), como forma de auxiliar o Conselho em sua gestão. E como forma de incentivar a produção, sistematização, disseminação e troca de informações sobre a biodiversidade brasileira, foi criado o Portal Brasileiro sobre Biodiversidade, reunindo bases de dados de alguns dos sistemas mantidos pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), principalmente nos seus Centros de Pesquisa e Conservação, pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro e outros parceiros (BRASIL, 2020b).

Ainda que as políticas públicas nacionais estejam alinhadas com os mais avançados conceitos internacionais, para Maria Laura Viveiros de Castro e Maria Cecília Londres Fonseca (2008), a complexidade das articulações burocrático-legais, a dimensão territorial do país e o pouco investimento em capacitação na gestão pública foram e são os principais obstáculos à implementação das leis.

O campo do patrimônio atravessa o século XX em profunda transformação. Da necessidade de proteger e guardar bens da cultura material e espaços ditos naturais, à compreensão da imaterialidade das criações humanas e do nível microscópico de seu poder. Como afirma Antonio Cícero no poema “Guardar”, ao início do capítulo, “melhor se guarda o voo de um pássaro do que de um pássaro sem voos.”. Há mais camadas de percepção no movimento expressivo que na estrutura inanimada. Porém, mais difícil que lutar contra a degradação natural de todo patrimônio material é criar e manter as condições para que o patrimônio imaterial continue vivo, encontrando pessoas e lugares para se manifestar. As formas de conservação nesse caso são complexas e multidimensionais e os profissionais do patrimônio cultural são chamados a agir não enquanto conservadores ou especialistas, mas como mediadores e parceiros dessas diferentes esferas sociais.



## 1.2 Paisagem

El patrimonio de una sociedad comienza por el espacio geográfico en el que se asienta, continúa con la compleja red de actividades cotidianas, con la producción, con la economía, con la formación de su lengua común, con la lenta y continua construcción de su historia ... y así sucesivamente con los distintos planos de una cultura que están siempre interrelacionados entre sí. La consideración de un patrimonio natural y otro cultural es una falsa opción. El patrimonio, al igual que el hombre, debe ser considerado como una integridad, como un todo, sin escisiones, que atañe a lo natural y a lo cultural ensambado: o sea **el paisaje**. (BERJMAN, 2001, p.6-7)

Com essa definição, Sonia Berjman abriu o Seminário Internacional “*Los jardines históricos: aproximación multidisciplinaria*”, que aconteceu em paralelo à reunião do Comitê Científico Internacional de Jardins Históricos do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), em Buenos Aires, Argentina. Por meio de exemplos e perguntas muito simples, Berjman apresenta as paisagens como reflexos do olhar individual e coletivo que se tem sobre elas, com significados exteriores e interiores, pragmáticos e artísticos, materiais e imateriais, estados da alma e necessidades vitais.

Internacionalmente, a Recomendação de Paris (1962), foi o primeiro documento a tratar da preocupação com a conservação de paisagens e sítios, considerando que as civilizações modernas aceleraram processos de ocupação que costumavam ser lentos até então. Considera a paisagem e os sítios como necessários à vida humana, sendo “um poderoso regenerador físico, moral e espiritual”, que contribuem com a arte e a cultura dos povos, além de serem econômica e socialmente importantes. Ressalta-se no documento a necessidade de estimular a ação integrada entre educação e práticas culturais que complementem as medidas de proteção à natureza. Sugere que se incorporem parques nacionais e reservas naturais às paisagens, formando “um conjunto de zonas experimentais destinadas também às pesquisas sobre a formação e a restauração da paisagem e à proteção da natureza.”. Também defende que ações educativas sejam realizadas dentro e fora das escolas, que os professores encarregados dessa tarefa recebam preparação especial, e que os Estados Membros considerem a criação de museus especiais, ou seções

em museus já existentes, para estudo e apresentação de aspectos naturais e culturais característicos de determinadas regiões.

Conceber paisagens e sítios como componentes do patrimônio trouxe uma ampliação na visão do que merecia ser preservado para as gerações futuras. Exemplo disso é a Carta de Veneza (1964), documento resultante do II Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, fundamental para legitimar um novo conceito de monumento como sendo:

[...] a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (CARTA DE VENEZA, 1964).

Essa flexão na concepção do monumento, que pode ser urbano ou rural, grande ou modesto, também mostra um avanço na compreensão do seu lugar na paisagem, não só pela inclusão do entorno, o sítio, como pelo cuidado com o patrimônio vivo, principalmente no que concerne à conservação dos jardins históricos.

Sobre as camadas naturais e construídas que o olhar alcança, entre rochas e extrações, plantas e plantações, casas e cavernas, correntes e moinhos, repousam ainda camadas de processos mentais, lembranças, narrativas, conhecimentos sobre as culturas que habitaram e habitam os lugares. A partir de uma abordagem mais integrada da relação homem-natureza, em 1992 o termo “paisagem cultural” é apresentado como categoria de patrimônio na Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, realizado em Santa Fé, Novo México, sendo passível de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. O documento resultante dessa reunião é o primeiro instrumento legal de nível internacional a reconhecer esse tipo de patrimônio, que abrange uma diversidade de manifestações da humanidade sobre o meio ambiente natural, evidenciando os modos tradicionais de vida.

No mesmo ano, realiza-se nova reunião de especialistas em Petit Pierre, França, organizada pelo Centro de Patrimônio Mundial em contato com o ICOMOS e a IUCN, entre outros. Como um de seus resultados, define três tipologias de paisagens culturais estabelecidas nos Alinhamentos Operativos para a Aplicação da Convenção, que são apresentados a seguir, na Figura 1:

Figura 1: Classificações para a Paisagem Cultural segundo a UNESCO

<b>Classificações para Paisagem Cultural da UNESCO</b>	
1. Paisagem claramente definida, desenhada e criada intencionalmente	<p>Espaços ajardinados, projetados por razões estéticas. Incluem-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lotes residenciais pequenos.</li> <li>• Fazendas, plantações e campos com elevados valores cênicos.</li> <li>• Arboretos, jardins botânicos ou jardins de exposição; jardins e parques zoológicos.</li> <li>• Espaços exteriores de templos, igrejas, conventos e cemitérios.</li> <li>• Monumentos e memoriais; parques comemorativos históricos.</li> <li>• Parques urbanos, temáticos, praças, canteiros, espaços comerciais e públicos.</li> <li>• Campos e terrenos institucionais; comunidades e conjuntos desenhados.</li> <li>• Centros de recreio, balneários; terrenos industriais e comerciais.</li> <li>• Terrenos desenhados ou desenvolvidos para a recreação no espaço exterior.</li> <li>• Centros para feiras e exposições.</li> <li>• Corredores paisagísticos, alamedas, passeios, caminhos interpretativos.</li> <li>• Espelhos d'água e fontes (considerados independentemente e não como parte de um conjunto).</li> </ul>
2. Paisagem organicamente evolutiva: 2.1 Paisagem relíquia	<p>Refletem o processo de evolução de seu próprio uso ao longo do tempo. Guarda relação com atividade passada, já não sendo praticada socialmente mas ainda materialmente visível.</p>
2.2 Paisagem contínua	<p>Mostram o processo de evolução, porém estão ainda ativas, associadas aos modos de vida tradicionais. Muitos desses lugares também se destacam por apresentar soluções sustentáveis no uso dos recursos naturais.</p>
3. Paisagem cultural associativa	<p>Identifica-se no elemento natural um aspecto religioso, artístico ou cultural expressivo, muitas vezes sem manifestação cultural material no ambiente. Podem ser terreiros, árvores, fontes e bosques onde residem orixás e outras entidades.</p>

Fonte: Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, 1992  
[adaptado pela autora]

O Brasil, tão rico em diversidade natural como cultural, apresenta muitos exemplos que se encaixam nas definições acima e mesmo pela legislação brasileira, a paisagem é passível de tombamento desde o Decreto-Lei 25/1937 (Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico), podendo ser também reconhecida como patrimônio imaterial (Livro de Registro dos Lugares). Ainda assim, até o momento não se estabeleceu uma definição conceitual única sobre o termo na legislação, nem se implementaram políticas públicas que efetivassem a proteção da paisagem nacional, e dificilmente o modesto quintal açoriano, tema desta pesquisa, terá um reconhecimento mundial da ONU. Mas é possível realizar analogias e identificar padrões, mesmo pensando localmente.

Por exemplo, as fortalezas e fortificações da Ilha de Santa Catarina, administrada pela UFSC, são “paisagens claramente definidas”; não faltam trilhas e caminhos de uso histórico para deslocamento de pessoas e de produção, reconhecidos oficialmente através da Lei 5.979/2002 e atualmente revitalizados pelo Programa Roteiros do Ambiente como exemplos de paisagem “reliquia”; “paisagens contínuas”, como os ranchos de pesca, os casarios históricos das freguesias e do centro de Florianópolis, os engenhos e alambiques em funcionamento. Há ainda inúmeros lugares a se apontar como “paisagem cultural associativa”. Manoel da Costa (2014, p. 21) aponta como solos sagrados “[...] a Ponta do Sambaqui, Ponta do Goulart, Ponta da Lessa, Ponta do Coral, Ponta da Caiacangaçu, Ponta das Almas, Ponta das Campanhas, canto da Praia do Moçambique, ponta da Galheta.”. Os “sítios naturais sagrados”<sup>27</sup>, são lugares encantados que guardam um significado espiritual especial para certas comunidades, evidenciando o papel desses grupos enquanto guardiões dos conhecimentos ancestrais. Contudo, Mauro (2014) constata também que esse tipo de patrimônio se vê extremamente ameaçado pela massificação cultural, pelas manipulações econômicas e pela intolerância religiosa e o preconceito.

A categoria de patrimônio “paisagem cultural”, definida pela UNESCO em 1992, começa a ganhar corpo no Brasil com a Carta de Bagé, também conhecida como Carta da Paisagem Cultural, publicada em 2007, no Rio Grande do Sul. Nela se identifica a paisagem cultural

---

<sup>27</sup> Um estudo mais completo e atualizado sobre esse assunto pode ser encontrado na Tese de doutorado de Érika Fernandes-Pinto, “Sítios Naturais Sagrados do Brasil: inspirações para o reencantamento das áreas protegidas”, publicada em 2017.

enquanto elemento importante do território nacional, reconhecendo que “Biodiversidade e pluralismo cultural são os dois fatores mais importantes para a sobrevivência humana no planeta” (CARTA DE BAGÉ, 2007). O evento teve apoio do IPHAN, órgão responsável pelas atividades de registro e salvaguarda de monumentos e cidades históricas brasileiras, dos bens móveis e dos sítios arqueológicos, por meio de Superintendências em todos os estados do Brasil e escritórios técnicos em 27 cidades históricas. Em 2009, o IPHAN lançou a Chancela das Paisagens Culturais Brasileiras<sup>28</sup>, sendo:

[...] um instrumento para o reconhecimento do valor cultural de uma porção definida do território nacional, que possui características especiais na interação entre o homem e o meio ambiente [...]. São exemplos da Paisagem Cultural as relações entre o sertanejo e a caatinga, o candango e o cerrado, o boiadeiro e o pantanal, o gaúcho e os pampas, o pescador e os contextos navais tradicionais, o seringueiro e a floresta amazônica, por exemplo. Como estes, outros tantos personagens e lugares formam o painel das riquezas culturais brasileiras, destacando a relação exemplar entre homem e natureza. (IPHAN, 2009, p.18)

Percebe-se que a inovação dessa chancela é a soma de manifestações culturais dinâmicas, materiais e imateriais, e sua forte relação com determinada porção territorial, ou seja, reconhecer o espaço que habita as paisagens, parafraseando Milton Santos (2006). Por meio de um Plano de Gestão, sociedade civil, poder público e privado se comprometem a manter as características que outorgaram ao território a chancela. Incentiva-se ainda a criação de museus, centros de interpretação e casas de cultura associadas às paisagens culturais.

O projeto “Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina” foi reconhecido pelo Conselho Consultivo do Iphan como “candidato” à Chancela em 2011, resultando na assinatura de um Acordo de Cooperação entre as partes e no tombamento de diversos bens, um trabalho conjunto de mais de vinte anos entre a Superintendência do IPHAN em Santa Catarina, a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e os 17 municípios que integram o projeto (INSTITUTOS DE ARQUITETOS DO BRASIL, 2011; WESSHEIMER, 2012).

---

<sup>28</sup> Portaria Iphan 127/2009.

O Vale do Itajaí foi pioneiro ao receber o tombamento federal da Escola Rural de Rio dos Cedros, ainda na década de 80. A partir do aprofundamento dos estudos realizados, entre 2007 e 2014, mais 60 bens foram tombados no âmbito do Projeto Roteiros Nacionais de Imigração, entre arquitetura religiosa (07 bens), residencial rural (36 bens), comercial (08 bens), recreativa e institucional (04 bens), escolar (02 bens) infraestrutura urbana e transportes (02 bens), cemitério (1 bem), 1 núcleo urbano e 2 núcleos rurais (Paisagem Cultural). (IPHAN, 2014)

Embora a Chancela seja um instrumento inovador e exista o reconhecimento institucional dessas paisagens culturais por parte do IPHAN, nenhuma delas foi de fato chancelada nos termos da Portaria e desde 2014 os processos de chancela foram suspensos pelo próprio órgão. Em 2017 formou-se um grupo de trabalho para avaliar e aprimorar esse instrumento (IPHAN, 2017). Novamente, o desafio é estabelecer a cooperação e dar continuidade aos acordos entre as diferentes esferas e departamentos envolvidos. Maria Regina Weissheimer, servidora do IPHAN, sintetiza as principais dificuldades no delineamento do pacto de gestão entre os agentes:

A pactuação, além da delimitação e caracterização da paisagem cultural que se pretende chancelar, requer o alinhamento de parceiros com responsabilidades e atuação em áreas diversas que, muitas vezes, não possuem prévia vinculação com a temática do patrimônio cultural. Em alguns casos, os parceiros indispensáveis para a chancela não enquadram o patrimônio nem dentro suas atribuições nem dentro suas prioridades [...]. Somado a isso, frise-se que o Brasil não possui tradição em planejamento e gestão continuada ou integrada entre órgãos. Do ponto de vista político, as gestões de um governo são, muitas vezes, marcadas pelo abandono de projetos iniciados no governo anterior, e assim sucessivamente. No que tange ao planejamento urbano, o interesse público vem sendo solapado pelo privado, especialmente no que se refere aos negócios imobiliários, promovendo a desqualificação ou mesmo o desaparecimento de paisagens tradicionais [...]. Em todos os casos, é preciso começar a praticar. (WEISSHEIMER, 2012, p.12-13)

Fica evidente nas palavras de Weissheimer (2012) que a consolidação dessas políticas públicas depende de uma negociação de interesses, da continuidade das ações e do esforço dos agentes por zelar pelo patrimônio, sem perder de vista as objetividades das propostas. Mesmo sendo desafiador, começar a praticar é essencial para encontrar respostas, e também novas perguntas. Com dez anos do início do projeto de Chancela, o IPHAN lançou entre 07 de julho e 30 de setembro de 2019 uma consulta pública para atualização do texto, com o intuito de compor uma nova Portaria. Dentre as alterações, há inclusive uma sugestão de revisão conceitual: enquanto a primeira definição enfatiza a porção territorial como objeto, a segunda opção dá destaque ao sistema de relações entre grupos sociais e a natureza sobre o território, que é associado às práticas culturais desenvolvidas por esses grupos. Define-se o que é o pacto de gestão, plano de gestão e quais são suas etapas e se inclui ainda a necessidade de anuência de entidade ou coletivo quando houver comunidade tradicional no território, em conformidade com o disposto no Decreto 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais (IPHAN, 2019).

Essa revisão no texto da Portaria encontra reflexo nas inquietações de Sonia Berjman sobre a construção de conceitos e paisagens no imaginário urbano, no que se espera para o desenvolvimento das cidades. A autora, que é Doutora em História da Arte e também em Filosofia e Letras, sugere o seguinte:

El paisaje cultural como imagen creada debe responder a una intención. Y nos preguntamos ¿cuál? ¿cuál es la imagen urbana que deseamos? ¿cuales son nuestras reales necesidades en tanto habitantes del espacio de la ciudad?

Podemos intentar una respuesta: Necesidad de reencontrarnos con nuestras verdaderas raíces; de entender que es lo heredado, lo copiado, lo creado, lo incorporado; de diseñar nuestro propio modelo de acuerdo a nuestra identidad actual. Necesidad de naturaleza (aunque sea dominada) en convivencia con el patrimonio artificial; de contar con espacios verdes para habitar, en libertad, donde haya lugar para lo lúdico y lo mágico.

Queda mucho por hacer por el patrimonio del paisaje, principalmente ponernos de acuerdo. (BERJMAN, 2006, p.8)

Um caso exemplar dessa busca por concordância entre as partes e assimilação do conceito de paisagem tanto para a pesquisa científica como para o desenvolvimento social se deu na parceria entre a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Prefeitura de Recife/PE. Ana Rita de Sá Carneiro<sup>29</sup>, junto ao Laboratório da Paisagem da UFPE, realizou um inventário dos seis jardins mais representativos de Burle Marx na cidade de Recife. O estudo resultou na restauração de quatro deles e em diversas pesquisas e ações que auxiliaram na compreensão do jardim enquanto unidade paisagística. Entendendo primeiro o jardim, revelou-se a paisagem cultural como espaço de valorização social e ação política<sup>30</sup>.

Ana Rita aponta que mesmo os jardins mais simples, ordinários, os que são feitos a partir da imaginação de cada um, também são vias de acesso para descobrir o “jardineiro que há em você” e estabelecer uma relação íntima com a paisagem, pois “toda paisagem é cultural e é uma questão de identidade e respeito” (UNESP EM PAUTA, 2015). Conhecer sua “paisagem interior” e identificá-la no espaço coletivo compartilhado é uma estratégia fundamental para a educação para o patrimônio e também para a conservação dessas áreas.

Como se percebe na discussão sobre as definições do termo paisagem, história e contexto influenciam na sua identificação e, conseqüentemente, proteção e conservação para o futuro. Os usos do território deixam marcas que sobrevivem muitas vezes à sociedade que os

---

<sup>29</sup> Ana Rita de Sá Carneiro é professora titular da UFPE e coordenadora do Laboratório da Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE. Membro do Comitê Internacional de Paisagens Culturais ICOMOS/IFLA e da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas/ABAP, e representante do ICOMOS Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq “Jardins de Burle Marx” e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa do CNPq “Pensar Paisagem”.

<sup>30</sup> Em entrevista ao UNESP em Pauta, Ana Rita comenta que a parceria entre Universidade e Prefeitura foi facilitada devido à carreira progressiva da professora como funcionária do município por 16 anos. Por outro lado, diz não haver união entre os professores de projeto e de edificação com os pesquisadores da paisagem, sendo necessária maior integração, compreensão e respeito entre as áreas. Esse quadro dá pistas da necessidade de fortalecimento dos laços de confiança entre os distintos agentes do patrimônio para que se efetive sua conservação e uso adequados.



criou, sendo sobrepostos por novas atividades sociais. Para esses fragmentos, Santos (2006, p. 92) tem a seguinte definição:

Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho.

Esses restos presentes na paisagem são indícios dos usos culturais de um grupo de pessoas determinado, que reconhece nesse espaço elementos de sua identidade cultural juntamente dos elementos naturais, e são por estes moldados. Para Milton Santos (2006, p.25) “[as] rugosidades não podem ser apenas encaradas como heranças fisicoterritoriais, mas também como heranças socioterritoriais ou sociogeográficas” e, dito isso, ressalta que os conjuntos edificados sobre a paisagem estão num estado latente de ação, prontos para entrar em funcionamento, para fazer sentido. Um rancho de pesca, em sua materialidade, não é mais que um galpão simples com seus apetrechos característicos; o que lhe dá sentido e amplitude é a atividade desenvolvida no território, a reunião dos indivíduos, suas crenças, ritos e métodos de ação.

A atual repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais dos trabalhos anteriores. E a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho, que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas. (SANTOS, 2006, p. 92).

Com o intuito de se estabelecer uma Convenção Global da Paisagem, a Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (IFLA) incentivou que cada país membro promovesse a construção de uma declaração de princípios éticos, pautada em leis, acordos e processos práticos que promovessem o reconhecimento, a proteção, a gestão e o planejamento sustentável das paisagens nacionais (IFLA, 2018). O Brasil apresentou sua resposta em 2010, no documento “Doze Princípios da

Carta Brasileira da Paisagem”, enfatizando a criação da Chancela da Paisagem Cultural como um avanço no âmbito das políticas públicas.

Num segundo momento, a Colômbia liderou a iniciativa transnacional pela construção da Carta Latino-Americana da Paisagem, motivada pela Carta da Paisagem Mediterrânea, assinada na Espanha em 1993 e pela Convenção Europeia da Paisagem, de 2000. Esses movimentos resultaram na publicação da Carta da Paisagem das Américas, em 2018, assinada na Cidade do México<sup>31</sup>. Nela, adota-se uma estratégia singular para compreender a paisagem, através da decomposição e recomposição de suas múltiplas camadas, segmentando-a em cinco estratos definidos: natureza, cosmovisão, cultura, ética e “americanidade” como identidade. O quadro a seguir reúne tais definições:

Figura 2: Quadro dos cinco estratos da paisagem cultural

CINCO ESTRATOS DA PAISAGEM CULTURAL	
1º estrato: Natureza	legado biológico · ampla biodiversidade ligação entre os dois polos · separação de dois oceanos
2º estrato: Cosmovisão	forma de ver a vida e entender a natureza · aspecto metafísico da paisagem espiritualidade, noção estética, artística, mística imaginário individual e coletivo dos povos originários e contemporâneos
3º estrato: Cultura	sobreposições de escrituras · palimpsesto cultural 1º palimpsesto: arquitetura dos povos originários 2º palimpsesto: mescla de paisagens urbanas e rurais do período colonial 3º palimpsesto: paisagem contemporânea · produto do processo de industrialização · diferenças culturais, econômicas e sociais entre América ibérica e América anglo-saxônica
4º estrato: Ética	mudança de paradigma · consciência da finitude dos recursos busca por uma ética ambiental e estética
5º estrato: “americanidade” como identidade	recomposição dos cinco estratos sobrepostos como valores redefinição de paisagem e identidade cultural

Fonte: IFLA Américas, 2018 [adaptado pela autora]

<sup>31</sup> A Carta da Paisagem das Américas emitida no México já teve reverberações no Brasil, sendo debatida no 5º CIAP Paisagem e Arte, Congresso Internacional de Arquitetura Paisagística, realizado em abril de 2019 em São Paulo/SP e no 21º Congresso Brasileiro de Arquitetos (CBA), em outubro de 2019, em Porto Alegre/RS (ABAP, 2019).

A análise desses cinco estratos evidencia as sobreposições temporais que se operam na paisagem, assim como as diversas lentes com que se olha a paisagem cultural. Encaram-se, primeiramente, as dimensões territoriais, as composições ambientais e toda a diversidade de vida que existe nesse estrato de patrimônio que é da ordem dos sentidos – o que se vê, se escuta, se cheira, se ingere, se toca ou pisa na paisagem. A segunda camada é imaterial. A cosmovisão é alimentada criativamente por mitos, lendas e fatos históricos, compartilhados muitas vezes de forma oral, ensinados por repetição. Aqui se encontram novamente os Sítios Naturais Sagrados (FERNANDES-PINTO, 2017, p.22), “interpretados como lugares de inspiração, revelação, reverência, cura e comunhão com a natureza e visitados em ocasiões especiais, para a realização de cerimônias ou rituais.”

O terceiro estrato é um palimpsesto histórico-cultural. Trata-se de enxergar a paisagem como uma sobreposição de escrituras borradas, sobrescritas e incompletas. Para Milton Santos (2006, p. 69), o palimpsesto evidencia a “memória viva de um passado já morto”. Na paisagem há ruínas, objetos enterrados, trilhas escondidas; fragmentos materiais de sucessivos passados que se pode analisar, conservar, visitar; contudo, inanimados pela perda de função ativa na vida contemporânea. As radicais mudanças provenientes da modernização, da industrialização e do crescimento demográfico nas cidades resultam em um radical aumento no consumo de tudo que vem da natureza, de seu subsolo à força das águas, e de um afastamento crescente entre o ser humano e o mundo natural.

Com essa dessacralização, a natureza passou a ser entendida como um conjunto de recursos naturais, mera matéria-prima a ser explorada para atender demandas e desejos das sociedades humanas. Um processo que vem resultando em um quadro de degradação ambiental generalizada, em meio a uma crise de proporções planetárias. Essa conjuntura não é somente ecológica, mas envolve múltiplas facetas, que vão da relação da sociedade com a natureza à interação dos seres humanos entre si, da percepção dos indivíduos quanto a si mesmos ao sentimento de conexão com uma fonte mais profunda de significado da vida. (FERNANDES-PINTO, 2017, p.24)

Os impactos da vida moderna sobre o planeta vêm sendo anunciados desde a emissão do relatório “Os limites para o crescimento”,

elaborado pelo Clube de Roma<sup>32</sup> na década de 1970. Nele se conclui que o modelo de desenvolvimento econômico praticado no ocidente é dificilmente universalizável, porque há um limite de recursos naturais existentes no planeta. Pela primeira vez, um documento científico passa a abordar o estilo de vida da sociedade como um problema para a escassez de recursos, sendo o mote para a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, e convidando a comunidade científica e a política internacional a pensar o que se faz com a natureza que se usa diariamente.

Pensar a natureza como condição de existência, nos distancia da compreensão da paisagem apenas como panorama, apreendida por um sujeito contemplador, para compreendê-la como parte da natureza da qual dependem nossa existência e espiritualidade. A ética ambiental visa considerar o mundo natural como valor moral. (IFLA, 2018, p.5)

A ética configura o 4º estrato da Paisagem Cultural, sendo necessário reconhecer a interdependência entre os seres vivos, os processos e os ambientes. É uma discussão que começa a amadurecer enquanto políticas públicas. Para dar um exemplo, em 2016, foi aprovado na 71ª Assembleia Geral da ONU o reconhecimento dos direitos da natureza e seus processos para torná-lo eficaz, por meio da legislação, da economia ecológica, da educação, das ciências holísticas, das humanidades, da filosofia e da ética, da teologia e da espiritualidade, da arte, das mídias e da arquitetura. Florianópolis foi a primeira capital e terceira cidade do país a reconhecer a natureza como sujeito de direitos (Emenda à Lei Orgânica 47/2019). Orlando Ferretti, em sua tese de doutorado sobre os Espaços da Natureza Protegida na Ilha de Santa Catarina, conclui que:

Como geógrafo, entendo que a natureza é parte integrante e fundamental da atual sociedade, essa não existe sem a primeira. O espaço, como uma totalidade sociedade-natureza, envolve o entendimento de que a primeira natureza permanece na sociedade que cria a segunda natureza. Isso significa que os sistemas

---

<sup>32</sup> Em 1968, cria-se o Clube de Roma, um grupo multiétnico composto por trinta profissionais entre cientistas, educadores, economistas, industriais e funcionários públicos. Dentre eles, um grupo de pesquisadores junto ao Massachusetts Institute of Technology (MIT) promovem o estudo publicado em 1972.

naturais descritos neste trabalho continuam fazendo parte da cidade, da área urbana, na maioria das vezes sob esta, não desaparecem apesar das mudanças efetivas na paisagem. E, a sociedade, em seu contexto urbano, está condicionada aos fenômenos desses sistemas naturais. Assim, essa integração, que é sistêmica, é inevitável e precisa ser entendida plenamente antes de qualquer modificação na totalidade da primeira natureza. Até porque, ainda não compreendemos todos os elementos da paisagem que formam esse espaço, compreendemos sua forma, mas nem sempre sua essência. (FERRETTI, 2013, p.278)

Por fim, o 5º estrato da Paisagem Cultural é a reunião de todas essas camadas sob um novo fio condutor, que permita agir de forma ética e responsável, considerando os usos e ocupações múltiplos do espaço, as diversas culturas envolvidas, suas histórias e crenças, e respeitando os direitos de toda biodiversidade que existe nesse conjunto de múltiplas relações denominado paisagem.

Embora os avanços na reflexão sobre o conceito de paisagem, seus desdobramentos em ações ainda são raros. Com a criação/suspensão/reavaliação da Chancela de Paisagem Cultural, percebe-se como a gestão desses espaços se torna complexa quando envolve diversos agentes e interesses. A Museologia busca se apropriar da discussão e propor também medidas de compreensão e proteção. Em julho de 2014, apresentou-se a “Carta de Siena” numa pré-conferência do ICOM Itália, documento que foi adotado como ponto de partida para pensar “Museus e Paisagens Culturais”, tema da 24ª Conferência Geral do ICOM em 2016. Nessa carta preliminar, assumiu-se que há múltiplas noções de paisagem no mundo e que elas não devem ser homogêneas, mas compreendidas. Ressaltou-se também que museus, parques, monumentos, ecomuseus, sítios arqueológicos e centros de interpretação constituem “comunidades de paisagem” e devem contribuir para uma gestão compartilhada e colaborativa da mesma, baseada na cidadania.

Os museus podem trazer uma contribuição significativa a uma administração do território que seja respeitosa dos valores da paisagem, sob a forma de conhecimentos sobre o território, o patrimônio e a paisagem; graças às atividades de proteção, de conservação, de interpretação do patrimônio cultural levados ao interior e ao exterior de seus muros, pela via da participação ativa no processos de planejamento territorial e

urbanístico e de definição e de práticas políticas paisagísticas (= de defesa da paisagem ). (CARTA DE SIENA, 2014)

Ao fim do evento, o Fórum dos ecomuseus e museus comunitários, lançou uma Carta de cooperação, comprometendo-se em colaborar com a proteção das paisagens, acompanhando e valorizando o patrimônio vivo local, por meio de seus componentes materiais e imateriais. Mais que um agente no território, o “ecomuseu é uma rede de atores locais”, que trabalha em parceria com outros museus, monumentos, sítios e demais engajados no patrimônio. No documento trazem o conceito de Paisagem definida pela Convenção Europeia da Paisagem (Florença 2000), como uma construção cultural, que

“[...] designa uma parte do território tal como percebida pelas populações cuja característica resulta da ação de fatores naturais e ou humanos e de sua interrelação.”

Segundo essa definição, a comunidade de habitantes e seus membros, antigos e atuais, são responsáveis coletivamente e mutuamente pela paisagem, por sua proteção, sua transformação e seu conhecimento. O ecomuseu é o melhor instrumento para a mobilização e a educação da população, pela observação atenta e cuidadosa da paisagem, por realizar a mediação junto aos visitantes do território, porque ele é capaz de compreender todos os componentes da paisagem natural ou cultural, tangível ou intangível. (CARTA DE COOPERAÇÃO DE MILÃO, 2016) [grifo nosso]

Iluminadas palavras que encaixam os conceitos dessa forma. O ecomuseu, representante da museologia que mais conseguiu se aproximar das comunidades tradicionais e de seus territórios, é o melhor instrumento para *organizar* essa população, por meio da *sensibilização*, do *reencantamento* – como diria Érika Fernandes-Pinto, (2017), por rerepresentar a simplicidade da vida para as pessoas da cidade, porque ele faz parte daquilo que vibra, daquilo que é *vida*.

Para Ana Paula Amendoeira, especialista em patrimônio histórico e paisagístico em Portugal, os museus têm um importante caminho a ser traçado junto às comunidades, fomentando a conexão inseparável entre “cultura e agricultura” e destacando suas manifestações enquanto conhecimentos, por meio do patrimônio imaterial.

Os sentimentos de pertença são importantes para a defesa, para a compreensão, para o equilíbrio, para a qualidade de vida das pessoas. E para o futuro. As paisagens culturais são importantes em primeiro lugar para o futuro e não para o passado ou para o patrimônio, são uma fonte de conhecimento e também de sabedoria [...]. Recuperar visões e saberes tradicionais actualizando-os às necessidades do presente e associando para isso as possibilidades da produção e da transferência do conhecimento na gestão equilibrada das paisagens e convocando para isso o compromisso das comunidades implicadas é trabalho e desafio para todos nós e que pode objectivamente melhorar a vida das pessoas. Mas que melhor instituição do que os museus para costurar esta relação, para trabalhar neste sentido com os territórios, com as pessoas? (AMENDOEIRA, 2016, p.23)

Dessa forma, o Museu encontra um espaço de representação muito amplo, tão amplo quanto a paisagem pode ser, e tão difícil de definir e administrar quanto as percepções não visíveis. A seguir, as definições de museu e museologia são aprofundadas, com o intuito de se visualizar melhor o caminho até o quintal e suas conexões com a paisagem e o patrimônio.

### 1.3 Museologia e Museu

Atualmente, a delicadeza é uma atividade subversiva e prestar atenção é algo realmente escandaloso. Estamos condenados a conhecer mais e nos entendermos menos.

Marco Maggi apud Hugo Achugar (2006)

Pode-se compreender a Museologia como tudo aquilo que compete ao Museu e aos departamentos museais em bibliotecas e reservas técnicas; como uma disciplina científica que estuda a relação específica entre o ser humano e a realidade; e ainda como o conjunto de reflexões críticas e teóricas para a documentação do real contido no objeto musealizado. A “musealização”, por sua vez, consiste num conjunto de atividades para promover a preservação, pesquisa e comunicação disso que se tornou *musealia*, termo proposto por Stránsky em 1970 para definir a “mudança de natureza” do objeto, quando ele entra para uma coleção museal e deixa

de corresponder à sua função original (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013, p.57).

Segundo Waldisa Russio Camargo Guarnieri (1981 apud BRUNO, 2010, p.123):

A Museologia é uma ciência nova e em formação. Ela faz parte das ciências humanas e sociais. Possui um objeto específico, um método especial, e já experimenta a formulação de algumas leis fundamentais. O objeto da museologia é o fato “museal” ou fato museológico. O fato museológico é a relação profunda entre o homem – sujeito conhecedor –, e o objeto, parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir. Essa relação comporta vários níveis de consciência, e o homem pode apreender o objeto por intermédio de seus sentidos: visão, audição, tato etc. Essa relação supõe, em primeiro lugar e etimologicamente falando, que o homem “admira o objeto”.

As discussões que envolvem a Museologia não chegaram a definições fechadas – e talvez nunca cheguem. Em paralelo à evolução dos conceitos relacionados ao patrimônio, a própria Museologia também se atualiza. A exemplo, a relação profunda entre “homem” e “objeto” será expandida no decorrer do desenvolvimento do termo e da própria área de atuação, constituindo-se na tríade “Homem (público/ sociedade), Objeto (coleção/ patrimônio), Cenário (museu/ território), em relação” (CANDIDO, 2003, p.166).

Museu é uma palavra de origem difusa. Pode ser interpretada como o “*Mouseion*” (templo das Musas), instituição de 7.000 anos atrás, que continha a Biblioteca de Alexandria e abrigava um templo às Musas da Grécia Antiga, filhas de *Mnemosine* (a memória), protetoras das artes, ciências e letras, inspiração para poetas e músicos. Porém, a museóloga e geógrafa brasileira Tereza Cristina Scheiner (1998) pesquisou que a origem do termo é ainda mais antiga, de dez mil anos, vinculando-se às atividades pagãs e ritos dionisíacos. O termo “*Mousaion*” (pelas Musas) seria a origem do Museu, colocando-o como um veículo da expressão criativa antes de ser um espaço fechado em si.

E se o Museu não é o espaço físico das musas, mas antes o espaço de presentificação das idéias, de recriação do mundo por meio da memória, ele pode existir em todos os lugares e em todos os tempos: ele



existirá onde o Homem estiver e na medida em que assim for nomeado - espaço intelectual ou espontâneo de manifestação da memória do Homem, da sua capacidade de criação. E como o pensamento grego estabelece, de uma ou de outra forma, o Homem como a medida de todas as coisas, o espaço primordial de manifestação das Musas seria então o próprio corpo do Homem – este sim, o verdadeiro templo das Musas, através do qual elas se manifestam pela palavra, pelo canto e pelos mitos de origem. Aí se inscreveria, portanto, a gênese do museu: no plano das Mitologias. (SCHEINER, 2008, p.61)

É o corpo, portanto, que conecta o mundo interior (imaginação, emoção, memória, sua parte intangível) ao exterior (ambiente, cultura, materialidade, o tangível); é no corpo que se materializam as musas, que se expressam as divindades, por meio das narrativas, cantos, danças e representações cênicas. Esse seria o “museu primordial”, o verdadeiro templo das Musas. Já o Museu é um “espaço relacional”, “um agente permanente de criação”. (SCHEINER, 2016)

O Museu tradicional, compreendido enquanto templo, é um espaço de guarda, pesquisa e comunicação dos valores de uma determinada sociedade representada prioritariamente por objetos, vestígios que passam a ser tratados como documentos, que ilustram não só o mundo natural como também as culturas. Dessa forma, o museu tradicional se ampara completamente nos objetos que compõem suas coleções, materializando as relações entre o ser humano e a realidade.

A partir dessa concepção, instituíram-se inúmeros museus (herdeiros das coleções principescas europeias e receptores das pilhagens dos demais continentes), dedicados a elevar a imagem de personagens míticos nacionais e objetos de todas as partes do mundo, como forma de legitimar uma visão da história e demonstrar poder por meio do tamanho de seus acervos (SCHEINER, 2008). Em 1946, o recém fundado Instituto Internacional de Museus (ICOM)<sup>33</sup> reflete essa concepção apontando em sua Constituição que:

---

<sup>33</sup> O ICOM foi criado em 1946, com o intuito de reestabelecer a comunicação entre os museus do mundo, perdida em 1939, com o fim das atividades do Escritório Internacional de Museus (OIM), durante a Segunda Guerra Mundial. Por meio de seus diversos comitês, promove estudos e reflexões sobre a Museologia e os tipos de museus (LIMA, 2012).

a palavra “museus” inclui todas as coleções abertas ao público, de material artístico, técnico, científico, histórico ou arqueológico, incluindo jardins zoológicos e jardins botânicos, mas excluindo bibliotecas, exceto na medida em que mantenham salas de exibição permanentes. (ICOM, 2007 [1946]) [tradução nossa]<sup>34</sup>

Os jardins botânicos e zoológicos se incluem desde a primeira concepção de museu por reunirem e exibirem suas coleções publicamente, na lógica de aproximar o exótico da apreciação do público europeu/ocidental. A exibição pública de objetos e espécimes vivos tem como objetivo final o deleite e a instrução desses visitantes. O Estatuto do ICOM de 1951 evidencia essa lógica:

A palavra museu aqui denota qualquer estabelecimento permanente, administrado para interesse geral, com o objetivo de preservar, estudar, aprimorar por vários meios e, em particular, exibir ao público para seu deleite e instrução, objetos e espécimes de valor cultural: coleções artísticas, históricas, científicas e tecnológicas, jardins botânicos, jardins zoológicos e aquários. Bibliotecas públicas e instituições públicas de arquivo que mantêm salas de exibição permanentes devem ser consideradas museus. (ICOM, 2007 [1951]) [tradução nossa]<sup>35</sup>

O conceito de Museu ainda será remodelado, expandido e reinterpretado diversas vezes, com a realização de sucessivas assembleias e emblemáticos documentos, que foram sendo construídos e atualizados década a década, acompanhando os embates mundiais já citados. Em 1961, são incluídos na definição de museus os “monumentos históricos”, como os “locais históricos, arqueológicos e naturais, oficialmente abertos

---

<sup>34</sup> Texto original: “*The word ‘museums’ includes all collections open to the public, of artistic, technical, scientific, historical or archaeological material, including zoos and botanical gardens, but excluding libraries, except in so far as they maintain permanent exhibition rooms.*” (ICOM, 2007 [1946]).

<sup>35</sup> Texto original: “*The word museum here denotes any permanent establishment, administered in the general interest, for the purpose of preserving, studying, enhancing by various means and, in particular, of exhibiting to the public for its delectation and instruction groups of objects and specimens of cultural value: artistic, historical, scientific and technological collections, botanical and zoological gardens and aquariums. Public libraries and public archival institutions maintaining permanent exhibition rooms shall be considered to be museums.*” (ICOM, 2007 [1951])

ao público”, os “viveiros e outras instituições que exibem espécimes vivos” e as “reservas naturais” (ICOM, 2007 [1961]). A definição de Museu vai se transformando, na medida em que a compreensão sobre monumentos, sítios e paisagens culturais vão surgindo e ganhando espaço nos debates mundiais sobre patrimônio. A definição de Museu apresentada na 20<sup>a</sup> Assembleia Geral do ICOM, em Barcelona, responde a essas atualizações:

O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade.

Além das instituições designadas como “Museus”, se considerarão incluídas nesta definição:

I - Os sítios e monumentos naturais, arqueológicos e etnográficos;

II - Os sítios e monumentos históricos de caráter museológico, que adquirem, conservam e difundem a prova material dos povos e de seu entorno;

III - As instituições que conservam coleções e exibem exemplares vivos de vegetais e animais – como os jardins zoológicos, botânicos, aquários e viveiros;

IV - Os centros de ciência e planetários;

V - As galerias de exposição não comerciais;

VI - Os institutos de conservação e galerias de exposição, que dependam de bibliotecas e centros arquivísticos;

VII - Os parques naturais;

VIII - As organizações internacionais, nacionais, regionais e locais de museus;

IX - Os ministérios ou as administrações sem fins lucrativos, que realizem atividades de pesquisa, educação, formação, documentação e de outro tipo, relacionadas aos museus e à museologia;

X - Os centros culturais e demais entidades que facilitem a conservação e a continuação e gestão de bens patrimoniais, materiais ou imateriais;

XI - Qualquer outra instituição que reúna algumas ou todas as características do museu, ou que ofereça aos

museus e aos profissionais de museus os meios para realizar pesquisas nos campos da Museologia, da Educação ou da Formação. (ICOM, 2007 [2001]) [grifo nosso]

A base para essa nova definição é o reconhecimento da necessidade de se estabelecer pontes para cuidar desses “testemunhos materiais”. A interdisciplinaridade das áreas de conhecimento se torna visível quando sítios e monumentos, acervos vivos e parques naturais são tratados por museus e as nomenclaturas começam a corresponder (paralela e assimetricamente) a paisagens culturais e patrimônios naturais e culturais<sup>36</sup>. Novamente, a cooperação entre os distintos entes que compõem a sociedade é requerida para que os objetivos de conservação se alcancem e a Museologia se insira de fato nesses espaços patrimonializados, porém ainda não musealizados.

Em 2007 o conceito foi levemente atualizado com a troca da palavra “difunde” por “comunica” e da expressão “testemunhos materiais do homem e de seu entorno” para “patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente”, refletindo a assimilação dos novos conceitos; inclui-se também a palavra “estudo”, para além de “educação e deleite”:

O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite. (ICOM, 2007) [grifo nosso]

O Comitê permanente sobre a definição de museu, perspectivas e possibilidades do ICOM pretende atualizar mais uma vez a definição. Uma primeira tentativa de aprovação ocorreu durante a Assembleia Geral Extraordinária do ICOM, realizada em Quioto (Japão), em setembro de 2019. Contudo, adiou-se a votação, pois se reconheceu a necessidade de um debate mais amplo. O ICOM Brasil promoveu uma consulta online, que recebeu contribuições até 17 de janeiro de 2020, e que farão parte de um relatório a ser enviado para o ICOM internacional e divulgado publicamente (ICOM Brasil, 2019).

---

<sup>36</sup> A junção desses dois patrimônios poderia corresponder ao “patrimônio ambiental”, contudo não há consenso sobre o uso do termo.

A definição proposta é a seguinte:

Os museus são espaços democratizantes, inclusivos e polifônicos que atuam para o diálogo crítico sobre os passados e os futuros. Reconhecendo e abordando os conflitos e desafios do presente, mantêm artefatos e espécimes<sup>37</sup> de forma confiável para a sociedade, salvaguardam memórias diversas para as gerações futuras e garantem a igualdade de direitos e a igualdade de acesso ao patrimônio para todos os povos.

Os museus não têm fins lucrativos. São participativos e transparentes, e trabalham em parceria ativa com e para as diversas comunidades, a fim de coleccionar, preservar, investigar, interpretar, expor, e ampliar as compreensões do mundo, com o propósito de contribuir para a dignidade humana e a justiça social, a equidade mundial e o bem-estar planetário. (ICOM, 2019)

Não se trata de uma atualização da definição convencional, e sim da criação de uma totalmente nova. Por um lado, é bastante longa e não corresponde à real situação latino-americana, tornando-se em parte utópica e gerando certo sentimento de impotência (como *garantir* a igualdade de direitos?). Por outro lado, traz importantes atualizações, tratando o termo no plural, identificando-o enquanto espaço, e incluindo-se nele todas as culturas. Reforça assertivamente a “parceria ativa” entre os agentes do patrimônio<sup>38</sup>, exemplificada nas políticas públicas em execução, como as já mencionadas Chancela da Paisagem Cultural e a valorização dos jardins de Burle Marx em Recife/PE. Esses propósitos dignos e justos também encontram respaldo em legislação atual mais ampla, como exemplo, a inclusão da acessibilidade entre os programas obrigatórios do Plano Museológico (Lei 11.904/2009<sup>39</sup> em conformidade com a Lei 13.146/2015<sup>40</sup>), contribuindo na prática com a inclusão social.

Considerando a abertura do campo museal para as novas formas de se entender Museu e considerando a capacidade dos povos de gerirem

---

<sup>37</sup> [e registros], para incluir o patrimônio imaterial.

<sup>38</sup> Scheiner (2009) afirma que o ICOM foi criado visando auxiliar na elaboração de diretrizes e recomendações de caráter ético, enquanto a UNESCO discute as questões em âmbito paraestatal. Ou seja, a parceria é fundamental em sua origem.

<sup>39</sup> Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009: institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

<sup>40</sup> Lei 13.146 de 06 de julho de 2015: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

suas próprias memórias e constituírem espaços de salvaguarda da identidade coletiva, apresentam-se as sintéticas e poéticas definições de museu como “o lugar para colorir o pensamento”, de Diodato Aiambo e “o lugar que segura as coisas do mundo”, nas palavras de Orácio Ataíde (NASCIMENTO JUNIOR, 2009, p.160). Ambos são membros da comunidade indígena Tikuna, a primeira a fundar um museu indígena no Brasil, o Museu Magüta, mantido e dirigido exclusivamente pelos próprios indígenas desde 1990 e localizado em Benjamin Constant/AM. Segundo a museóloga Marília Xavier Cury (2016, p.13) “A ação museológica foi iniciada em 1988, quando os Ticuna perceberam que um museu poderia respaldar a luta indígena por demarcação de terras, a preservação da cultura e o seu reconhecimento como indígenas pela sociedade brasileira da qual fazem parte.”. Experiências similares já ocorriam no México e se multiplicaram no Brasil nas últimas décadas<sup>41</sup>, facilitadas pelo uso de redes sociais para comunicação e fomento de suas ações.

A apropriação das instituições museológicas tradicionais e a criação de novos museus por parte de grupos específicos como os indígenas são exemplos instigantes, que atualizam a função dos museus sob um ponto de vista decolonial e pela valorização das diversas identidades culturais brasileiras. Tereza Cristina Scheiner retoma e atualiza a lista de possibilidades do que um Museu pode ser na seguinte fala:

Ese es el museo en el que creemos, el que se configura en acto, traduciéndose en distintas manifestaciones, también denominadas museos: la plaza, la aldea musealizada, la ciudad monumento, el jardín botánico, el zoológico, el acuario, el ecomuseo, el parque nacional, el centro de ciencia y técnica, la galería del arte contemporáneo; y también el museo tesoro, el templo, el museo virtual (apenas existente en la tela de la computadora), el museo relicario, el museo interior:

---

<sup>41</sup> Cury (2016) destaca a criação dos seguintes espaços: Museu Rosa Bororo (Mato Grosso, 1988), Museu Indígena Kanindé (Ceará, 1995), Museu Indígena Aldeia Pataxó (Bahia, 2000), Museu Comunitário e Centro de Cultura Bororo do Meruri (Mato Grosso, 2001), Memorial Cacique Perna-de-Pau, do povo Tapeba (Ceará, 2005); Kuahí: Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque (Amapá, 2007), Casa da memória do Tronco Velho Pankararu (Pernambuco, 2009), Museu dos Povos Indígenas da Ilha do Bananal – Javaé e Karajá (Tocantins, 2010) e o Museu Indígena Kapinawá (Pernambuco, 2015).

síntesis de nuestras pequeñas y grandes experiencias personales. El museo integral, la gran memoria de la Biosfera. (SCHEINER, 2016)

O museu integral a que Scheiner se refere é um conceito definido em 1972, na Mesa-Redonda de Santiago do Chile, que buscou ampliar a visão da comunidade museológica da América Latina para a responsabilidade dos museus enquanto agentes de desenvolvimento social, correspondendo aos desafios que se colocavam à sociedade moderna. Na avaliação de José do Nascimento Júnior<sup>42</sup>, “[...] essas resoluções se traduziram no marco da museologia social, em uma referência para as políticas públicas na América Latina, marcando o progresso da área de museus na região durante as quatro décadas seguintes em termos de institucionalização e cooperação.”. (NASCIMENTO JUNIOR et al., 2012, p.101)

O evento teve uma estrutura inovadora, que possibilitou a conversa horizontal entre os participantes. As mesas foram organizadas ao redor de quatro temas específicos. Ressaltam-se a seguir as principais contribuições no que tange à interrelação entre patrimônio natural e cultural. O primeiro tema discutido foi “Museu e desenvolvimento cultural no ambiente rural e o desenvolvimento da agricultura”, coordenado pelo engenheiro e professor Enrique Enseñat, da Faculdade de Agronomia da Universidade do Panamá. Ele destacou a injustiça social como o problema mais grave e fundamental para o desenvolvimento, pautado na exploração dos trabalhadores agrícolas e na concentração de riquezas nas mãos de poucos. Em suas palavras: “A menos que se ponha fim ao controle de quase toda a terra por uma pequena parcela da população - e até que isso seja feito -, a massa da população rural sequer será capaz de se organizar para manifestar suas necessidades, aumentar sua renda, ou se alimentar e morar melhor.” (ENSEÑAT, 1972 apud NASCIMENTO JUNIOR et al., 2012, p.122). Ressalta ainda que o progresso não se mede necessariamente no crescimento do produto nacional bruto, mas na justiça e conquista de dignidade no trabalho.

---

<sup>42</sup> José do Nascimento Júnior é um cientista social brasileiro com longa carreira na área do patrimônio, ocupando cargos de gestão na Coordenação de Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura (2003-2004), no Departamento de Museus do IPHAN (2003-2009), no IBRAM (2009-2013), no Programa IBERMUSEUS (2007-2013), no Sistema Brasileiro de Museus (2007-2013) e na Política Nacional de Museus (2003-2013). Atualmente é doutorando em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST) (NASCIMENTO JÚNIOR, 2019).

Defende que, para desempenhar sua função no meio rural, o museu deve contribuir para o processo de conscientização social da população.

O debate dessa primeira mesa considerou a ausência de museus que abordem essa problemática e levantou duas propostas: a criação de pequenos museus que constituíssem uma rede gerida por museus maiores da região; e a organização de exposições itinerantes, que poderiam percorrer as cidades em veículos móveis, como ônibus e barcos. Para refletir sobre o planejamento das exposições, recomendou-se a participação de especialistas (engenheiros agrônomos e sociólogos). Destacou-se a importância na valorização dos recursos naturais da região e a possibilidade de abordar temas como desmatamento, erosões e uso de agrotóxicos, mostrando seus impactos e métodos alternativos. Além disso, o museu poderia influenciar na padronização e desenvolvimento de produtos artesanais da região onde se insere.

A segunda mesa-redonda teve como tema “Museu e os problemas sociais e culturais do meio ambiente” e foi coordenada por Jorge Hardoy, arquiteto, chefe de pesquisas do Centro de Estudos Urbanos e Regionais do Instituto Di Tella de Buenos Aires, Argentina. Como principais desafios Hardoy destacou o crescimento populacional das cidades, o não acompanhamento da expansão industrial necessária e o não desenvolvimento rural correspondente. Como consequência, o desemprego, o subemprego, a falta de moradia planejada, a destruição progressiva dos ambientes naturais e a concentração de atividades econômicas em poucos centros; tendências impostas pelas demandas financeiras e tecnológicas da indústria moderna. Hardoy apontou ainda que as iniciativas de políticas básicas nacionais nos países da América Latina (com exceção de Cuba) não levavam em consideração os aspectos ambientais e sociais no planejamento urbano local como parte do planejamento de desenvolvimento econômico e social.

Nesse contexto, as autoridades municipais são os sujeitos passivos de um processo em cujo planejamento e em cuja política exercem pouca influência. Sem autoridade política significativa, sem possibilidades financeiras, operando com uma administração tecnicamente obsoleta e, com poucas exceções, sem incentivos, as autoridades municipais não estão em condições de promover, coordenar e implementar as soluções que um processo tão dinâmico e complexo como o desenvolvimento urbano requer. No entanto, tradicionalmente, as autoridades municipais são



responsáveis não apenas por apresentar esquemas básicos, mas também por colocá-los em prática (HARDOY, 1972 apud NASCIMENTO JUNIOR et al., 2012, p.126).

Com essa afirmação, Hardoy aponta para as debilidades da organização estatal, que coloca os técnicos e especialistas numa condição de severa exigência de planejamento e execução, sendo ainda subordinados a gestores que preenchem cargos de indicação política e precisam lidar com a especulação fundiária e imobiliária urbana em expansão.

Os debatedores avaliaram que os museus deveriam abordar a questão da deterioração da paisagem e os perigos de se perturbar o equilíbrio ecológico. Exposições seriam as melhores soluções, contando com o auxílio de especialistas em urbanismo, antropologia, sociologia e problemas rurais. Reconheceram também que a maioria dos museus da América Latina era administrada por pessoas sem formação em Museologia, o que deveria ser contornado com treinamento especializado. Levantou-se a ideia de constituir uma Associação Latino-Americana de Museologia (ALAM), proposta que não avançou devido à ascensão de governos autoritários de direita por toda América Latina (SCHEINER, 2009). Por fim, também foi sugerida a criação de um novo tipo de museu, chamado a princípio “museu social”, que mostrasse o ser humano em seu ambiente, vinculado à história, à sociologia e à antropologia (NASCIMENTO JUNIOR et al., 2012).

A terceira mesa-redonda tratou do tema “Museu e desenvolvimento científico e tecnológico”, sendo conduzida por Mario Teruggi, Chefe da Divisão de Mineralogia e Petrologia do Museu de La Plata, República Argentina (em substituição a Paulo Freire, impedido de participar do evento pelo regime militar)<sup>43</sup>. Teruggi apontou que o fraco desenvolvimento de pesquisas e tecnologias de base indígena são a causa de maior distanciamento entre a América Latina e os países do hemisfério

---

<sup>43</sup> Hugues de Varine (1984 apud NASCIMENTO JUNIOR et al., 2012, p.142) comenta que “Em princípio, o encontro como um todo deveria ser animado, ou ‘moderado’, por Paulo Freire, o pedagogo brasileiro célebre por sua teoria e seu método de alfabetização conscientizadora. Ele havia, aliás, prometido refletir especialmente sobre uma nova concepção do museu como instrumento a serviço da libertação do homem e do desenvolvimento. Infelizmente, o regime militar brasileiro que havia expulsado Paulo Freire em 1964 depois de tê-lo prendido, vetou a participação desse personagem ‘subversivo’ em uma reunião da Unesco.”

norte; que importar tecnologias manteve esses países sob pressão econômica, social e ideológica; e que, além disso, há uma notável emigração de pesquisadores latino-americanos para países desenvolvidos, seja por questões políticas ou por melhores condições de vida e trabalho no exterior. Enfatizou a importância de cientistas e tecnólogos trabalharem de forma integrada com especialistas nas áreas das ciências sociais, humanas e políticas. Sugeriu que os museus de ciência e tecnologia poderiam ajudar na promoção da educação ambiental e na formação de técnicos de vários níveis. Durante o debate, indicou-se que as exposições mostrassem a relação entre o museu e o ambiente ao redor, *integrando-se* à comunidade. Conceberam então o conceito de “museu integrado”, que não correspondia necessariamente à criação de novos museus, mas sim de um novo olhar sobre as exposições e o papel do museu (TERUGGI, 1972 apud NASCIMENTO JUNIOR et al., 2012, p.133).

A quarta e última mesa foi sobre “Museu e educação ao longo da vida”, coordenada pelo Dr. César Picón Espinoza, Diretor-Geral de Escola e Educação Profissional do Ministério da Educação, Lima, Peru. Defendeu-se a promoção de reformas educativas, que aproximassem a educação da realidade, para que os estudantes compreendessem melhor a situação real de cada país; e que os cursos não deveriam ser tão especializados, mas sim gerais, promovendo a dignidade, a análise crítica e as iniciativas criativas. Para Espinoza, as parcerias entre o sistema educacional e instituições como museus, estações de rádio, televisão e cinema (de comunicação, portanto) são fundamentais. Ele propôs uma educação integral e continuada, que valorizasse a experiência, sem tanta ênfase nos certificados e diplomas.

Além disso, a participação em reuniões é fundamental para proporcionar ao indivíduo uma formação efetiva para a vida. É essencial que a posição do professor dentro do sistema seja redefinida, bem como a do próprio sistema. A comunidade não pode continuar a ser mantida fora do processo de educação. Um número cada vez maior de países latino-americanos está se conscientizando da necessidade de uma mudança radical em seus sistemas educacionais. Esses sistemas precisam de uma nova estrutura. (ESPINOZA, 1972 apud NASCIMENTO JUNIOR et al., 2012, p.135)

Os debatedores concordaram que para alcançar esses objetivos, seria necessário criar grupos multidisciplinares e incentivaram a realização de mesas-redondas entre museólogos e educadores em todos os países da América Latina. Opinaram que a reestruturação dos museus deveria acompanhar as reformas educativas, considerando que “A educação, a realidade nacional e o museu devem ser integrados em um todo único” (NASCIMENTO JUNIOR et al., 2012, p.137).

Além das recomendações sintetizadas em cada mesa-redonda, também solicitaram apoio da UNESCO para divulgar essa nova tendência de museu, capacitar pessoal de museu, criar um centro regional para a proteção dos recursos naturais, produzir um livro científico e outro popular sobre a história recente do desenvolvimento desses países, além de um filme, adaptado a todos os tipos de público.

Esse encontro, cheio de entrecruzamentos culturais e reflexões atualizadas sobre espaço e tempo na América Latina, ficou marcado pela noção inovadora do museu “*que se configura en el acto*”, como disse Scheiner (2016), e pela nova terminologia “museu integral”. Entende-se também o potencial dos museus para a educação e a formação crítica dos indivíduos. Infelizmente, os resultados pretendidos com a criação de museus experimentais e produtos de disseminação do conhecimento não foram concretizados, muito devido ao conservadorismo imposto pelos governos autoritários que emergiram em toda região. Mas as ideias reverberaram. Um ano antes da Mesa-Redonda, Hugues de Varine e Georges Henri Rivière colocavam em marcha o que definiram como “Ecomuseu”, um novo modelo de museologia, também pensado para a gestão participativa das comunidades sobre seus acervos e territórios.

Em 1979, Hugues de Varine publica o livro “Os Museus no Mundo” em três idiomas (português, francês e espanhol), alcançando repercussão e influenciando a nova geração de profissionais da área museológica. Segundo os museólogos Mario Chagas e Inês Gouveia (2014, p.9):

Na ocasião, o mundo dos museus já havia experimentado a crítica dos movimentos sociais dos anos 1960, incluindo aí o movimento estudantil, o movimento negro, o movimento feminista e o movimento hippie; já havia passado pela experiência da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), pela Revolução dos Cravos (1974) em Portugal, pelas guerras coloniais na África e pela guerra americana no Vietnã. Os jovens, por todo canto, manifestavam suas

insatisfações com o sistema estabelecido e com as guerras, anunciavam uma era de paz e amor e produziam novos modos de vida e novas formas de comportamento. A América Latina vivia o drama das ditaduras militares, das torturas e das perseguições políticas e ao mesmo tempo dos movimentos de luta e de resistência.

Nesse livro, Varine reconhece que os museus são uma consequência do sistema colonialista, impondo aos países não-europeus um método de análise e valorização dos patrimônios culturais: “[o mundo dos museus] é um fenômeno europeu que se difundiu porque a Europa produziu a cultura dominante e os museus são uma das instituições derivadas dessa cultura” (VARINE, 1979 apud CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p.11). Além de críticas à estetização dos museus, o autor apresenta novos pontos de vista ao discutir a responsabilidade social dos museus, sua dimensão pedagógica e relações com o público, além de trazer análises e exemplos de novas experiências museais; ideias que seriam fomentadas nos anos seguintes (CHAGAS; GOUVEIA, 2014).

Passados cinco anos do referido livro, um grupo de museólogos se reuniu em Quebec, Canadá, no ano de 1984, com o intuito de definir “Princípios de Base de uma Nova Museologia”, reconhecendo a Declaração de Santiago do Chile como fundamental, levantando outras experiências de museus e dando origem ao Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM).

Da ideia vaga de novas formas de museologia (museus comunitários, museus de vizinhança, ecomuseus etc.), o atelier foi evoluindo para o reconhecimento de um movimento com uma amplitude que não podia mais deixar de ser tomada como uma realidade nova da museologia [...]. Essencial à Nova Museologia era a interdisciplinaridade que contrariava os saberes isolados e redutores abrindo novos territórios à reflexão científica, empírica ou mesmo pragmática. (ARAUJO; BRUNO, 1995, p.2)

Eram tempos de evidenciar os contrastes entre a Museologia Tradicional e a Nova Museologia que se pretendia desenvolver. Buscava-se ampliar os domínios do pensamento museológico, intenção também exposta na Declaração de Oaxtepec, México, no mesmo ano. Nesse documento ressaltava-se a urgência em “se valorizar integralmente o patrimônio nacional como unidade natureza – homem”, assumindo-o

como resultado da relação do ser humano com o ambiente. De igual forma, as memórias coletivas e os conhecimentos comunitários deveriam estar acima dos monólogos museográficos dos especialistas, apresentando a relação entre território–patrimônio–comunidade no lugar de edifício–coleções–públicos determinados, pois “ao patrimônio, à comunidade e ao território é indispensável uma visão da realidade integrada, que neutralize o parcelamento da divisão técnica, social e internacional do trabalho” (DECLARAÇÃO DE OAXTEPEC, 1984 [tradução nossa]).

Em 1987, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas publica o Relatório Brundtland<sup>44</sup>, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, criando o conceito de desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (ONU, 2020). Embora amplo e de difícil aplicação, o conceito é um chamado para que todas as instituições reflitam sobre suas práticas, e os museus são novamente instigados a tomar posição e a pensar formas de se promover o desenvolvimento sustentável através de suas coleções e narrativas. Nesse ensejo, em 1986, durante a Conferência Geral do ICOM Internacional, o museólogo croata Tomislav Sola faz a seguinte provocação a seus colegas:

Podemos tolerar que umas dez mil espécies estejam desaparecendo irreversivelmente a cada ano do nosso planeta? Podemos aceitar que a natureza esteja sendo empurrada para as reservas? Devemos tolerar que a bioengenharia interfira na ordem natural, se é que ela ainda existe? Devem as nossas preocupações profissionais e éticas terminar numa orgulhosa posse do último espécime das espécies? Os museus estão aqui para documentar passivamente esses rumos desastrosos ou para fazer algo quanto a eles? (SOLA, 1986 apud CHAGAS, 2015, p.8)

Esse apelo reforça a vocação do museu como espaço de memória e reflexão crítica, disposto a sensibilizar a sociedade para a identificação dos valores atribuídos às práticas e recursos ambientais enquanto

---

<sup>44</sup> A Comissão leva o nome da médica norueguesa Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e ex-Primeira Ministra da Noruega, quem estabelece e preside a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Sua visão sobre saúde envolvia assuntos ambientais e de desenvolvimento humano, além da medicina. (ONU, 2020)

patrimônios de sua própria identidade cultural. Não é tarefa fácil a missão de oferecer soluções multidisciplinares complexas com ampla assimilação por parte das comunidades – e ainda equipá-las com ferramentas conceituais e técnicas para a seleção, preservação e organização de suas memórias, pensando em suas identidades e na continuidade das gerações futuras.

Conscientes de que a globalização e a tecnologia não trouxeram a desejada igualdade entre os povos na América Latina, o Seminário “A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios”, celebrado na Venezuela, em fevereiro de 1992, veio a atualizar os conceitos e renovar os compromissos da Museologia dentro dessa perspectiva de mundo. A Declaração de Caracas aponta para os contrastes causados pelo desenvolvimento, pois a mesma tecnologia que trouxe imensas possibilidades de investigação do micro ao macrocosmo, produziu também desequilíbrios ambientais. Somam-se ainda a dívida externa dos países latino-americanos, a crise de valores morais, a cultura da violência, a urbanização descontrolada, a privatização dos patrimônios, a ânsia pelo lucro. Por outro lado, reforça-se a consciência do local, a valorização das identidades, a necessidade da América Latina se unir.

Diante desse panorama, o Museu aparece como espaço de assimilação de processos sociais, de interação, de contribuição para o desenvolvimento e de orientação crítica para o presente. A Declaração de Caracas reconhece que tradicionalmente se valorizam os patrimônios de relevância histórica ou de caráter excepcional, excluindo-se outras formas de expressão cultural que são igualmente valiosas. Para reverter esse quadro, recomenda a aproximação do Museu com o Estado, a sociedade civil e os colecionadores particulares, fomentando o diálogo entre os distintos agentes. Com vistas a reforçar a continuidade de suas ações, o Museu deve promover a valorização social de seus funcionários<sup>45</sup>. Também aponta a necessidade de revisar a relação com o entorno, colocando-o como ponto de partida para as ações museais.

Essas discussões se refletem em solo brasileiro, em dois eventos que ocorrem no Rio de Janeiro também em 1992, o I Encontro Internacional de Ecomuseus, realizado em maio, e a Eco-92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em junho, que colocou o tema do desenvolvimento sustentável

---

<sup>45</sup> No Brasil, a profissão de Museólogo é regulamentada pela Lei 7.287/1984 e pelo Decreto 91.775/1985.

diretamente na agenda pública, adotando a “Agenda 21”, um compromisso de proteção à atmosfera, combate ao desmatamento, à desertificação e a perda do solo, prevenção da poluição, gestão segura dos resíduos tóxicos, entre outros. Compreendendo a pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimento como causadores de danos ambientais, recomendou-se fortalecer o protagonismo de mulheres, organizações sindicais, agricultores, povos indígenas, entre outros, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável.

Ao oferecer caminhos possíveis, a “Nova Museologia” passa a ser amplamente divulgada e aplicada, tornando-se “tendência”, adotada inclusive quando não correspondia aos princípios éticos que orientavam seu conceito. Com a perda de potência do termo, surge após os anos 1990, a denominação de Museologia Social ou Sociomuseologia.

[...] quando falamos em museu social e museologia social, estamos nos referindo a compromissos éticos, especialmente no que dizem respeito às suas dimensões científicas, políticas e poéticas; estamos afirmando, radicalmente, a diferença entre uma museologia de ancoragem conservadora, burguesa, neoliberal, capitalista e uma museologia de perspectiva libertária; estamos reconhecendo que durante muito tempo, pelo menos desde a primeira metade do século XIX até a primeira metade do século XX, predominou no mundo ocidental uma prática de memória, patrimônio e museu inteiramente comprometida com a defesa dos valores das aristocracias, das oligarquias, das classes e religiões dominantes e dominadoras. (CHAGAS, GOUVEIA, 2014, p.16)

As inovações tecnológicas que permitem a multiplicação de meios e suportes de informação e comunicação, somadas à compreensão da importância de se conservarem os depoimentos, as narrativas e os saberes-fazer das comunidades trazem um novo desafio à Museologia. Percebe-se que a conservação do patrimônio imaterial está muito mais relacionada à própria valorização das culturas e das identidades sociais que à preservação física de objetos, embora não se possa perdê-los de vista. Alan Trampe Torrejón (2017) estabeleceu a seguinte metáfora para falar dos museus atuais:

[...] eu gosto da imagem da árvore. Acho que a árvore, diferente da pedra, tem permanência, tem raízes, é forte, com certeza tem um relacionamento diferente com seu

meio. Ela se move com o vento, se molha com a chuva, cresce, perde galhos, algumas árvores têm frutas, têm flores, podem ser ocupadas por uma pessoa. A imagem da árvore me parece mais próxima de um museu, sólido, mas que pode mudar, acolher [...]. O sentido que eu dou ao trabalho nos museus é que tudo que nós fazemos tecnicamente nos museus é o que temos que fazer, é importante, sim, mas nada disso tem sentido se não tivermos uma finalidade, um objetivo, e no meu ponto de vista, o objetivo final do museu é contribuir a melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Contribuir para a qualidade de vida das pessoas é um ato que envolve extrema delicadeza e atenção. Para que esse exercício seja basilar à Museologia, e não mais uma atividade “subversiva” ou “escandalosa”, parafraseando Marco Maggi (apud ACHUGAR, 2006), é necessário manter vivo o pensamento crítico sobre o fazer museal, organizando-o em documentos e dispositivos legais, que resultem em ações efetivas de integração. Para dar sequência às propostas iniciadas em 1972, que repercutiram com tanto impacto em 1984 e 1992, a Museologia tem um amplo campo de atuação, que permeia distintas áreas do conhecimento e torna o diálogo com pesquisadores e trabalhadores de outras esferas extremamente necessário, já que todos terminam por agir sobre os mesmos territórios, lidando com os mesmos patrimônios e comunidades.

No que tange à Museologia nacional, em 1984 é aprovada a Lei 7.287, que trata sobre a regulamentação da profissão do museólogo e cria os Conselhos Federal e Regionais de Museologia. Em 1992, o Conselho Federal de Museologia (COFEM) cria o Código de Ética Profissional do Museólogo, publicado no Rio de Janeiro e aprovado em Sessão Plenária. Nele, define-se como dever do Museólogo guardar<sup>46</sup> a museologia, os museus e outras instituições que se deem à musealização, “a serviço do aprimoramento da cultura, da preservação e divulgação do patrimônio” (COFEM, 1992). Além disso,

Obriga o museólogo a observar os princípios museológicos, servir à coletividade, respeitar as atividades de seus colegas e de outros profissionais, bem como as leis e normas fixadas para exercício de

---

<sup>46</sup> Naquele sentido do poema de Antonio Cícero, à entrada do capítulo 1.



sua profissão nos Estatutos do Conselho Internacional de Museus – ICOM/UNESCO. (COFEM, 1992)

A profissão de museólogo é um elemento substancial da sociedade, que se preocupa em adquirir, documentar, conservar, expor, mediar o contato com os acervos, tanto aqueles preservados nos museus como em “trabalhos museológicos extramuros” (Artigo 8º do COFEM, 1992, sobre o que o museólogo deve, em relação ao patrimônio). Quase todo museu tem muros, mas todas as paisagens culturais também têm seus limites definidos. Os muros podem contornar o quintal de uma casa, ou de uma chácara, ou de um lote de terra, uma quinta. Todas as Unidades de Conservação da Natureza também terão suas regulamentações fundiárias definidas possivelmente por muros ou marcos naturais que cumpram a mesma função. Os trabalhos museológicos extramuros estão no mundo todo.

Em 2009, pela Lei 11.904, institui-se o Estatuto de Museus, que traz orientações para a proteção do patrimônio cultural musealizado ou passível de musealização e também para a organização do setor museal brasileiro. Trata-se da primeira lei específica para o setor, construída no âmbito do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus, que havia sido criado em 2004 pelo Decreto 5.264<sup>47</sup>.

O Estatuto de Museus traz uma definição de Museu em consonância com a definição do ICOM, porém com uma descrição de objeto que exclui o patrimônio natural.

Artigo 1º. Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009) [grifo nosso]

O Artigo 2º parece inclui-lo novamente quando traz entre os princípios fundamentais dos museus “IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;<sup>7</sup>” – sugerindo que cultural e ambiental sejam conceitos autoexplicativos e que as distinções estejam claras. Para desfazer as confusões, o Artigo 5º, estabelece que:

---

<sup>47</sup> Em 2013 o Decreto 8.124 incorpora suas determinações.

Consideram-se bens culturais passíveis de musealização os bens móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL, 2009) [grifo nosso]

Aqui se entende que a natureza das coisas pode ser material ou imaterial, e que essas coisas representam o que determinados grupos entendem por ambiente natural, identidade, cultura e memória. Portanto, cada grupo cultural deve poder determinar as coisas a que chama bens culturais, e que constituem seu patrimônio. Parece momento de se estabelecerem as bases da memória a que se refere quando falamos da natureza das coisas e da natureza em si.

#### 1.4 Memória Ambiental da Natureza

Para algumas pessoas é como se o chão da vida humana, das montanhas aos vales e o que aí se encontra, tivesse sido percorrido inteirinho por seus antepassados.

[...]

Que aprenderei eu com os feijões, ou os feijões comigo? Eu os trato com carinho, capino sua terra e dou uma olhada neles cedo e mais tarde; e esse é meu trabalho do dia. Têm uma folha larga e bonita de se olhar. Meus ajudantes são o orvalho e as chuvas que regam o solo seco, e o que há de fertilidade no próprio solo, na maior parte improdutivo e gasto.

A vida nos bosques, Henri Thoreau (1854)

*Natureza* é uma palavra versátil na língua portuguesa, usada tanto para representar tudo que rodeia o indivíduo como também seu interior. As primeiras definições do Dicionário trazem como Natureza o “Conjunto de seres vivos que formam o Universo; força ativa que estabeleceu e conserva a ordem natural de quanto existe; ordem natural do Universo”; o segundo sentido diz respeito ao psicológico de cada um, como “essência ou condição própria de um ser; temperamento; caráter; índole;”. Curiosa definição que encontra uma oposição à natureza marcando um processo de ruptura provocado pela humanidade, quando a toma pela “condição do

homem anteriormente à civilização” (BUENO, 1994, p.765); sendo que *Civilização* é entendido como “Estado de progresso e cultura social” (Idem, p.265). Ao entender a natureza tanto como força por trás do Universo como pelo estágio anterior à civilização, o ser humano parece travar uma batalha contra ela e em favor da cultura, como se fossem antagônicas e como se a cultura fosse um meio para essa libertação. Mas qual cultura?

Até o século XVIII, na Europa, a domesticação do mundo natural era tida como o mais alto nível de humanização, valorizando-se os campos de cultivo e a criação de animais, estabelecendo essa dicotomia. Com o desenvolvimento da sociedade industrial e a transformação radical do ambiente natural em cidades fabris, a vida no campo e em locais isolados toma ares nostálgicos e sonhadores, sobretudo por aqueles que não tinham experiência prévia na vida rural. Nessa conjuntura surge no século XIX um movimento no hemisfério norte com repercussões artísticas, políticas e filosóficas. O Romantismo exaltava o desejo do encontro com aquilo considerado natural, divino e espiritual, sendo Henri Thoreau um dos expoentes dessa filosofia (DIEGUES, 2008).

Para o sociólogo Antonio Carlos Diegues, autor de “O mito moderno da natureza intocada”, os escritores e artistas românticos

[...] fizeram da procura do que restava de “natureza selvagem”, na Europa, o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime. Nessa procura, as ilhas marítimas e oceânicas desempenharam papel essencial nessa representação do mundo selvagem. Não é por acaso que a ilha de Robinson Crusoe, descrita por Daniel Defoe, no século XVIII representa a síntese da simbologia do paraíso perdido após a expulsão do homem. (DIEGUES, 2008, p.26)

Esse “mito naturalista” influenciou a concepção dos primeiros parques nacionais norte-americanos<sup>48</sup>, tratados como “ilhas”. A visão estadunidense da “natureza intocada” foi incorporada pelos cientistas naturais da época, resultando na “Biologia da Conservação”. Por meio da criação de parques, porções de território consideradas selvagens passaram a receber visitantes e servir à pesquisa científica, além de resguardar o

---

<sup>48</sup> O primeiro parque nacional criado foi o de Yellowstone, nos EUA, em 1872.

habitat dos animais selvagens e “compensar” a degradação ambiental, formando ilhas de preservação (DIEGUES, 2008).

Mas existe mesmo uma “natureza intocada”? Basta pensar que a disseminação das “naturais” florestas de Araucária presentes no sul do Brasil se deu principalmente por interferência Kaingang e Xokleng<sup>49</sup> há 2.000 anos; ou que os índios Sioux não consideravam selvagens as montanhas e planícies ao seu redor, mas sim domesticadas por eles. Ignorar a presença e a cosmovisão desses povos e comunidades tradicionais sobre os espaços naturais foi uma atitude perversa e recorrente em todo processo colonizatório de forma global, tendo iniciado na América do Norte e repetindo-se como modelo devastador para os povos originários na África e na América do Sul. Quem se beneficia dos parques é o homem da cidade (DIEGUES, 2008).

Como essa ideologia se expandiu sobretudo para os países do Terceiro Mundo, seu efeito foi devastador sobre as “populações tradicionais” de extrativistas, pescadores, índios, cuja relação com a natureza é diferente da analisada por Muir e os primeiros “ideólogos” dos parques nacionais norte-americanos. É fundamental enfatizar que a transposição do “modelo Yellowstone” de parques sem moradores de países industrializados e de clima temperado para países do Terceiro Mundo, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas. Essa inadequação, aliada a outros fatores como: graves conflitos fundiários em muitos países; noção inadequada de fiscalização; corporativismo dos administradores; expansão urbana; profunda crise econômica e a dívida externa de muitos países subdesenvolvidos, estão na base do que se define como a “crise da conservação”. (DIEGUES, 2008, p.39)

A eficácia do modelo passa a ser contestada. Afinal, a preservação de áreas isoladas sem presença humana é suficiente para garantir a biodiversidade? Preserva-se por ser belo ou por ter uma função de interesse primordial? Criar uma ilha de preservação garante qualidade ambiental? Deve-se desprezar o conhecimento tradicional das áreas

---

<sup>49</sup> Uma matéria de divulgação científica sobre esse estudo foi publicada na Revista FAPESP; ver FREIRE, 2019.

naturais apenas por pertencerem a outra cultura? Frente a esses questionamentos, a partir de 1960, a definição de ambiente “natural” como sinônimo de lugar inabitado passa a ser relativizada. Surgem contrapropostas com novas formas de organização, ora defendendo o retorno a um modo de vida primitivo, ora sugerindo a criação de uma sociedade ideal e libertária. Despontam as escolas de pensamento ecológico, pautadas por movimentos sociais que lutam pelo direito à terra, e que não criticam apenas o modo de produção, mas, essencialmente, o modo de vida moderno.

O movimento ecológico coloca em questão o conceito de natureza em oposição à humanidade/cultura/história. Herança dos filósofos socráticos, a separação homem-natureza e espírito-matéria se expande com a influência judaico-cristã, passando a constituir também o pensamento científico moderno a partir de René Descartes. O conhecimento cartesiano vê a natureza como recurso a ser explorado para satisfazer as necessidades humanas. “O homem, instrumentalizado pelo método científico, pode penetrar os mistérios da natureza e, assim, torna-se ‘senhor e possuidor da natureza’. À imagem e semelhança de Deus, tudo pode, isto é, é *todo-poderoso*” (GONÇALVES, 1989, p.33). Deus no alto e o ser humano cada vez mais longe do chão; e a natureza “[...] dessacralizada, já que não mais povoada por deuses, pode ser tornada objeto e, já que não tem alma, pode ser dividida, tal como o corpo já o tinha sido na Idade Média. É uma natureza-morta, por isso pode ser esquarterjada...” (Idem, p.34)

Tornando-se objeto, a natureza perde seus mistérios. Para Érika Fernandes-Pinto (2017, p.62), “Como consequência, ao mesmo tempo que a magia e a religião são banidas para o plano do irracional, a ciência passa a refutar qualquer abordagem intelectual que, de alguma forma, exija uma apreensão subjetiva do mundo”, resultando na perda de uma visão de mundo que dava sentido à vida. Seguindo essa concepção, a natureza é classificada em categorias de análise, subdividida em química, biologia, física; e o ser humano em economia, história, sociologia, antropologia, psicologia. É cada vez mais difícil estabelecer a ponte entre natureza e cultura. Nem mesmo na tentativa de conciliar a interpretação sobre os patrimônios esses elementos conseguem ser integrados. Em meio à expansão industrial, a especialização do trabalho e a fragmentação das ciências encontram-se em um mundo minimamente coerente, onde a sociedade se divide em homens que pensam e homens que operam (e mulheres que apenas os acompanham).

Somente no século XX, com o conceito de “ecossistema” enquanto unidade complexa auto-organizada, é possível conceber uma ideia de harmonia e equilíbrio natural, mesmo que também exista caos. Ao contrário da visão dual de mundo, por essa ótica ecossistêmica, antagonismo e complementaridade não se excluem. Para Gonçalves (1898, p.73), a partir da concepção de ecossistema, “[...] cada ser vivo autônomo e singular é, ao mesmo tempo, uma exigência existencial para o outro. Esta exigência é que cria imediatamente uma solidariedade e uma complementaridade do outro em relação a si próprio.”. Entretanto, a concepção atomizada e individualizante sobre a evolução das espécies, que concebe como princípio de sobrevivência a seleção “natural” entre elas, não permite compreender que essa seleção está imbricada em uma integração ecossistêmica maior; que os “mais aptos” a determinadas situações também constituem ecossistemas, fortalecendo um ciclo que lhes favorece, mas não necessariamente o melhor ciclo.

A relação da sociedade com o seu-outro, a natureza, desenvolve-se através do agir comunicativo que estabelece os fins imaginários, sócio-historicamente instituídos, plano em que a razão técnico-científica não dispõe de plena autoridade para decidir, pois este é o campo da relação sujeito-sujeito e não da relação sujeito-objeto [...]. Que a sociedade rompa de vez com a idéia de que seus problemas serão solucionados meramente pela aplicação de uma determinada técnica, seja ela qual for, pois este é o terreno seguro que leva à tecnocracia. Evitar tal risco exige, portanto maior lucidez quanto mais graves se tornam os problemas com os quais hoje nos defrontamos, o que demanda uma outra atitude por parte dos técnicos, cientistas e filósofos. (GONÇALVES, 1989, p.142)

Na década de 1980, sob influência da Declaração de Estocolmo (1972), são criadas diversas áreas de proteção integral no Brasil<sup>50</sup>. Contudo, sem uma base concreta de conhecimento científico no país, os processos de criação dessas áreas aconteceram pelos mais diversos motivos, desde a beleza cênica, até fins eleitorais, sobretudo para

---

<sup>50</sup> Muitos entusiastas do desenvolvimento econômico criticaram tais medidas, acusando-as de serem estratégias geopolíticas de reserva de patrimônio (que posteriormente seriam exploradas e consumidas pelos países desenvolvidos), prejudicando assim o crescimento dos países latino-americanos. A natureza é vista nesse caso como um impeditivo para o desenvolvimento.

controle territorial e de fronteira, em se tratando do período da ditadura civil-militar. Além disso, como lembra Diegues (2008, p.19), “Essas áreas foram, em grande parte, ecologicamente bem conservadas pelo modo de vida dessas culturas e de nenhum modo eram ‘desabitadas’”. Ao negligenciar a existência dos grupos sociais que habitavam esses espaços, o Estado acabou fomentando um conflito territorial com impactos diretos sobre o modo de vida nas comunidades. O paradoxo desse tipo de legislação ambiental é impor a conservação de determinada área restringindo seu uso direto, mas ignorando a presença legítima e historicamente instituída sobre o mesmo território por populações tradicionais. Para compreender os conflitos territoriais não se pode perder de vista o entrecruzamento de interesses econômicos, políticos, históricos e sociais dos múltiplos grupos que ali atuam (FERRETTI, 2013).

Distintos enfoques sobre a crise ambiental e suas possíveis soluções surgiram, gerando conflitos entre o ecologismo preservacionista e o social. Enquanto o primeiro reforça a tendência de proteção dos ambientes sem ocupação humana, o ecologismo social relaciona os problemas ambientais aos sociais, e conta com o envolvimento das comunidades locais, sejam elas rurais ou urbanas, para a resolução dos problemas socioambientais conjuntos (DIEGUES, 2008).

O movimento socioambientalista reconhece o ser humano como parte da natureza e, ao passo que denuncia a degradação ambiental, também aponta o perigo em se criar ilhas de preservação e usar o desenvolvimento sustentável apenas como modernização das técnicas, sem alterar a matriz energética, a exploração das forças produtivas, ou a destinação dos resíduos; critica, por fim, o modelo de desenvolvimento capitalista, que visa sempre a expansão e não deveria ser aplicado a todo tipo de processo humano.

A biodiversidade tornou-se, assim, um tema de interesse compartilhado pelos cientistas naturais e sociais, gerando novos conceitos como “sociobiodiversidade”, e novas áreas de estudo, onde se insere a Etnociência. Na década de 1990, a Etnobotânica<sup>51</sup> começa a ganhar força

---

<sup>51</sup> A Etnobotânica pode ser definida como “o estudo das inter-relações diretas entre seres humanos e plantas em sistemas dinâmicos” (FORD; ALCORN apud OLIVEIRA, 2009). Trata dos conhecimentos compartilhados pelos indivíduos de uma comunidade sobre plantas geralmente de uso alimentício e medicinal. Flávia Camargo de Oliveira (2009) define que “a etnobotânica é antiga em sua prática, mas jovem em sua teoria”, já que os conhecimentos etnobotânicos são compartilhados pela humanidade desde os primórdios, ainda que seu estudo pela ciência seja recente.

no Brasil. Maria Christina de Mello Amorozo<sup>52</sup> comenta que “Trinta anos atrás, os estudos em etnobotânica, por exemplo, eram basicamente listas de plantas e seus usos. De lá para cá, evoluímos bastante, dando mais atenção ao contexto em que vivem os grupos humanos estudados, formulando hipóteses e testando teorias, etc.” (AMOROZO apud HANAZAKI, 2018, p.3). Nessa perspectiva, as funções ecológicas começam a ganhar importância sobre as áreas de “vida selvagem intocada”.

Já a *Ecopsicologia*<sup>53</sup> é uma nova abordagem que coloca a conexão com a natureza na raiz da psique humana. Estrutura-se não apenas no encontro da Ecologia com a Psicologia, mas é transpassada por vários outros campos do conhecimento e por movimentos sociais.

Segundo essa vertente de interpretação, o abuso na exploração da natureza pela maior parte das sociedades industriais consiste em uma forma de *psicose coletiva* do mundo contemporâneo, que desempenha um importante papel na formação da psique individual. Assim, por essa via de interpretação da realidade, a reconexão entre os seres humanos e a natureza seria a única maneira de curar não apenas o planeta, mas a própria humanidade (FERNANDES-PINTO, 2017, p.50).

Ao ser privado dessa conexão ancestral, vivendo num mundo dessacralizado, o ser humano assume uma existência egoísta e objetiva, que parece ser a única possível, coerente ou admissível pela sociedade moderna. Mas com a crise no sistema vigente, há um apelo crescente pela espiritualidade, pelo “reencantamento do mundo”, por formas de reconexão com uma memória ancestral, que resulte num “despertar das consciências” e reconcilie a humanidade com a natureza, as pessoas em comunidade e também consigo mesmas (Idem, p.60-61).

---

<sup>52</sup> Maria Christina ministrou a disciplina “Ecologia Humana” no curso de graduação em Ecologia na Universidade Estadual Paulista (UNESP) em Rio Claro/SP durante trinta anos, até sua aposentadoria em 2014. Também foi responsável por realizar o I Seminário de Etnobiologia e Etnoecologia do Sudeste, em 2001, tratando dos métodos na disciplina, uma das poucas publicações que havia na época. Suas pesquisas giravam em torno da etnobotânica de plantas medicinais, agricultura de pequena escala e etnobotânica de mandioca (HANAZAKI, 2018).

<sup>53</sup> Theodore Roszak (1993-2011) cunhou o termo em seu livro *The voice of the Earth*, publicado em 1992, ainda sem tradução para o português.



A Figura 3 traz a singela porém simbólica imagem de uma folha de mandioca. Ela ilustra o livro “Comida de engenho: celebrando histórias à mesa”, publicado em 2018 pela Rede Catarinense de Engenhos de Farinha, que traz receitas, fotografias e depoimentos<sup>54</sup> sobre o fabrico de farinha e os produtos derivados, processo que envolve toda a comunidade e é símbolo da grata interação entre a terra e os seres humanos. A relação humana com a mandioca é tão importante quanto antiga, sendo reconhecida pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação como um dos três carboidratos mais consumidos no planeta, ao lado do arroz e do milho. A capacidade dessa planta de se adaptar em diferentes solos e regimes de chuva garante segurança alimentar a milhões de pessoas, há milhares de anos. O cultivo agrícola indígena, da Amazônia às terras do sul brasileiro, foi também adotado pelos imigrantes açorianos no século XVIII. Ao redor da mandioca desenvolveram-se culturas, saberes, festividades e memórias que conectam o passado com o futuro e dão o tom da identidade cultural local em Florianópolis. Parafraseando o geógrafo anarquista Elisée Reclus, o ser humano é a natureza tomando consciência de si (RECLUS apud ANDRADE, 1985).

Figura 3: Folha da mandioca, do tupi mãdi’oka (*Manihot esculenta*)



Fonte: Pontalti/Rede Catarinense de Engenhos de Farinha, 2018

---

<sup>54</sup> Inclusive com entrevistas gravadas em vídeo e que podem ser acessadas por QRCode.

Ao refletir sobre os novos desafios que envolvem os conhecimentos tradicionais e os científicos, percebe-se a necessidade de reforçar não só as leis que protegem os patrimônios como também promover o reconhecimento e o respeito aos modos de vida das comunidades e povos tradicionais, detentoras legítimas dos saberes milenares que envolvem a domesticação de plantas. Não se pode perder de vista que a oposição entre sociedade e natureza é uma construção social ocidental e que se realmente se busca a equidade social e o bem-estar comum, essa concepção precisa ser relativizada na elaboração das políticas públicas, das organizações sociais e também dentro dos museus. É preciso lembrar também que as diversas interações na paisagem influenciam na composição dos ecossistemas, nos quais os agentes participam mesmo sem intervenções diretas.

Essas constatações têm reverberado em diferentes níveis na criação e estabelecimento de políticas públicas acerca das áreas naturais protegidas no Brasil. Atualmente, a concepção de Unidades de Conservação de Natureza pretende dar conta de proteger tanto os biomas como as comunidades e povos tradicionais, especialmente por meio da Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e os Decretos 4.340/2002 e 5.746/2006, que regulamentam alguns artigos. Essa é a principal estratégia legal para a manutenção da diversidade biológica viva<sup>55</sup>. De acordo com o SNUC, considera-se:

[...] unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000, p.5)

As áreas são divididas em dois grupos: proteção integral e uso sustentável. As UCs de proteção integral têm como objetivo “preservar a

---

<sup>55</sup> Note-se que não há menção ao conceito de “paisagem cultural” nessa Lei, apenas “paisagens naturais”, que devem ser protegidas quando “pouco alteradas e de notável beleza cênica” (Art. 4º/VI do SNUC, 2000), o que evidencia tanto a mercantilização da natureza vista como atrativo à visitação, como a falta de ligação entre gestão ambiental nacional e as declarações internacionais do âmbito cultural – lembrando que a UNESCO define o termo em 1992.

natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais”. Há cinco categorias: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional<sup>56</sup>; Monumento Natural; e Refúgio da Vida Silvestre. Já as áreas de uso sustentável têm como objetivo básico “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”. São consideradas Unidades de uso sustentável: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) (BRASIL, 2000).

Com essa organização, o SNUC apresenta importantes avanços na gestão das áreas protegidas. Define-se que as UCs tenham Conselhos Gestores, consultivos para as de proteção integral e deliberativos para algumas categorias de uso sustentável. Eles são presididos pelo chefe da Unidade e têm composição paritária entre órgãos públicos e sociedade civil. As representações públicas devem contemplar os órgãos ambientais cabíveis e áreas afins, como “pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia e povos indígenas e assentamentos agrícolas” (Art. 17, § 1º do Decreto 4.340/2002). Quanto à sociedade civil, é composta pela comunidade científica, organizações ambientalistas da sociedade civil, proprietários de imóveis no interior da UC, população residente e do entorno, população tradicional, entre outros.

Os Conselhos são um espaço de diálogo, onde a museologia deveria ter maior inserção. Muitas vezes, principalmente nas UCs municipais, os conselheiros são membros das comunidades do entorno (ou de dentro da UC, em alguns casos) e delas guardam memórias, conhecimentos e usos tradicionais, além de manter o contato direto com seus vizinhos e familiares, que também convivem nessa paisagem cultural. Em algumas reuniões, o conselho se transforma em um fórum técnico e político de negociações e resolução de conflitos, onde as memórias das comunidades estão latentes e suas consciências são chamadas a opinar e decidir sobre os interesses coletivos na proteção do patrimônio (CASTRO; MOURA, 2009). Com um olhar museológico,

---

<sup>56</sup> No caso dos parques, quando criados por Estados ou Municípios são denominados respectivamente Parque Estadual e Parque Natural Municipal – considerando que existem também parques urbanos municipais e por isso a necessidade de diferenciação. (Art. 11, §4º do SNUC, 2000).

essa mediação entre o patrimônio e as memórias poderia ser melhor articulada, utilizando-se de ferramentas próprias da museologia para valorização e divulgação dos patrimônios em todas suas formas, promovendo a construção identitária do conselho e da própria UC, visando cumprir com os seus objetivos. Além disso, como lembra Espinoza na Mesa-Redonda de Santiago do Chile, “[...] a participação em reuniões é fundamental para proporcionar ao indivíduo uma formação efetiva para a vida.” (ESPINOZA, 1972 apud NASCIMENTO JUNIOR et al., 2012, p.135). As reuniões de Conselho Gestor de UC podem ser experiências muito enriquecedoras, que promovem a empatia por meio do diálogo, exigindo uma escuta ativa, e o fortalecimento de um grupo heterogêneo em prol do bem comum<sup>57</sup>.

Outro avanço é com relação à gestão e o uso dos espaços, principalmente ao estabelecer como obrigatória a elaboração do Plano de Manejo em até cinco anos após a criação (Art. 27§, 3º da Lei 9.985/2000). O Plano de Manejo é um documento técnico voltado a cumprir os objetivos da UC, estabelecendo seu regramento, zoneamento, projetos, ações, as normas de uso e a implantação de estruturas necessárias à gestão. A título de comparação, o Plano Museológico também busca identificar a vocação da instituição museológica, definindo, ordenando e priorizando objetos e ações em cada uma de suas áreas de funcionamento, por meio de diagnóstico participativo, identificação dos espaços e dos públicos e o detalhamento dos Programas Institucional, de Gestão de Pessoas, de Acervos, de Exposições, Educativo e Cultural, de Pesquisa, Arquitetônico-urbanístico, de Segurança, de Financiamento e Fomento, de Comunicação e de Acessibilidade (Lei 11.904/2009).

A gestão das UCs seria enriquecida com uma aproximação à forma de gestão dos museus, especialmente no formato de ecomuseus, pois são espaços onde o ser humano é parte da natureza e esta, por sua vez, é vista como parte da cultura. Nessa perspectiva, compreende-se a comunidade como parte do patrimônio que deve ser preservado por seus saberes e modos de fazer, e essa preservação ocorre de forma integrada ao território musealizado. É preciso apresentar essas áreas, paralelas e assimétricas, que guardam as diversas formas de relação que a natureza tem com a humanidade, sejam elas manifestadas ou potenciais. Marília Falcone Guerra (2016) pesquisa as possibilidades de musealização de uma

---

<sup>57</sup> A participação como membro de um Conselho Gestor de UC é considerada atividade de relevante interesse público (Art. 17, § 5º do Decreto 4.340/2002).

Reserva Extrativista, categoria de UC de uso sustentável, por meio do turismo de base comunitária, desenvolvido desde 2004 pela Comunidade Quilombola do Mandira, em Cananéia/SP. Para ela,

[...] o olhar da Museologia – e a efetivação de um ecomuseu de Mandira – poderia colaborar para potencializar a função social do patrimônio e da iniciativa turística, abrindo maiores espaços para a educação crítica, para a interação com o ensino formal (Escola de Mandira) e para uma experiência de qualidade voltada tanto à Comunidade quanto aos visitantes. (GUERRA, 2016, p.205)

Ela concorda que o profissional museólogo seria um colaborador ativo na implementação dessa proposta e que falta clareza na identificação das Reservas Extrativistas como potenciais museus; e também na identificação dos ecomuseus como espaços de desenvolvimento social. Suas conclusões corroboram com o que se apresentou até o momento na presente pesquisa e resume uma longa reflexão:

A falta de entendimento de determinadas categorias de Unidades de Conservação como museus de território e ecomuseus manifesta-se, inclusive, pela falta de diálogo entre as instâncias governamentais responsáveis pela gestão das Unidades de Conservação (ICMBio em nível federal) e os órgãos governamentais responsáveis pela gestão de museus (Instituto Brasileiro de Museus – Ibram em nível federal). Isso evidencia que a gestão do patrimônio ainda opera sobre uma dicotomia entre patrimônio natural e patrimônio cultural, com pouca inserção dos órgãos de cultura na esfera dos órgãos de meio ambiente. (Idem, Ibidem)

Em Florianópolis há exemplos evidentes da presença de patrimônios culturais dos mais variados (sítios arqueológicos, engenhos, fortalezas, ranchos de pesca, práticas ancestrais, e inclusive quintais, em uso e arruinados), que poderiam se beneficiar da musealização, independente da categoria da UC.

Em 2013, Hugues de Varine publica a versão em português do livro “As raízes para o futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local”<sup>58</sup>, com tradução da museóloga brasileira Maria de Lourdes

---

<sup>58</sup> O livro é composto por relatos subjetivos de Hugues de Varina, que tem mais de trinta anos de experiência como consultor em desenvolvimento local e do patrimônio,

Parreiras Horta e apoio do ICOM Portugal. Em sua “declaração de princípios”, define os pontos de saída:

- O desenvolvimento local é um processo voluntário de domínio da mudança cultural, social e econômica, enraizado no patrimônio vivo, nutrindo-se deste patrimônio e produzindo patrimônio.
- O patrimônio [...] é um recurso local que só encontra sua razão de ser em sua integração nas dinâmicas de desenvolvimento. Ele é herdado, transformado, produzido e transmitido de geração em geração. Ele pertence ao futuro. (VARINE, 2013, p.20-21)

Entende, assim, que o desenvolvimento só pode ser sustentável e real se estiver em harmonia com o patrimônio, contribuindo para a vida. O desenvolvimento necessita, portanto, da participação “efetiva, ativa e consciente” dos detentores desse patrimônio. Como começar? A elaboração de um inventário não se faz necessária para a própria população, mas parece indispensável para os que trabalham a serviço do desenvolvimento. Se for feito um inventário tecnocrático ou científico, as comunidades nunca se apropriarão dele e este servirá somente para proceder à inscrição dos patrimônios, e só daqueles mais visíveis na paisagem, nos livros de tombamento dos inventários administrativos – o que pode ter consequências desastrosas, tais como valorizar de forma fragmentada e hierarquizada alguns espaços, encorajar o tráfico e a dispersão dos bens culturais ou desresponsabilizar os proprietários e a comunidade.

A melhor forma de conhecer o patrimônio de uma comunidade e proceder ao seu inventário é, segundo o autor, acompanhando os comunitários num passeio pelo território, onde as narrativas e as lógicas de uso vão sendo compartilhadas de forma espontânea. O “inventário

---

patrimônio, sendo doze anos no secretariado do ICOM, dos quais dez foi diretor; também ocupou cargos no Sindicato Misto do Sul da Picardia, no Ministério da Cultura da França, no Instituto Franco-Português de Lisboa, na Secretaria de Estado da Economia Social e na Comissão Nacional para o Desenvolvimento Social dos Bairros, também na França. Apresenta fichas de casos e fichas práticas, auxiliando o leitor a se apropriar dos temas tratados por meio de exemplos e questões que podem ser desenvolvidas e aplicadas de acordo com cada realidade.

compartilhado” é o mais próximo da realidade, o mais dinâmico e o de melhor inclusão dos agentes, pois eles devem participar de todo o levantamento dos bens, sendo também os primeiros a apreciarem os patrimônios inventariados, tomando consciência de seu valor. Com esse instrumento em mãos, é possível realizar publicações, exposições, atividades pedagógicas, ordenamentos territoriais, explorações turísticas e comerciais, produções e reproduções, novos usos inventivos e não necessariamente tradicionais, enfim, caminhos possíveis a partir do trabalho de desenvolvimento local (VARINE, 2013).

Passeio feito, patrimônio identificado, falta ainda algum caminho a percorrer para que as práticas museológicas sejam incorporadas no âmbito das Unidades de Conservação da Natureza no Brasil. A discussão que se levanta em torno desse tema é de extrema relevância e merece maior atenção por parte da Museologia e de seus órgãos representantes, porém não será aprofundada nesta pesquisa, pois é preciso avançar para um tipo específico de território, geralmente delimitados pela propriedade privada e mantidos de forma particular, ainda que também se manifestem em espaços públicos e no que se identificavam como terras de uso comum (CAMPOS, 1991). É hora de adentrar os quintais.

## 2 OS QUINTAIS AÇORIANOS

[...]  
 Ei! Gente da Terra  
 Que vive a trabalhar  
 Tirando os frutos da terra  
 Vivendo no meio do mar

Casa açoriana, casa açoriana  
 Toda ela tem um quintal  
 O galo vai pro cercado  
 Dá um grito bem forte  
 Acordando o pessoal

Casa açoriana, casa açoriana  
 Toda ela tem lampião  
 O café sai bem torrado  
 O peixe fica gostoso  
 Misturado com pirão  
 [...]

Trecho de “Casa Açoriana”, do Grupo Gente da Terra

Os quintais são um dos mais antigos sistemas de uso da terra e uma das últimas conexões diretas entre os seres humanos e o meio ambiente na zona urbana, proporcionando valiosos serviços ambientais, como sombra, refúgio de aves e recursos alimentares. Além disso, em conjunto com outros espaços arborizados como jardins, parques e praças, os quintais formam ilhas de vegetação que contribuem para o conforto térmico, o controle do microclima e a infiltração de água da chuva, em ambientes cuja maior parte do solo é impermeabilizado (AMOROZO, 2008).

Do ponto de vista cultural, a história da domesticação de plantas se confunde com o próprio desenvolvimento da humanidade. Os quintais são, portanto, locais de reservas históricas, atuais e potenciais de recursos vegetais, cruciais para o cultivo, proteção e seleção de muitas plantas reconhecidas como úteis. Quem lida com quintais guarda o conhecimento dos ambientes naturais e de sua forma de manejo, proporcionando o cultivo de diferentes espécies usadas para fins alimentares, medicinais, ornamentais, religiosos, entre outros (AMOROZO, 2008).



Apesar do seu vasto uso, da importância de suas funções ecológicas e mesmo de seu peso na subsistência das comunidades locais, a literatura sobre os quintais tropicais é escassa e no Brasil as pesquisas etnobotânicas se concentram em comunidades indígenas, principalmente da Amazônia. Das pesquisas existentes, o levantamento amostral de espécies mostrou que há maior variedade de plantas nos quintais presentes em Florianópolis do que em outras partes do Brasil:

Albuquerque et al. (2005) encontraram um total de 55 plantas de porte arbustivo ou arbóreo, cultivadas com múltiplos propósitos, em estudo em 31 quintais no Município de Alagoinhas/PE, no semi-árido nordestino. Guarim & Neto (2008) levantaram um total de 100 espécies para 20 quintais no bairro do Porto, em região de cerrado de Cuiabá/MT, sendo que na categoria alimentícia o total foi de 28 espécies. Já Lacerda (2008) encontrou 76 espécies e 138 variedades de plantas alimentícias em 11 quintais no Sertão do Ribeirão, [...] na ilha de Santa Catarina. (RIBEIRO, 2009, p.26)

Embora o campo esteja em franca expansão, ainda há uma lacuna na realização de estudos etnobiológicos mais aprofundados, que mostrem os quintais e os sistemas agroflorestais como fonte de sustentabilidade, recursos genéticos, alternativas à monocultura (LACERDA, 2008), além de manifestarem expressões culturais que merecem identificação e valorização enquanto tais.

Presentes como rugosidades no cotidiano das cidades do litoral sul do país, têm nas formas arruinadas sua mais forte expressão, mesmo que imperceptíveis ao leigo. Nos fragmentos de matas e florestas em plena recuperação na Ilha de Santa Catarina, nas bordas mas também nos sertões, encontram-se diversos locais cujas marcas da ocupação humana são evidenciadas na regeneração da floresta<sup>59</sup>. Em meio a ela, se mantêm asselvajadas espécies vegetais, localizadas próximas aos sítios de ocupação e na maioria das vezes exóticas, pois como lembra Amorozo (2008, p. 15):

Na maior parte dos quintais [...] estão presente espécies do Velho Mundo, introduzidas pelo colonizador

---

<sup>59</sup> Essa regeneração acontece atualmente em parte devido ao abandono da produção agrícola, que promoveu uma intensa degradação ambiental, pouco a pouco superada pela sucessão vegetal (BARBOSA NETO, 2012).

português: mangueiras, bananeiras e cítricos, entre as árvores frutíferas; capim-cidreira (*Cymbopogon citratus* (DC) Stapf.), várias espécies de hortelã (*Mentha spp.*), entre as ervas medicinais. Também aí, cruzam-se conhecimentos e visões de mundo de diferentes origens, por exemplo, expressas na presença, bastante comum, de plantas contra o mau olhado, como a arruda (*Ruta graveolens* L.) utilizadas nas religiões afro-brasileiras, como espada-de-são-jorge (*Sansevieria spp.*) e guiné (*Petiveria alliaceae* L.).

Claro que também há evidências desses jardins, quintais, sítios, chácaras e até fazendas, nas bordas das rodovias, nos bairros mais longínquos e no centro da cidade. Na maioria das vezes dilacerados, amputados, modificados, ainda aparecem marcando a paisagem. Há também relíquias. A presença desses espaços denota aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais que precisam ser analisados distintamente e conjuntamente para estabelecer o valor e o devido reconhecimento necessário à sua conservação.

## 2.1 O que são quintais açorianos

Mas como reconhecer um quintal açoriano? O trabalho dos museólogos e daqueles que lidam com o patrimônio cultural é, muitas vezes, um trabalho de escuta, acompanhamento, documentação e conexão de informações. Mário Chagas (2011, p.5), poeta, museólogo e cientista social, diz que aos museus “cabe-lhes bem a metáfora da ponte lançada entre tempos, espaços, indivíduos, grupos sociais e culturas diferentes; ponte que se constrói com imagens e que tem no imaginário um lugar de destaque.”; Hugues de Varine acrescentaria que quando são ecomuseus, eles “assumem formas mais ou menos experimentais, inventando modos de ação e educação patrimonial relacionados aos territórios culturais, sociais, ambientais e econômicos.” (SANTOS; BRITTO, 2019, p.324).

Não se trata de ver quintais como ecomuseus, necessariamente, mas de operar esses conceitos usando a “moldura do museu” que couber em cada caso (CHAGAS, 2011, p.10). Os passeios pelo território e as narrativas espontâneas, ao que Varine (2013) se refere como formas de conhecer o patrimônio, foram sem dúvida essenciais para essa pesquisa. A identificação das espécies típicas, o mapeamento dos espaços, a sensibilidade para sobrepor à paisagem as memórias e as histórias dos lugares e produzir sobre eles narrativas de encantamento, somente foram

possíveis pelo convívio com uma pessoa em especial: Aracídio de Freitas Barbosa Neto, que é geógrafo, condutor ambiental local, condutor cultural, membro fundador do Coletivo UC da Ilha, e atualmente servidor público municipal, ocupando o cargo de Chefe de Administração das UCs municipais no DEPUC/FLORAM. Partiram dele também diversas indicações bibliográficas que engrandecem esse trabalho.

De concreto, o que se sabe sobre os quintais açorianos é que, independente do estado de conservação ou de uso, ou seja, da maneira como se apresentam atualmente, existe um conjunto de espécies vegetais relevante, identificável, disposto de modo estratégico, porém não necessariamente simétrico ou geometricamente planejado, distinguindo-se, portanto, das composições dos jardins. Embora aparentemente sem preocupação estética, os quintais açorianos emanam certa harmonia paisagística e expressam o gozo de uma liberdade provinciana própria. Esse despojamento é reconhecido desde as cartas dos navegadores estrangeiros que passaram pela Ilha entre os séculos XVIII e XIX (BERGER, 1984).

Essas espécies são em sua maioria exóticas, sendo plantadas nos arredores dos sítios de ocupação nas terras comunais e nos ambientes de produção, como roças, engenhos e alambiques. Tinham função e porquê, cada qual contribuindo na lógica da sobrevivência e da subsistência. Nos casos de famílias mais abastadas, tinham efeitos na pequena produção comercial surgida ao longo do desenvolver dos colonos açorianos. Sendo expressão cultural de viés produtivo, simbolizavam a possibilidade de *manutenção da vida*, com aspecto, forma e utilidade que caracterizavam a prosperidade humana em determinado lugar.

As utilidades de um quintal vão da medicina à manufatura, passando sobretudo pela alimentação. Do bambu (*Bambusa sp*), se obtinha a vara de pesca, pequenas tubulações, boa lenha para o início das fogueiras e, quando a toiceira era grande, cerca e abrigo para o gado. Isto entre outras mil utilidades que essa espécie em específico pode ofertar às pessoas. Já a noqueira (*Aleurites molucanna*) era utilizada para o fabrico de cera e para o famoso sabão de noga, além de servir como material para “pavimentação” de trechos alagados dos caminhos e para uma questão cultural bastante peculiar: sua noz era levemente rompida na face superior, tendo seu conteúdo de cera inflamável amassado; no início da noite, horário das crianças dormirem, isto era colocado num canto e aceso, já sabendo que a duração da pequena vela levava somente alguns minutos;

era o tempo simbólico que a criança tinha para adormecer. Por sua vez, a pitangueira (*Eugenia uniflora*), diferente das outras duas, é nativa. A árvoreta fornece excelentes frutos no verão e suas folhas são excelente chá para combater “[...] diarreias, cólicas, febres, nervosismo, ansiedade e irritação infantil” (COSTA, 2014, p.44). As espécies citadas estão ilustradas na Figura 4.

Figura 4: Conjunto de bambuzal, folhas e frutos de nogueira e pitangueira



Fonte: Rede Mundial de Computadores, 2020 [adaptado pela autora]

Há também uma espécie de gradação funcional nessa disposição. Nos arredores imediatos da edificação, hortas com plantas de consumo mais frequentes e de menor tamanho como hortaliças, temperos e ervas; em meio a elas, umas ornamentais como decoração; e desta maneira uma roseira (*Rosa canina*) floresce tranquila em meio a repolhos (*Brassica oleracea*), sucedidos por milho (*Zea mays*), oportunamente. Algumas frutíferas como a goiabeira (*Psidium guajava*) e a jaboticabeira (*Plinia peruviana*) dão sombras perenes e frutos periodicamente, atraindo para si pássaros que ilustram e alegam o sítio.

Pouco mais afastado, um pomar um pouco mais denso, às vezes composto apenas de laranjeiras (*Citrus* sp.) sendo difícil faltar a variedade

*açúcar*, geralmente plantada em lugar de destaque. Ou misto, com diversas frutíferas, sendo duas muito características, pois, junto com a jabuticabeira, são da Mata Atlântica, mas não nativas no sul do país, e assim sendo, onde são encontradas significam, de imediato, evidência do quintal: grumixameira (*Eugenia brasiliensis*) e (pé de) cabeludinha (*Myrciaria glazioviana*), ilustradas na Figura 5.

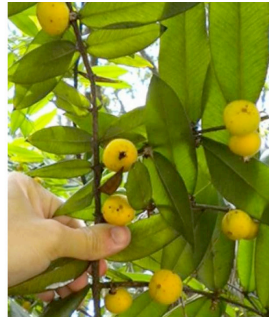
Figura 5: Conjunto de folhas e frutos de laranjeira, grumixameira e pé de cabeludinha



Laranjeira (*Citrus* sp.)



Grumixameira (*Eugenia brasiliensis*)



Cabeludinha (*Myrciaria glazioviana*)

Fonte: Rede Mundial de Computadores, 2020 [adaptado pela autora]

Uma ou outra árvore por algum motivo o machado do lavrador poupara também no entorno, deixando um cedro (*Cedrela fissilis*), outro imbirauçu (*Pseudobombax grandiflorum*) e mais comumente um jacatirão-mirim (*Miconia cinnamomifolia*), um tanheiro (*Alchornea triplinervia*) ou uma aroeira (*Schinus terebinthifolius*), ilustradas na Figura 6. Mas de fato havia um lugar que se prestava ao estoque de lenha, onde conviviam vários exemplares de pau-jacaré (*Piptadenia gonoacantha*), guamirim-da-folha-miúda (*Myrcia splendens*), seca-ligeiro (*Pera glabrata*) e açoita-cavalo (*Luehea candicans*), sem prejuízo de haver entre elas uma grandíuva (*Trema micrantha*), um jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), uma embaúva (*Cecropia glaziovii*), que junto com o imponente garapuvu (*Schizolobium parahyba*), preenchiam alguma clareira. Dali, desse conjunto de árvores densas, vem um santo remédio produzido a partir da casa da folha da guaçatonga, também conhecida como cafezeiro-do-mato (*Casearia sylvestris*) (COSTA, 2014), vide Figura 7.

Figura 6: Conjunto de exemplares de cedro, imbirauçu, jacatirão-mirim, tanheiro e aroeira



Fonte: Rede Mundial de Computadores, 2020 [adaptado pela autora]



Figura 7: Conjunto de exemplares de pau jacaré, guamirim-da-folha-miúda, seca-ligeiro, açoita-cavalo, grandiuva, jerivá, embaúva, garapuvu e guaçatonga



Pau-jacaré  
(*Piptadenia gonoacantha*)



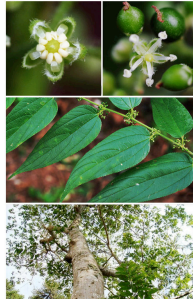
Guamirim-da-folha-miúda  
(*Myrcia splendens*)



Seca-ligeiro  
(*Pera glabrata*)



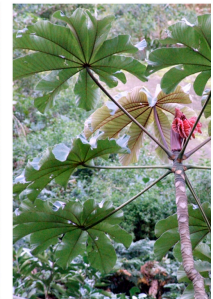
Açoita-cavalo  
(*Luehea candicans*)



Grandiuva  
(*Trema micrantha*)



Jerivá  
(*Syagrus romanzoffiana*)



Embaúva  
(*Cecropia glaziovii*)



Garapuvu (*Schizolobium parahyba*)



Guaçatonga/Cafezeiro-do-mato  
(*Casearia sylvestris*)

Fonte: Rede Mundial de Computadores, 2020 [adaptado pela autora]

Deste ponto morro acima, ou planície adentro, respeitando quase sempre o padrão de distribuição da terra próprio de Florianópolis<sup>60</sup>, surgem as roças. Cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), mandioca (*Manihot esculenta*), milho (*Zea mays*), amendoim (*Arachis hypogaea*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), feno (*Trigonella fenum-graecum*) e outros capins, isso tudo disperso em lotes como se fossem pequenos talhões onde o solo se mostrava mais apropriado. Dentre um aberto e outro, estava bastante presente o café-sombreado (*Coffea sp.*). Às vezes um pasto para o descanso dos animais, à sombra de um pé de João-bolão (*Syzygium cumini*), próximo de algum curso d'água cercado aqui ou lá com bromélias-ananás (*Ananas comosus*). Desses espaços, nos dias atuais, restam conjuntos de pequenas pedras empilhadas sobre uma maior, estrutura que representa a limpeza do terreno para o cultivo, em áreas onde nitidamente se percebem patamares iniciais da sucessão ecológica, seja por falta de tempo de recuperação, resiliência ou mesmo qualidade do solo, e onde um ou outro pé de goiaba (*Psidium guajava*) ou de bergamota-da-casca-fina (*Citrus sp.*), definha asselvajado.

Costa (2014, p. 43-44) destaca as propriedades terapêuticas de algumas plantas presentes na paisagem dos sítios remanescentes e nos finais de rua que levam à mata. O picão-preto (*Bidens pilosa*) “é excelente para combater a diabete, problemas no fígado, distúrbios digestivos, pedras nos rins, bronquite e asma. Também cura feridas persistentes, inflamações nas amígdalas e garganta, úlceras internas e externas.”. O quebra-pedra (*Phyllanthus niruri*), como seu nome popular já diz, é usado para “eliminar cálculos renais, para tratar prostatite, diabete, gota e inflamações nos rins, bexiga, fígado e vesícula.”. O gervão-preto (*Stachytarpheta cayennensis*) combate “problemas hepáticos, digestivos e prisão-de-ventre”, sendo eficaz no combate às úlceras externas também. O chá de macela (*Achyrocline satureioides*) é indicado para “congestões alimentares, controle do colesterol, ‘afinar’ o sangue, baixar a pressão, eliminar toxinas e inflamações, além de combater cólicas do estômago, fígado e rins.” e suas flores estofavam travesseiros para acalmar o sono. A erva-baleeira (*Varronia curassavica*) tem propriedades desinfetantes e

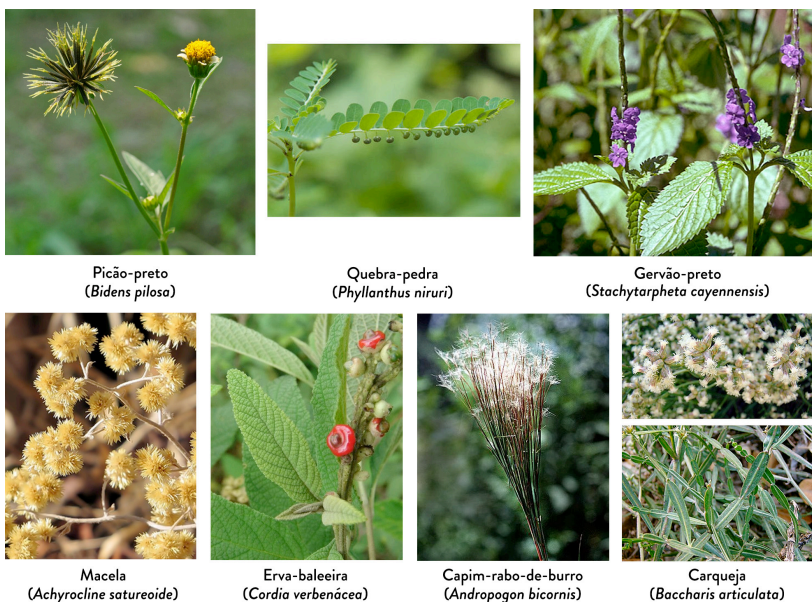
---

<sup>60</sup> A cada família de imigrantes açórico-madeirenses foi prometido um lote de terra de ¼ de “lêgua em quadro”, cerca de 1650 metros de lado, além de armas, sementes, provisões e ferramentas agrícolas. Muitos preferiram se juntar em lotes próximos, abrindo mão de seus vastos domínios em prol da companhia e segurança que o coletivo oferece. Posteriormente, a divisão desses terrenos entre os descendentes reforçou as características longitudinais da estrutura (PIAZZA, 1992; VEIGA, 1993).



se usa tradicionalmente para “tratamento de reumatismo, artrite, nevralgias, dores musculares e da coluna, para inflamações gerais e próstata.”. O capim-rabo-de-burro (*Andropogon bicornis*) é remédio para “azia, vermes, bexiga, uretra e inflamações no fígado”, além de diurético. Já a carqueja (*Baccharis articulata*) é digestiva e indicada para azia e males do fígado. Exemplos na Figura 8.

Figura 8: Conjunto de exemplares de picão-preto, quebra-pedra, gervão-preto, macela, erva-baleeira, capim-rabo-de-burro e carqueja



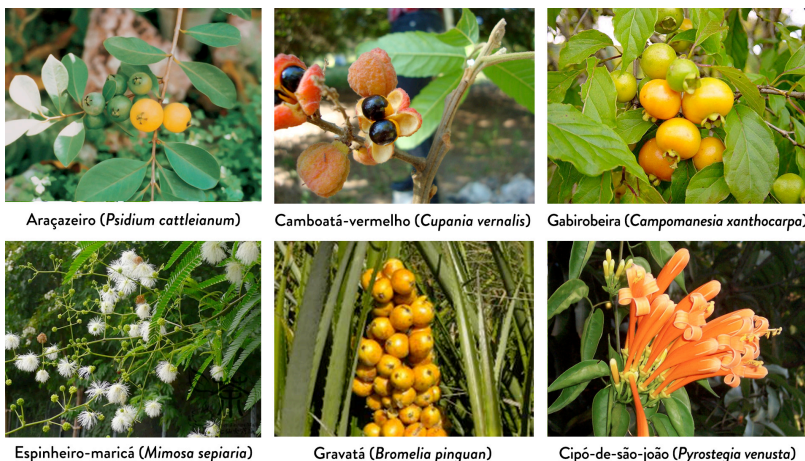
Fonte: Rede Mundial de Computadores, 2020 [adaptado pela autora]

Há também plantas com potencial curativo em meio aos estratos vegetais mais desenvolvidos, tais como o chá de folha de pitangueira (*Eugenia uniflora*) para ansiedade; o carvalho-brasileiro (*Roupala brasiliensis*) para o trato urinário; o chá-de-bugre (*Casearia sylvestris*) para diversas mazelas como colesterol alto, enxaqueca, inchaço nas pernas, problemas de próstata e coração; a grandióva (*Trema micranta*) para feridas e reumatismo; a aroeira-vermelha (*Schinus terebinthifolius*) é balsâmica, combate a dor ciática, a gota, a fraqueza dos órgãos e a dor de dente; o pau-amargo (*Picramnia parvifolia*) que trata de indigestão até

malária; o maracujazeiro (*Passiflora alata*) é conhecido pela atuação no sistema nervoso. (COSTA, 2014)

Nas restingas é comum o araçazeiro (*Psidium cattleianum*), “para tratar hemorragias em geral, dor de barriga, infecção intestinal, diarreias e para lavar feridas, varizes e úlceras”; o camboatá-vermelho (*Cupania vernalis*), que da casca se faz um chá digestivo, antitêrmico, calmante e bom para “banhar tumores e dores reumáticas”; o chá da casca da gabirobeira (*Campomanesia xanthocarpa*) combate a gripe e os distúrbios intestinais; o chá das folhas novas do espinheiro-maricá (*Mimosa sepia*) ameniza a asma, as dores de garganta e a congestão do fígado. Entre as bromélias, com as bagas amarelas do gravatá (*Bromelia pinguan*) se produz um xarope para combater a gripe e a bronquite; e com as flores laranjas do cipó-de-são-joão (*Pyrostegia venusta*) se preparam “pomadas para curar feridas e ulcerações” (Idem, p.45). Imagens de exemplares na Figura 9.

Figura 9: Conjunto de exemplares de araçazeiro, camboatá-vermelho, gabirobeira, espinheiro-maricá, gravatá e cipó-de-são-joão



Fonte: Rede Mundial de Computadores, 2020 [adaptado pela autora]

Além dos quintais, na Ilha de Santa Catarina ocorria também o regime de terras comunais, prática comum no arquipélago dos Açores e em Portugal. Para o geógrafo e professor Nazareno José de Campos (2011, p. 46), as terras comunais designam uma forma específica de uso da terra e não necessariamente de um comunitarismo agrário. Nesse sentido, as definições de propriedade são complexas, sendo essas terras consideradas como “‘terras públicas’ e por vezes como ‘terras devolutas’”. Em publicação anterior, resultante de sua pesquisa de mestrado, Campos (1991) aponta que havia 31 espaços geográficos onde ocorria uso comunal na Ilha, sendo possivelmente a região do estado onde isso acontecia com maior frequência.

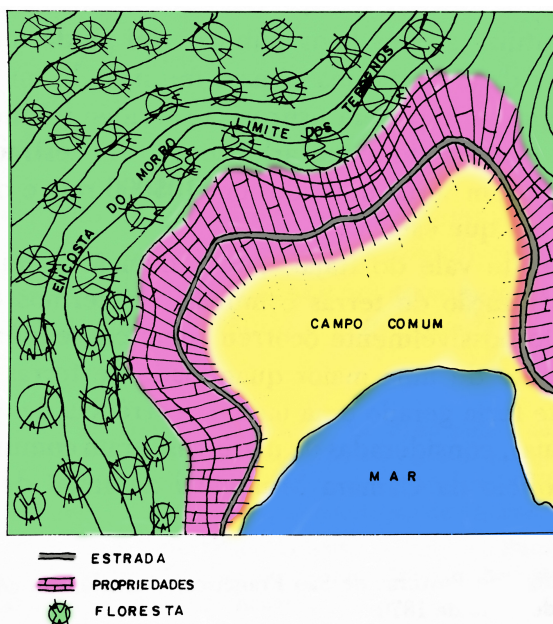
Essas terras eram aproveitadas não apenas como pastagem para o gado, mas também para retirada de lenha e madeira, para o cultivo e a coleta de frutos e plantas medicinais, como fonte d’água, etc. Todas as comunidades desfrutavam delas, sendo cuidadas coletivamente, fazendo parte da pequena produção mercantil, da garantia de subsistência dos mais pobres<sup>61</sup> e da cultura dessa gente.

Percebe-se na Figura 10, a seguir, que as propriedades faziam fundos aos campos comunais, sendo seus limites muitas vezes indefinidos. Consideravam-se também como área comunal as encostas de morro, de onde se extraía lenha e madeira. Essas áreas comuns sofreram desde cedo tentativas de apropriação, muitas vezes por parte de gananciosos comerciantes e altos funcionários públicos (CAMPOS, 1991).

---

<sup>61</sup> Diversas formas de uso comum da terra ocorreram no Brasil, destacando-se, além das terras comunais no litoral catarinense, os faxinais; as “Terras de Índios”, “Terras de Negros” e quilombos; as “Terras de Santos”, que eram de domínio da Igreja e das ordens religiosas; os “Fundos de Pasto” ou pastagens comunais e lugares como as fontes d’água, que não eram cercados e que não pertenciam a nenhum grupo familiar individual (CAMPOS, 2011).

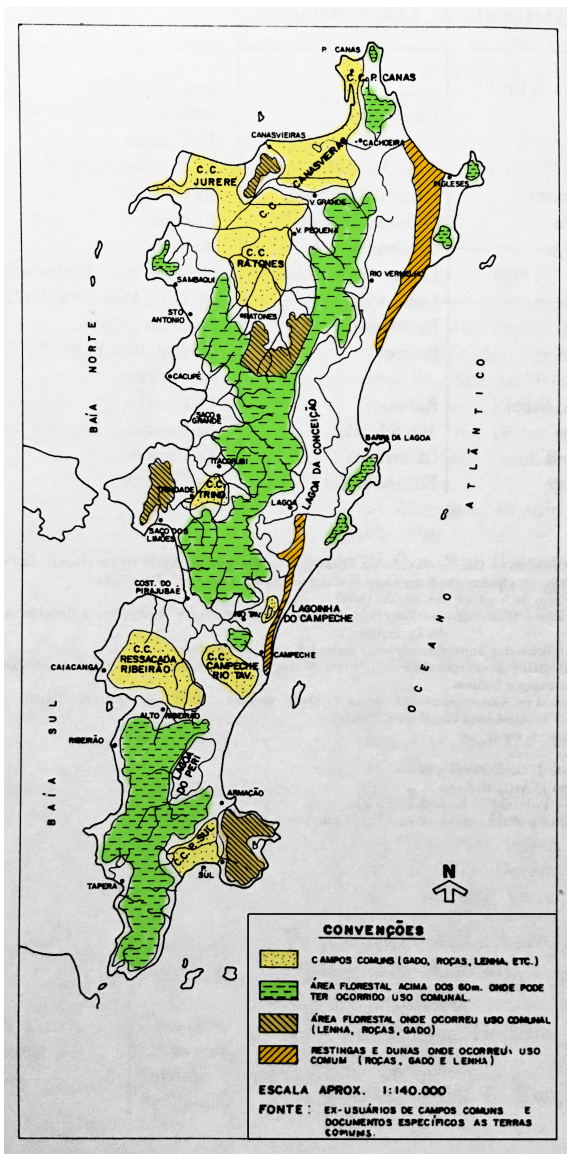
Figura 10: Esquema teórico de uma área de uso comum



Fonte: Campos, 1999 [recursos gráficos elaborados pela autora]

Seu reconhecimento público é evidente em diversos documentos emitidos pelas câmaras municipais de Florianópolis, São José, Laguna, Itajaí, Tijucas, Porto Belo e São Miguel (atual município de Biguaçu), entre outros, que tratam de campos baldios e terrenos reservados para logradouros públicos, muitas vezes em resposta à tentativa de demarcação de terras por particulares. Campos (1991) aponta que mais de 10% da superfície total da Ilha era constituída por terras comunais. Os documentos de maior relevância sobre o tema são os ofícios da câmara municipal do Desterro, emitidos entre 1776 e 1888, guardados no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. A partir dessas fontes, Campos elabora um mapa geral das terras de uso comum da Ilha de Santa Catarina (Figura 11).

Figura 11: Campos comuns da Ilha de Santa Catarina



Fonte: Campos, 1991 [recursos gráficos elaborados pela autora]

Campos (1991) sinaliza o fato delas coincidirem com áreas de restinga, dunas e praias; áreas alagadas, como banhados, pântanos e manguezais; e zonas desmatadas, onde predominam gramíneas e pastagens. Essas áreas, incluindo as mais úmidas, tiveram na extração de madeira sua atividade inicial. Pela característica do uso coletivo da terra, as plantas existentes nessas regiões ocorrem de maneira distinta, com menor concentração e menor diversidade de elementos. Dispersas em um território maior, essas áreas não configurariam necessariamente quintais, porém estão presentes diversos elementos em comum, tais como os bambuzais, as nogueiras e um conjunto típico de frutíferas. Os plantios eram realizados de modo autônomo, desordenado e paulatinamente ao longo do tempo, apresentando, portanto, espécies vegetais de diferentes idades e conseqüentemente em diferentes momentos para a produção.

Com esse breve panorama, percebe-se que o quintal enquanto elemento de estudo deste trabalho não é algo estático, estanque e fechado, mas sim uma composição desses vários elementos que se davam em medida por necessidade e que são marcas de um tipo de vida com pouca urbanidade. De escala variada, esse sítio, chácara ou quinta também ocorria na área urbana e não servia somente para alimentar o corpo, mas também o espírito.

Em síntese, o quintal açoriano é a transformação imediata da paisagem ao redor dos sítios de habitação e produção, expressadas sobretudo por espécies vegetais típicas e constituídas também por edificações, pontes, caminhos, drenagens e outros elementos físicos na paisagem. É recurso indispensável para subsistência, que guarda relações diretas com a cultura e a tradição dessas populações tradicionais. À continuação do capítulo, será detalhada sua gênese, expansão e declínio na paisagem da Ilha de Santa Catarina.

## 2.2 Florianópolis: paradoxo entre o antigo e o novo

A ocupação da Ilha de Santa Catarina remonta milhares de anos<sup>62</sup>, com a presença dos sambaquis. Não se sabe se esse povo teve contato com os Itararé, que apareceram por volta de 1.000 anos AP<sup>63</sup>. Desses povos, pouco se sabe e muito se perdeu ao longo dos anos, seja pela tentativa de se encontrar tesouros escondidos e supostamente assinalados por inscrições rupestres, seja por atividades de pilhagem para colecionismo. Posteriormente chegaram os guaranis, há cerca de 800 anos AP. Buscavam a “Terra sem mal”, premonizada por seus anciãos. Habitavam pequenas aldeias, tendo sua alimentação baseada na caça, pesca, extrativismo e agricultura, com plantações de milho e mandioca. Viviam em contato íntimo com a floresta, extraíndo e conservando seus recursos. Expressão da cultura guarani é a canoa de garapuvu (*Schizolobium parahyba*), escavada num tronco único, técnica assimilada e reproduzida pelos colonizadores açórico-madeirenses. Mauro Manoel da Costa (2014, p. 20) relata que além dessa árvore, “a floresta catarinense até o início da colonização, e ainda por tempo razoável, era formada por um teto dominado pela canela-preta (*Ocotea catharinensis*), pela peroba (*Aspidosperma olivaceum*) e outras espécies características de mata primitiva”. O autor, que é filósofo de formação e mateiro por experiência, imagina que tais árvores chegavam a 35 metros de altura, com troncos de mais de um metro de diâmetro, que lhe convidam a uma narrativa encantada:

Olhando de um ponto mais afastado, ainda devaneando, vejo o mesmo cenário por todo o litoral da Ilha, nas baías as florestas são mais frondosas e estruturadas, no mar aberto, sobre os costões a floresta impactada e escovada pelos ventos e pela salinidade perde o porte, ouço as vozes selvagens dos bugios ecoando do fundo da floresta. No conjunto um espesso manto verde cobrindo os maciços e planícies que formam a Ilha, lindas praias alvas e duas lagoas misteriosas também cercadas por árvores de todos os tipos com seus cipós e as barbas-de-velho pendendo e quase tocando o espelho

---

<sup>62</sup> Os vestígios mais antigos datam de 4.500 AP, trata-se de um sambaqui localizado na praia do Pântano do Sul (ROHR, 1977)

<sup>63</sup> Nas camadas mais altas dos sambaqui encontram-se sinais da presença dos Itararé. A evidência arqueológica mais antiga foi localizada na praia da Tapera (CECCA, 1997).

d'água em suas margens. Banhados, lagoas e rios repletos de jacarés, sob um arbusto escorrega silenciosamente uma jararacuçu. Em uma pequena praia de areia grossa, localizada onde hoje é a Ponta do Goulart, surge uma onça pintada para contemplar as mansas águas da baía norte enquanto o céu está sendo tingido pelas tonalidades do pôr do sol. No manguezal os guarás arribam salpicando o verde denso da vegetação com seu vermelho escarlate. Ali e acolá, fumaças sobem de clareiras onde os Guaranis vivem o tempo de sua rotina. (COSTA, 2014, p.24)

Essa proposta de sonho/memória dá subsídios para imaginar a riqueza e a diversidade da paisagem da Ilha e a interação dos guaranis<sup>64</sup> com o entorno. Foi nesse ambiente que chegaram os primeiros navegadores europeus. Costa (2014, p. 21) reforça o caráter agressivo e nem um pouco civilizado da ocupação do território por eles, “processo que passou do contato à escravidão, da evangelização à perseguição, culminando na colonização” – e no extermínio físico e cultural de uma nação quase inteira, há de se acrescentar, pois em menos de dois séculos de contato com os estrangeiros, a população guarani foi desaparecendo do litoral de forma radical, tornando-se cativa ou se refugiando no interior.

De localização estratégica entre Cananéia e o Rio da Prata, a Ilha de Santa Catarina era parada obrigatória para os navegantes, sendo algumas expedições relatadas em cartas de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX (BERGER, 1984). À época, o interesse principal era de abastecimento das embarcações e não de ocupação permanente.

Os bosques proporcionam nesta ilha um perfume admirável, pela grande quantidade, de maneira que não faltam nunca os abacaxis, os pêssegos, as uvas, as laranjas, os limões, as limas, os melões, os abricós, nem as bananas. Além disto, há aqui em grande abundância duas outras produções de um uso infinito nos navios, a saber, as cebolas e as batatas [...]. A água, tanto na ilha como na terra firme situada em frente, é admirável, e se conserva tão bem no mar como a água do Tâmisia [...]. O lugar é certamente excelente para os navios que não

---

<sup>64</sup> Algumas tribos foram reconhecidas, como Riberacô, Tigua, Tameubre, Trinoga e Aboçapecaú. Viviam na praia dos Ingleses, na Lagoa da Conceição, no Rio Tavares e no Pântano do Sul, geralmente em locais arenosos, onde a mandioca dá muito bem. Também cultivavam “espécies de milho, inhame, algodão, amendoim, pimenta, tabaco e cabaça.” (CECCA, 1997, p.34).



têm a intenção de ficar por muito tempo.” (ANSON, 1748 apud BERGER, 1984, p.64-65).

O movimento bandeirante do século XVII já havia passado pela Ilha deixando suas marcas, arrasando aldeias e levando consigo indígenas escravizados a São Paulo. Passada a época de captura e reconhecimento da região, iniciam-se os projetos de colonização no sul do país. Em 1662, o bandeirante Dias Velho parte de São Paulo com uma pequena comitiva familiar, acompanhada de dois padres jesuítas e quinhentos indígenas “domesticados”, estabelecendo a póvoa Nossa Senhora do Desterro. Na década seguinte implanta uma ocupação agrícola na Ilha, erguendo uma cruz em 1678 que dá início à construção da capela, atualmente catedral metropolitana, na região atualmente central da cidade<sup>65</sup> (VEIGA, 1993, p.31). De início, as alterações na paisagem se restringiram à abertura de algumas clareiras, que satisfaziam as necessidades imediatas de lenha e madeira para as construções, abrindo caminho para a criação de animais e o cultivo de subsistência, tanto para a população estável como para o abastecimento das embarcações que aportavam na ilha. O processo de colonização da ilha foi vagaroso, principalmente em decorrência da trágica morte de seu fundador e a retirada da família para São Paulo e Laguna (VEIGA, 1993).

Em 1726, Desterro se torna vila com a construção da Câmara Municipal e do pelourinho, mostrando o interesse da Coroa Portuguesa no controle da região. Em 1730, “com a criação da Freguesia, o pequeno núcleo populacional foi reconhecido como capaz de alguma organização” (VEIGA, 1993, p.33). Em 1738 é criada a Capitania de Santa Catarina, concedendo-se novas doações de sesmarias, implementando fortificações<sup>66</sup> e trazendo contingentes militares e oficiais portugueses.

---

<sup>65</sup> Mauro Manoel da Costa (2014) infere que esses fundadores utilizaram trilhas e caminhos guarani já existentes, apontando o calçadão da Felipe Schmidt como uma das trilhas mais antigas da ilha, que liga a Praça XV ao canal onde se instalou a ponte Hercílio Luz.

<sup>66</sup> Iniciam-se as construções das fortalezas de Santa Cruz na Ilha de Anhatomirim (1738), de São José da Ponta Grossa (1740), de Santo Antônio da Ilha dos Ratones Grandes (1740) e de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Sul (1741). Em 1744 começam a ficar prontas, sendo erguidos na sequência os fortes de São Francisco Xavier, Sant’Anna, São Luís, São João e Santa Bárbara (VEIGA, 1993). Campos (1991) aponta que a região do litoral catarinense era uma das mais fortificadas do Brasil, principalmente considerando-se sua pequena extensão territorial e populacional, o que evidencia o interesse da Coroa na conservação desse território sob seus domínios, entre outros motivos.

Sobre o sistema de organização das cidades e a estratégia de expansão a partir de um centro, Eliane Veras da Veiga (1993, p.50-51) comenta:

[...] Quando portugueses e espanhóis passaram a se empenhar para assegurar o predomínio militar, econômico e político de suas metrópoles sobre as terras conquistadas, criaram núcleos urbanos mais ou menos identificados com a tradição latina [...]. Tendo a praça como elemento central, o traçado formado por ruas paralelas semelhante a um tabuleiro de xadrez foi divulgado, por comodidade e por conveniência, a todas as paisagens e a todas as cotas.

Nos anos de 1746 a 1750, circulou um edital de recrutamento pelas ilhas do arquipélago dos Açores (Edital Régio) buscando casais voluntários açorianos e madeirenses<sup>67</sup> a emigrarem para o Brasil, podendo-se alistar somente os que tivessem alguma profissão, sendo as mais comuns, agricultores, carpinteiros, comerciantes, oleiros, canteiros, pedreiros e pouquíssimos pescadores (PEREIRA, 1993).

Assim, foram organizados os núcleos de Guaratuba, depois vila de São Luiz de Guaratuba, no atual estado do Paraná, e, no estado de Santa Catarina, o núcleo de São Francisco, depois Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco, na ilha de São Francisco; o núcleo, depois Vila de Nossa Senhora do Desterro, hoje cidade de Florianópolis, na ilha de Santa Catarina; e também o núcleo de Laguna, na barra da Lagoa de Santo Antônio. No atual estado do Rio Grande do Sul, na entrada da lagoa dos Patos, foi construída a Fortaleza do Rio Grande, ou de São Pedro, para onde começaram a ser trazidos casais açorianos, dando origem à cidade de Rio Grande. Algumas povoações – Pelotas, Viamão e Porto dos Casais (atual Porto Alegre) – foram fundadas ao longo da Lagoa dos Patos e na foz do rio Guairá. (TELLES, 2008, p.307)

Misturavam-se nesses núcleos, a cultura indígena, portuguesa e africana, sendo a última de importante destaque, por sua contribuição no trabalho em terra e embarcado, na culinária, na pesca baleeira, na medicina popular e no imaginário simbólico-religioso. Na Ilha, ocuparam de forma expressiva, ao longo do período de colonização, a região do

---

<sup>67</sup> Foram registrados apenas 59 madeirenses em Santa Catarina, o que leva muitos autores a denominarem a migração simplesmente como açoriana. (CECCA, 1997)

maciço central “conformando aglomerados de casas muito rudimentares que constituíram os primeiros bairros: Toca, Figueira, Mato Grosso, Rita Maria, Estreito e outros” (VEIGA, 1993, p.37), assim como Ribeirão, Campeche, Armação do Pântano do Sul, Lagoa da Conceição, Santo Antônio de Lisboa, Sambaqui, Canasvieiras e Rio Vermelho (COSTA, 2014).

Somando-se as construções militares e os recrutamentos, a paisagem se modifica rápida e profundamente. Com a vinda desses cerca de 6.000 colonos, entre 1748 e 1756, canelas-pretas, perobas e imbuías, foram extraídos quase em sua totalidade. O imigrante açoriano recebe os saberes guarani (por meio dos descendentes vicentistas), adaptando-se aos cultivos locais, às técnicas de caça e pesca, à medicina popular e às mitologias antigas desse território.

Porém, seu legado mais importante, que é a relação de convívio com o ambiente florestado, não foi conservado [...]. Freguesias e arraiais floresciam enquanto a floresta era posta no chão, dando lugar a uma paisagem de pastagens e plantações. O açoriano é um camponês, um agricultor, um pastor, que precisa que as fronteiras da floresta sejam levadas cada vez mais para longe [...]. A história do desmatamento na Ilha de Santa Catarina, propriamente dita, é, de certa forma, a narrativa da colonização açoriana, a domesticação da paisagem que é transformada de selvagem a bucólicos sítios. (COSTA, 2014, p. 32).

Nessa política de ocupação, os colonos receberam porções de terra localizadas no interior da Ilha, ainda sem grande exploração e sem vilas estabelecidas. A vegetação própria da Mata Atlântica em nada se parecia às ilhas vulcânicas da Europa; e a produção de trigo, tão melindrosa nas terras brasileiras, precisou ser substituída pela mandioca, tornando-se o principal produto de exportação e desenvolvendo uma cultura muito peculiar para a produção de farinha<sup>68</sup> e outros alimentos, como beiju, cuscuz, pães, bolos, doces, broas, roscas, paçoca, farofas, etc. Franklin Cascaes (Figura 12), antropólogo, gravurista, escritor, ceramista, folclorista e pesquisador da cultura açoriana, dá o seguinte relato:

---

<sup>68</sup> A farinha de mandioca é um produto alimentar nutritivo, popular e tradicional do Brasil, constituindo-se até o século XX, como a mais importante base alimentar dos brasileiros e, em especial, dos catarinenses (PEREIRA, 1993).

Aqui a farinha era o alimento principal, comia-se em todas as horas. Farinha com melado, com café. Pegava-se o café quente, puro ou com leite, bem quente, e depois se fazia pirão de café, que se chamava loque, uns não adoçavam, e se comia com carne seca assada, peixe seco assado. É muito bom, muito gostoso. No almoço se fazia o pirão. A carne seca era barata, usavam muita carne seca. Pirão com ostra cozida, que é uma delícia, com berbigão e pirão d'água. Eu como todo dia um pirãozinho d'água. (CASCAES, 1981 apud PEREIRA, 1993, p. 47)

Figura 12: Franklin Cascaes e um varal de tainhas escaladas

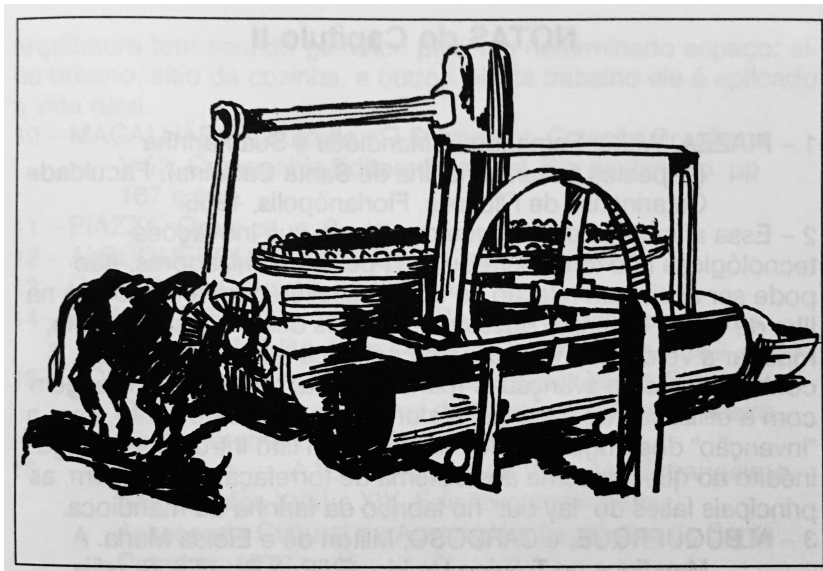


Fonte: Rede Mundial de Computadores, 2019

O colono aprendeu a arte indígena de sevar (ralar a raiz da mandioca), secar/prensar a massa crua e fornecer a farinha. Incrementou e atualizou esse sistema, inventando uma máquina, equipada com sistemas de engrenagens e movida pelo passo tranquilo e circular de um boi treinado, tecnologia de moagem semelhante à desenvolvida nos Açores. A esse sistema dá-se o nome de engenho (Figura 13), termo utilizado na Ilha de Santa Catarina para se referir especificamente à máquina de

fabricar farinha de mandioca, enquanto em outras partes do país designa também os engenhos de cana-de-açúcar (PEREIRA, 1993).

Figura 13: Desenho esquemático de um engenho tipo cangalha



Fonte: Pereira, 1993

A implementação de um engenho implica em uma série de alterações na paisagem, tanto pelo desmatamento para sua construção e abastecimento de lenha, como pelas estruturas associadas, que visavam facilitar a vida rural: casarão, depósito, poço, curral, roças, senzala, ranchos. A fabricação de farinha se dá, em Santa Catarina, nos meses de maio, junho, julho e agosto – os meses sem “r” – quando é certa a colheita da mandioca e o clima mais ameno, facilitando o trabalho dentro dos engenhos. Coincide também com a época da safra da tainha, capturada em grandes quantidades com redes de arrasto ou cerco, atividade tradicional desenvolvida até hoje. Nereu do Vale Pereira, professor doutor em sociologia, economista e folclorista nascido e criado em Florianópolis, comenta em seu livro “Os engenhos de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina”, que:

Normalmente as raspadeiras trabalham até por volta das 13 horas após terem iniciado às 7 horas, e, raspam uma porção para ser operada durante o dia, até o anoitecer.

Os grandes lances de tainha ocorrem, a mais das vezes, de manhã cedo ou à tardinha, momentos em que os homens estão mais disponíveis. As coisas se encaixam com muita naturalidade, sem atropelos.

Até nesses embricamentos de tarefas ocorre uma racional distribuição de encargos. Os homens têm a responsabilidade da vida no mar, na pesca e, dentro do engenho, do sevidor, prensa e forneada. As mulheres a raspagem das raízes, lavagem e peneiramento. Se ocorre lance de tainha ficam, se for preciso, as mulheres raspando, e aguardando o retorno dos homens. Algumas mais experientes assumem alguma tarefa interrompida. Estrutura-se uma divisão social do trabalho que se ajusta ao tempo, ao espaço e às necessidades. (PEREIRA, 1993, p. 105)

Mara Coelho de Souza Lago (1996, p.57) destaca que tanto no engenho como na atividade pesqueira, o trabalho era comunitário, colaborativo, predominando o sistema de partilha e de arrendamento. As propriedades privadas se restringiam às terras de lavoura, os animais, as casas e engenhos e os instrumentos de trabalho. Mas “todos freqüentavam a mesma escola, a mesma igreja, a mesma festa, partilhando o lazer, como partilhavam o trabalho [...]. Economia camponesa, enfim.” Diversas atividades manufatureiras se desenvolveram com sucesso, como a produção de açúcar, melado e cachaça de alambique, a confecção de roupas em tecido de linho, cânhamo e algodão nos teares, a fabricação de móveis, a olaria de cerâmica utilitária e decorativa, a renda-de-bilro, entre outros. Atividades relacionadas à pesca e à produção de óleo de baleia também eram destaque. Havia seis armações baleeiras no litoral catarinense na segunda metade do século XVIII, que eram unidades de produção, contando inclusive com a força de trabalho escravizada, que desempenhava funções específicas, como remador (em geral de dez a doze homens por embarcação), além de serviços de desmanche e corte do animal abatido (MAMIGONIAN; VIDAL, 2013).

No início do século XIX, viajantes relatam a presença de chácaras nos arredores de Desterro, o que reforça a constatação de transformação da paisagem pela derrubada da floresta. Destacam-se a abundância de peixes e frutas e, embora fossem rústicos os alambiques e pequena a produção de café, este era considerado da melhor qualidade. M. Augusto de Saint-Hilaire, que permaneceu quatro anos em terras catarinenses,

relata em seu livro “*Voyage dans les Provinces de Saint-Paul et Sainte-Catherine*” o seguinte:

Nada mais lindo do que os arrabaldes de Santa Catarina ou Desterro. Os morros que, como disse, dominam a cidade do lado de leste são ainda coroados por matas virgens, em meio às quais se mostram massas de rochedos. Por toda a parte o terreno foi arroteado e oferece o aspecto de roças ou culturas. Nos pontos mais vizinhos da capital veem-se formosas casas de campo (chácaras) e mais longe um grande número de sítios dispersos aqui e ali [...]. Algumas vezes, uma casa de campo forma uma perspectiva, que em outra parte seria um pitoresco sítio cercado de bananeiras e laranjeiras carregadas de frutos. As culturas apresentam ainda menos simetria que nas outras províncias do Brasil: não se veem duas laranjeiras ou dois pés de mandioca plantados na mesma linha. Mas esta desordem, que atesta a negligência dos lavradores, produz na paisagem efeitos magníficos, e poder-se-ia comparar a Ilha de Santa Catarina a um vasto jardim inglês (SAINT-HILAIRE, 1851 *apud* VÁRZEA, 1984, p.34)

Centenas de engenhos de farinha moíam e forneavam incessantemente. Para se ter uma ideia, apenas na Freguesia da Lagoa havia “10 fábricas de açúcar, 28 engenhocas de aguardente, 32 atafonas de moer trigo e 101 engenhos de mandioca.” (BASTOS *apud* MAMIGONIAN; VIDAL, 2013, p.71). Paulo de Brito<sup>69</sup>, em 1810, aponta que:

Das sementes cereais, como o trigo, o milho de todas as qualidades, a cevada, o centeio, a produção é abundantíssima, e muito mais das leguminosas, como são o feijão, a fava, a ervilha e outras. É extrema a produção da mandioca, que constitui a base principal do sustento de quase todos os habitantes. A cana-de-açúcar, o café, o algodão, o tabaco, são vulgares e abundantes em toda a Capitania: o anil é copiosíssimo, e a terra inutilmente o reproduz todos os anos, sendo desprezada geralmente esta planta que tantos interesses podia dar! Os linhos galego, donzelo e cânhamo: a

---

<sup>69</sup> Paulo de Brito, conforme relata Virgílio Várzea (1984), foi auxiliar da administração em Santa Catarina, sendo posteriormente nomeado governador e capitão-general de Moçambique, onde faleceu em 28 de janeiro de 1832.

batata, o amendoim, as cebolas e os alhos são vegetais da maior produção. As plantas odoríferas tais como a alfazema, o alecrim, o jasmineiro, a roseira, manjeriço, os craveiros e outras aí se dão muito bem; as hortensês, como o repolho, couves de diferentes espécies, a alface, a chicória, o nabo, o rábano, o pepino, a mostarda, a cenoura, o tomate, o aipo, a hortelã, a salsa, o coentro, abóboras: carneira, menina e outras; o melão, a melancia, o morango, aí vêm bem, e se criam perfeitamente. As árvores frutíferas, como a laranjeira, o limoeiro, o pessegueiro, o damasqueiro, o marmeleiro, a figueira, são vulgares, e dão saborosos frutos; e já hoje (1810) há algumas pereiras, ameixeiras, e ginjeiras, que mui bem se criam, e produzem. E que direi das excelentes madeiras, de que tão abundante é a Capitania! (BRITO, 1810 apud VARZEA, 1984)

Ainda que haja muitas diferenças biogeográficas entre os continentes, é possível traçar um paralelo entre esse relato, do século XIX, e o que se costumava ver nos Açores no século anterior. Isabel Soares Albergaria, no livro “Quintas, Jardins e Parques da Ilha de São Miguel” (2000, p.7) relata que os cultivos mais comuns na Ilha de São Miguel<sup>70</sup> eram “parcelas irregulares de milho, cevada, linho e fava, separados por linhas de álamo que cresciam em forma de pirâmide; junto às ribeiras ficavam as plantações de inhame” e nas vertentes, por toda montanha, se encontravam “faias, louros, urzes, ginjeiras, queiroso, tamujos, murtas, uveira da serra, entre outras espécies endêmicas e naturalizadas.” Ainda que o regime de terras fosse diferente no Brasil, percebe-se a presença de alguns cultivos compartilhados e, para além disso, uma mentalidade predatória, que via na sobreposição do espaço construído ao natural o desenvolvimento da civilização.

Para quem, há duzentos anos, fizesse uma aproximação à costa da ilha, tornar-se-ia nítida a separação entre o ‘miolo’ negro-azulado dos matos, permanentemente envoltos em névoas e nevoeiros, e o recorte sinuoso da linha da costa, com a sua faixa contínua dos campos cultivados, interrompidos de espaço a espaço pelas povoações do litoral. (ALBERGARIA, 2000, p.11)

---

<sup>70</sup> São Miguel é a maior das ilhas do arquipélago dos Açores. Todo o conjunto de nove ilhas foi descoberto entre 1426 e 1439.



A relação com a paisagem na Ilha de Santa Catarina também difere o ‘mato’ (o que brota espontaneamente, não tem valor e deve ser exterminado) e os ‘campos cultivados’ (faixas de terra destinadas às plantações, com função econômica e de subsistência).

Já no início do século XX, Virgílio Varzea (1984, p. x) publica “Santa Catarina: a ilha”, passando por todas as vilas e relatando a presença de casas de pau a pique barreado à mão, escondidas entre bananais e cafezeiros no Rio Vermelho; o cultivo de cereais, cafeeiros, cana, pastagens e vinhas admiráveis em Trás do Morro, como em toda a Ilha; os cafezais de mui boas colheitas na Cachoeira; as verdejantes roças de milho nos cerros das Capivaras; as pequenas e tenras pastagens na Várzea Grande, por onde uma linha de colinas de florestas seculares nos cimos leva à Várzea Pequena, ou Várzea de Baixo, onde abundam a mandioca, o milho, o feijão, a cana-de-açúcar, o algodão e o café. Em Canasvieiras, Várzea destaca o cultivo da mandioca, da cana, do feijão, do milho, do algodão, da videira, do café, e da uva, que dava admiravelmente, e lamenta não ser plantada em grande escala para a fabricação do vinho de excelente uva branca, moscatel. Sobre os habitantes, tece os seguintes comentários:

Desde manhã até a noite, pode dizer-se, ele vive a cantar, quer seja inverno ou verão, a frente do carro carregado de lenha, capinando ou semeando nas planícies e morros, fazendo coivaras, abrindo picadas, derrubando madeira para construir a casa ou o engenho, escavando um tronco para uma canoa ou um cocho, mudando ou conduzindo o gado ao potreiro, domando o cavalo xucro, laçando o boi bravio, tecendo ou deitando as redes, junto ao portal da rua, ou sobre a borda da canoa, no meio do mar revolto, sob a fúria do pampeiro. E é assim que embala a sua vida, no rude trato das roças e no lidar arriscado das redes.

E foi assim, vivendo a cantar que os imigrantes conseguiram se inserir nessa terra, adaptando e expandindo o processo agrícola e associando novos cultivos e culturas a ele. Em cerca de 200 anos, transformaram a paisagem de exuberantes florestas impenetráveis a planícies de pastagens e roças, também apreciáveis, pois com a derrubada das matas, a fertilidade do solo se mostrou de qualidade. Construíam suas casas em alvenaria de pedras, e também de estuque ou taipas, com frente

para o mar, com até quatro janelas fronteiriças. O “rancho do engenho”<sup>71</sup> acoplado à casa, nos fundos; próximo a ele, as roças de mandioca.

No imaginário popular há também um conjunto de festividades idiossincráticas que se desdobram em riquíssima mitologia e oralidade. Embora não seja assunto desta pesquisa, impossível não apontar para essa mistura de religião e magia que povoa a Ilha, pois como comenta Gelci José Coelho “Peninha” (apud ALVES, 2016, p.119), “Antes de tudo, a religiosidade e a festa. Entre o sagrado e o profano, a reza e a dança.”. Destacam-se a Procissão de Nosso Senhor Jesus dos Passos, o Banho Santo e a colheita das ervas na madrugada da Sexta-feira da Paixão, as benzedeadas e as diversas histórias sobre bruxas, lobisomens e boitatás. Para encerrar, a música “Relíquias da Ilha e do ilhéu”, composição recente de Ademir Alarício do Espírito Santo (Mazinho), condutor ambiental local e liderança comunitária da Praia dos Naufragados, faz um apanhado inspirador sobre sua própria realidade:

RELÍQUIAS DA ILHA E DO ILHÉU [Dm, Gm, A7,  
Bb/D, C]

Disse um dia o poeta Zininho que essa Ilha  
é um pedacinho de Terra perdido no mar.  
É bonito e verdade o poema, mas se amplo e verdade é  
o tema,  
ainda há muito que se acrescentar.

A magia da Terra encantada. Casamento da pesca e da  
roça.  
O noivado da reza e da fé. O namoro do beiju e o café.

Tem formato de bruxa a Ilha. Toda envolta cercada de  
filhas.  
As Irmãs, as Moleques, a Guará.  
Xavier, a dos Cardos, Arvoredo, a do Campeche cheia  
de segredos,  
as dos fortes histórias a contar.

A magia da Terra encantada. Casamento da pesca e da  
roça.  
O noivado do milho e feijão. O namoro do peixe e o  
pirão.

---

<sup>71</sup> “‘Rancho do engenho’ é a denominação da construção de quatro paredes e cobertura, dotada de portas e janelas, e que se destina abrigar o equipamento e local para o fabrico da farinha de mandioca.” (PEREIRA, 1993, p.180)

De um lado o horizonte do mar. Do outro, terra firme avistar.

Os maciços ornamentos de festa.

Suas águas até formam lagoas. Mãe da lua um canto ressoa,

o vento sul faz bramir orquestrar.

A magia da Terra encantada. Casamento da pesca e da roça.

O noivado da cana e moenda. O namoro do bilro e a renda.

De Solis a Caboto uma visão. Povos outros aqui nesse chão,

apontam as inscrições rupestres.

Brumidouros e os sambaquis arqueologia assim o bendiz

São marcas no espaço terrestre.

A magia da Terra encantada. Casamento da pesca e da roça.

O noivado do causo e do conto. O namoro do encanto no encontro.

Se alguém acha que é quinquilharia, sábios dizem que é maestria,

os costumes se dá em respeito.

Se surfar é cultura da moda, se pesca de tainha incomoda

Precisamos rever os conceitos.

A magia da Terra encantada. Casamento da pesca e da roça.

O noivado da mandioca e do trigo. O namoro do novo e do antigo.

### **2.3 Declínio agrícola e processo de urbanização: o fim dos quintais açorianos?**

Os primeiros sinais de decadência da vida agrícola foram o recrutamento militar, que promovia o êxodo rural e o crescimento da cidade; e o sistema de sucessão de terras, na qual os descendentes herdaram e parcelaram a terra em lotes menores, ficando com cada vez menos espaço para o cultivo (CAMPOS, 1991). Além disso, em meados do século XIX, as câmaras municipais e os administradores públicos

passam a se preocupar com o asseio da população e das ruas da cidade, adotando em seus discursos novas noções científicas sobre saúde e higiene vindas da Europa. Na virada do século, os higienistas europeus opinam sobre a dinâmica do espaço urbano e o risco de infecções devido às aglomerações populacionais. Segundo Roselane Neckel (2003, p.52), “O saneamento e a reorganização da vida urbana garantiriam a transformação do meio ambiente degradador e formador de um bom cidadão”. O Estado exerce, a partir de então, maior controle sobre as áreas de uso comum, consentindo ou negando seu usufruto à população e a particulares.

A gênese das cidades se deu em torno de uma área central, e sua ocupação reproduzia a divisão do trabalho e a diferenciação social, resultante dessa divisão. Assim, as atividades econômicas e sociais das elites detentoras do poder, como também suas residências, convergiam para o “centro” das cidades, áreas privilegiadas, de fácil acesso, concentradoras de comércio e serviços, além de merecedoras das atenções da administração pública, através de obras de infraestrutura e melhoria urbana. As zonas periféricas, de acesso mais difícil, relegadas pelo poder público, destinavam-se aos serviços e residências para as classes trabalhadoras. (LAGO, 1996a, p.58)

Com a República, em 1891, as intervenções se acentuam com a ordenação do espaço urbano, o embelezamento e a modernização das vias de circulação. Foram abertas novas ruas e as antigas tiveram seus nomes alterados para homenagear os personagens republicanos. As áreas públicas são consideradas terras devolutas e passam à administração estadual, em detrimento do município. As terras são negociadas como moeda de troca em serviços prestados ao estado, como “a construção de uma estrada carroçável no interior, mediante o pagamento tanto em dinheiro quanto em terras devolutas” (CAMPOS, 1991, p. 129). Essas terras que outrora não pertenciam a ninguém vão sendo cercadas, impossibilitando seu uso pelos mais necessitados. Toma-se como exemplo os campos comuns existentes em Canasvieiras. Esse lugar, de evidente beleza cênica e forte uso tradicional, é descrito por Várzea (1984, p. 118) da seguinte forma:

Nesta parte do campo, que é de um raro encanto paisagista pelas suas pastagens, onde o gado se aglomera em manchas de variado colorido de onde se

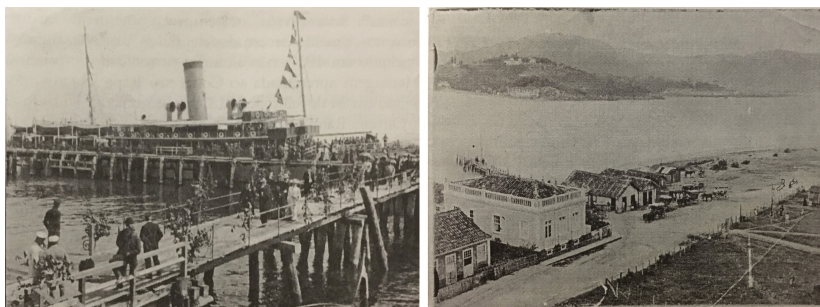
avista o mar, ao longe, reluzindo como um imenso espelho azul enquadrado na verdura orlante da praia e na linha fugidia e saudosa das montanhas do continente fronteiro — reúnem-se aos domingos, pelo tempo da fruta, muitas famílias da vizinhança, moças e homens a pé, que animam com risadas alegres esses recantos tranquilos, passando entre as ramagens ou nos descampados de grama, em meio aos mansos animais, que os fixam sossegadamente, ruminando a erva fresca e refletindo o campo em torno nas grandes pupilas límpidas.

Quem olha esses grupos roceiros, tão descuidosamente felizes, amando-se com sincero afeto numa simplicidade primitiva, inveja-os e tem vontade de abandonar para sempre o mundo consumidor e hostil das grandes capitais, e deixar-se ficar sob aquela atmosfera sadia de pureza de amor, em que a vida é como um sonho de flores numa aventura de idílio.

Em meados de 1920, contudo, a região vai sendo usurpada, apossada, vendida e até mesmo transformada em colônia penal e parque florestal por parte do Estado. Além das áreas comunais, desaparecem também as terras do pequeno produtor e muitas áreas públicas urbanas. E esse processo se dá por toda a Ilha. As áreas que a princípio não tinham interesse econômico particular, passaram com o tempo a serem valorizadas devido ao processo de expansão urbana, à conseqüente especulação imobiliária de áreas periféricas e, mais recentemente, com o crescimento do setor turístico.

Durante as primeiras décadas do século XX, os avanços tecnológicos ocasionaram profundas alterações na essência socioeconômica na Ilha: abriram-se ruas, criaram-se praças, aumentaram as obras de saneamento e construiu-se a rede de esgotos; a navegação a vapor levou a atividade portuária e o sistema de cabotagem à crise, pois os portos eram pequenos e pouco profundos (Figura 14); a inauguração da ponte Hercílio Luz suplantou o transporte por balsas e lanchas entre a Ilha e os portos vizinhos de São José, Palhoça e Biguaçu; e a estagnação da agricultura somou-se ao crescimento populacional urbano, que passou a consumir mais que produzir.

Figura 14: Porto de Desterro/Florianópolis (esq.) e Trapiche do continente, antes da inauguração da Ponte Hercílio Luz, em 1926 (dir.)



Fonte: Neckel, 2003

Com a abertura do transporte rodoviário, diversos produtos do continente começaram a chegar com mais facilidade, favorecendo o desenvolvimento das colônias alemãs e italianas que ocupavam os vales catarinenses desde o século XIX. Esses novos imigrantes aproveitaram a força dos rios para movimentar seus moinhos e produziam farinha em larga escala, alinhados ao ritmo da revolução industrial que já acontecia na Europa. “De porto intermediário, exportador e importador, a capital transformara-se em uma cidade apenas consumidora de produtos que chegavam cada vez mais por via terrestre.” (CECCA, 1997, p. 58).

Adotando o discurso, muitas vezes moralista, de controle da insalubridade da cidade e do embelezamento do espaço urbano, somavam-se a necessidade de educação da população para aquisição de hábitos de higiene compatíveis com a modernidade. Além disso, “O trabalho contínuo, assíduo e remunerado, na fase dos serviços prestados, [é] considerado a legítima forma de sobrevivência e de utilização produtiva do tempo” (NECKEL, 2003, p.63). Pese a isso, a criação de animais e o plantio de capinzais foi proibida no perímetro urbano. Os jornais passam a travar uma batalha contra os quintais (Figura 15), como se pode perceber na seguinte nota:

Consta que na rua Nunes Machado desta capital, um pequeno quintal da casa onde reside um empregado da superintendência municipal, está há muito transformado em zoológico, pois observa-se presas em capoeiras, 14 cabas (...) 4 patos, 1 frango, 2 cachorros e 5 gatos, além de outros espécimes interessantes cujos nomes não sabemos. Em vista do proprietário ser

empregado da Superintendência que, a bem da higiene, não consente essa coisa no centro da cidade, resolvemos, admirados, chamar atenção do Sr. Superintendente para esse quintal que bem se assemelha a uma Arca de Noé (Quintal zoológico, jornal *A Opinião*, de 18/08/1919, p.1, col.3) (apud NECKEL, 2003, p.70)

Figura 15: Quintal de uma casa na Praia de Fora (próximo à Praça Esteves Júnior – Beira-mar norte)



Fonte: Neckel, 2003

Desta forma, a população humilde é expulsa das áreas centrais e a produção rural se desarticula tanto no centro como em bairros periféricos. Áreas de pequena produção e terrenos baldios vão se transformando gradualmente em bairros urbanos, sobrando, aqui e ali, rugosidades.

Nos anos 1960 e 70 a cidade cresce ainda mais, com a implantação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1960 e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) em 1965, além da instalação de empresas públicas e privadas, que propiciam um incremento migratório para a cidade. As obras de aterros nas Baías Norte e Sul, as

pavimentações nas estradas<sup>72</sup>, a verticalização no centro da cidade e a construção da ponte Colombo Salles, inaugurada em 1972, são outros indícios da modernidade galopante que transforma a cidade. As pequenas propriedades rurais foram sendo fracionadas, muitas vezes de forma irregular, e seus usos típicos foram cedendo lugar aos interesses urbanos, à criação de lotes para residências e conjuntos de moradias, que atenderam aos funcionários de empresas e repartições estatais, aos estudantes universitários e à essa nova migração, principalmente dos estados vizinhos.

Foi o que aconteceu com a Trindade, após a implantação do campus da Universidade Federal. Os bairros vizinhos, Carvoeira, Pantanal, Córrego Grande, tiveram seu processo de renovação acelerado pela construção da sede da ELETROSUL, próxima à Universidade. O bairro do Itacorubi também se transformou, com a instalação, aí, das sedes da TELESC, da Universidade Estadual, além de importantes órgãos de administração, como CELESC, FIESC, ACARPESC, PRODASC. (LAGO, 1996a, p.60)

A ocupação populacional em Florianópolis está concentrada em áreas urbanizadas (96,2%), com um percentual de crescimento de expansão urbana constante em 70,45% entre 1986 e 2010 (FERRETTI, 2013). As freguesias mais próximas ao perímetro urbano foram se transformando em bairros, Trindade, Pantanal, Santa Mônica, Córrego Grande. O aumento progressivo da população e a ocupação de áreas inadequadas resultou no empobrecimento da biodiversidade e da diversidade cultural, em parte também ocasionados por uma prática de turismo predatória acelerada, voltada somente às belezas naturais e sem preocupação com a memória da cidade e com os usos tradicionais do território. Paralelo aos avanços nas construções, diversos patrimônios culturais e naturais são devastados: desaparecem os engenhos de farinha, os carros-de-boi, os sítios arqueológicos ainda por encontrar, o folclore e as lendas locais (COSTA, 2014).

---

<sup>72</sup> A BR-101 recém-construída e asfaltada atrai turistas estaduais e estrangeiros para a Ilha. São pavimentadas a SC-401 em direção às praias do norte, a SC-404 que leva à Lagoa da Conceição, a SC-406 ao Rio Tavares e a SC-405 que passa pelo Campeche, Armação e Pântano do Sul.



Os ilhéus vão sendo expropriados de seus sítios, cedendo lugar ao turismo dos veranistas. Muitos lugares se destinaram à especulação imobiliária a longo prazo e outros foram rapidamente loteados e vendidos. Essa alteração na paisagem e nos usos dos espaços ocasionou numa desarticulação do sistema de produção tradicional: pesca artesanal, engenhos de farinha, agricultura e a produção manufaturada de artefatos de todo tipo vão sendo abandonadas. Como exemplo, entre 1975 e 1980, a quantidade de pessoas trabalhando no setor primário (pesca e agricultura) decaiu em 62,21% (IPUF, 1988 apud CECCA, 1997).

Os descendentes açorianos foram forçados a se adaptar à nova realidade, contribuindo para o novo mercado, voltado a atender o turismo com restaurantes, hotéis, bares, farmácias, lojas. “As pousadas se multiplicaram, reduzindo a ociosidade de áreas que deixaram de ser agrícolas, enquanto, paralelamente, loteiam-se propriedade para a formação de *sítios de lazer*.” (LAGO, 1996b, p.111). A maioria dos nativos, entretanto, foi absorvida pelo mercado de trabalho e passou à condição de assalariado em serviços mal remunerados, como empregadas domésticas, faxineiras, garçons, pedreiros, atendentes do comércio, etc. Outros se tornaram funcionários públicos, porém geralmente com baixo ou médio nível salarial, devido à formação escolar limitada e uma experiência profissional ligada à experiência familiar e suas tradições, que se apresentavam como desvantagens na competição com os filhos dos funcionários públicos e demais estudantes universitários que aqui passaram a viver (CECCA, 1997). E outros ainda precisaram abandonar seus territórios, migrando para áreas mais afastadas, inclusive fora do município.

Florianópolis se expande pela ilha e pelo continente. A população de baixa renda, se ainda habita alguns morros, alguns bairros periféricos, as comunidades do interior, ou convive com os novos moradores nas localidades litorâneas, habita, em grande parte, no continente, em conjuntos habitacionais, favelas ou bairros populares, que vão se alastrando pelas regiões cada vez mais distantes, já que o processo de renovação urbana também se fez e continua ocorrendo com os bairros do continente. As classes trabalhadoras vão sendo empurradas para os municípios da grande Florianópolis, São José e Palhoça, principalmente, cujo crescimento demográfico é significativo. (LAGO, 1996a, p.62)

A paisagem urbana se modificou em diversos aspectos, especialmente nos padrões habitacionais e nas edificações públicas. Formaram-se núcleos habitacionais diferenciados em cada bairro, tanto aqueles onde residem as populações de baixa renda como em condomínios de alto padrão. A disseminação de edifícios de apartamentos é um fenômeno que se iniciou primeiramente próximos ao centro, estendendo-se pela baía Norte, ampliada por aterro. Na baía sul, também aterrada<sup>73</sup>, predominam edifícios de interesse público, como um fórum, um sambódromo, um centro de convenções, uma estação de tratamento de esgoto, um memorial ao antigo trapiche que existia e os terminais rodoviários, além de também comportar o “mais amplo anfiteatro de *estacionamento* de veículos privados e coletivos de todo o município” (LAGO, 1996b, p.68). Embora contasse com projeto paisagístico assinado por Burle Marx, a área inicialmente destinada ao ajardinamento urbano foi drasticamente reduzida.

Em 1996, quando Paulo Fernando Lago publica “Florianópolis: a polêmica urbana” ainda havia produção de alho, cebola, cana-de-açúcar, café sombreado, feijão, mandioca, hortaliças; além de rebanhos bovinos e caprinos aqui e ali, suínos, galináceos, e os engenhos de farinha e açúcar mascavo, ainda que fossem “sobreviventes unidades em ruínas ou zelosamente conservadas por museólogos” (LAGO, 1996b, p.109). E ainda que algumas produções rurais tenham começado a se desenvolver nas últimas duas décadas, como a apicultura e a maricultura, os limites das zonas urbanas de praticamente todos os distritos da ilha foram alterados nesse mesmo período, indicando um aumento contínuo da cidade (FERRETTI, 2013). Orlando Ferretti, que é prof. Dr. em Geografia vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, preocupa-se com a forma com que o Plano Diretor do município foi sendo construído, pois:

Até 2012 o projeto do Plano Diretor Participativo de Florianópolis, intitulado Anteprojeto do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis (FLORIANÓPOLIS, 2010) apresentava as macrodiretrizes<sup>74</sup> para o ambiente natural incorporada aos

---

73 Fábio Brüggemann em seu curta-metragem “Ilha do Carvão”, de 2016, situa Florianópolis como “ilha de nossa senhora dos aterros”.

74 Segundo Sampaio (2016, p.60), no início foram contabilizadas 3.244 diretrizes organizadas por temas, sendo: ambiente natural; uso e ocupação do solo; mobilidade; saneamento básico; infraestrutura e políticas sociais; emprego, renda e oportunidades”; e gestão democrática. Após alguns refinamentos, as diretrizes foram

conceitos da Reserva da Biosfera em Ambiente Urbano, comprometendo-se com a efetivação das zonas de amortecimento dos ENPs [Espaços de Natureza Protegida] existentes e com a criação dos corredores ecológicos [...]. Infelizmente, essas premissas não foram acompanhadas de diálogos com os órgãos gestores das unidades de conservação, bem como não se soube encaminhar e dialogar com as comunidades. (FERRETTI, 2013, p.276)

O processo de elaboração do novo Plano Diretor durou de 2006 a 2014, gerando diversas disputas e conflitos de interesse ao longo do tempo, principalmente no que tange à ocupação e uso do solo. A proposta é encaminhada à apreciação da Câmara Municipal sob muitas manifestações de desagrado, principalmente dos movimentos sociais, comunitários e ambientais, que foram privados de participar diretamente do processo de elaboração do Plano Diretor Participativo a partir de 2009 e alegavam que algumas emendas feitas pelos vereadores alteravam e subtraíam demandas comunitárias discutidas por anos (FIGUEIROA; SCHERER, 2016; SAMPAIO, 2016). Em janeiro de 2014, o Plano Diretor Municipal de Florianópolis é aprovado, com 305 das 618 emendas propostas, Lei Complementar 482, instituindo o Plano Diretor do município de Florianópolis e dispondo sobre a política de desenvolvimento urbano, plano de uso e ocupação, instrumentos urbanísticos e o sistema de gestão municipal. Destacam-se extratos:

[Art. 5, sobre a ocupação do território e o desenvolvimento urbano]:

XV - o crescimento previsto para os diversos distritos do Município se baseia em uma oferta crescente de infraestrutura e como forma de garantir essa correspondência, se estabelece em 20% o índice de aumento populacional ou de área construída, a partir do qual, contado da data da publicação desta Lei Complementar, se instalará, automaticamente, o processo de aferição dos parâmetros urbanos em vigor, cujo o processo de análise será coordenado pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento

---

sintetizadas em 170 “diretrizes sínteses”, organizadas em 33 conjuntos, destacando-se diretrizes globais denominadas “macro-diretrizes”. Essas 33 macro-diretrizes orientam o desenvolvimento do modelo urbano-ambiental que fundamenta o Plano Diretor Participativo.

Urbano (SMDU) e envolverá o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), a Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM) e representação designada do Conselho da Cidade, contando sempre com a participação da população envolvida.

Um dos maiores focos de conflito em Florianópolis gira em torno da densidade de ocupação do solo, onde confrontam os interesses do setor de construção civil e das associações comunitárias e movimentos ambientalistas, que justificam suas preocupações pela vulnerabilidade ambiental e pela perda de qualidade de vida como resultado do elevado crescimento populacional previsto, considerando que se trata em sua maior parte de uma ilha e não pode crescer (SAMPAIO, 2016).

Apoena Calixto Figueiroa e Marinez Eymael Scherer (2016, p.289)<sup>75</sup> apontam que algumas áreas definidas no Plano Diretor como “passíveis de ocupação” se sobrepõem a Áreas de Preservação Permanente (APPs)<sup>76</sup>, “principalmente, faixas marginais a cursos d’água, manguezais e restingas com a função de estabilizadoras de mangue”; o mesmo ocorre com áreas remanescentes da Mata Atlântica<sup>77</sup>, “com destaque para as áreas de restinga arbórea, arbustiva e herbácea. Além disso, legislações municipais que definem como APP áreas de banhados e praias também foram sobrepostas a áreas de usos urbanos, de forma ilegal e mesmo inconstitucional, que colocam em evidência o perigo a que esses ecossistemas estão correndo, visto que a consulta de viabilidade e alvará de construção são emitidas de acordo com o Plano Diretor. Áreas de Preservação com Uso Limitado (APLs), Áreas Residenciais Rurais (ARRs) e Áreas de Urbanização Especial (AUEs) são consideradas “Macroáreas de Transição” e chama a atenção das autoras que não consta nessas áreas nenhuma restrição quanto à supressão da vegetação nativa; situação claramente em desacordo ao pactuado com a Reserva da Biosfera em Ambiente Urbano, citada anteriormente, e que apresenta “um cenário

---

<sup>75</sup> Figueiroa e Scherer são, respectivamente, analista ambiental do ICMBio e professora Dr.<sup>a</sup> vinculada aos cursos de Geografia e Oceanografia da UFSC.

<sup>76</sup> Definidas pelo Novo Código Florestal, Lei Federal 12.651, de 25 de maio de 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm)>. Acesso em 15 jan. 2020.

<sup>77</sup> Protegida especificamente pela *Lei 11.428*, de 22 de dez. de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11428.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11428.htm)>. Acesso em 15 jan. 2020.

catastrófico não só à biodiversidade, mas também ao bem-estar social” (idem, p.298).

Diante dessa *crônica de uma morte anunciada* (para tomar emprestadas as palavras de Gabriel García Márquez), Orlando Ferretti arrisca um palpite:

Talvez o que esteja acontecendo com o município de Florianópolis, e com a Ilha de Santa Catarina, no que diz respeito ao Plano Diretor seja uma passagem, de um plano modernista, de planos urbanos de larga escala, racional e eficiente, para o que Harvey (2011) vai chamar de cidade na pós-modernidade, onde o tecido urbano é visto como algo realmente fragmentado, uma mistura, colagem de momentos e usos. Isto justificaria a completa falta de entendimento político, e social, da importância do planejamento municipal, e do funcionamento da cidade em si. (FERRETTI, 2013, p.278)

Nesse tecido fragmentado, repleto de rugosidades e palimpsestos, há dois caminhos: lamentar a perda de tudo, dos alambiques, engenhos e sementes crioulas; dos espaços naturais, sagrados e ocultos; do conhecimento tradicional e da fé na humanidade; ou olhar ao redor e identificar a paisagem e os aliados, pois há Museus e há Unidades de Conservação; há ruínas, geossítios e árvores centenárias; há instituições e pessoas dispostas; há que se pensar no ambiente adequado para as gerações futuras construir memórias éticas, estéticas e poéticas.

De cunho apenas saudosistas, muitos sustentam, por exemplo, que “*Florianópolis, ontem, era melhor que hoje*” e outros, claramente pessimistas, sentenciam: “*Florianópolis, amanhã, será pior do que hoje*”.

\*\*\*

O crescimento de Florianópolis é, portanto, e talvez antes de qualquer outra consideração, fato perturbador. Pode ser temido e não desejado, conforme a linha dos chavões acima sugere, como pode ser desejado, embora também sob receios.

Estas avaliações, embora não consensuais e em alguns aspectos opostas, concordam, todavia, que “*há alguma coisa errada com o crescimento.*”

Entretanto, o que parece *errado* para uns poderá estar no excessivo apreço pelos limites físico-territoriais e, para outros, o *errado* poderá estar no despreço a estes limites.

\*\*\*

(LAGO, 1996b, p.126)

Com isso posto, percebe-se que as tendências do planejamento urbano e mesmo a formação do cidadão de um modo geral não colaboram para que Florianópolis disponha verdadeiramente de seu potencial natural e cultural. A pesquisa científica, o lazer individual e a atividade turística poderiam ser muito melhor aproveitados se as forças políticas, empresariais, intelectuais e comunitárias entrassem em acordo e comesçassem a planejar juntas como se dará o desenvolvimento sustentável de cada lugar. A Sociomuseologia e a implementação do “campo museal”<sup>78</sup> podem contribuir muito nesse processo.

---

<sup>78</sup> Entende-se a expressão *campo museal* como “campo ou arena de disputa política, ideológica, econômica, teórica e técnica envolvendo museus, museografias, museologias, processos museais, procedimentos técnicos, espaços de memória e patrimônio, público frequentador e beneficiário, estudantes, trabalhadores e pesquisadores” (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p.21).

### 3 UM PANORAMA

Para ilustrar e também para guardar um lugar, o terceiro capítulo apresenta um panorama preliminar de onde se expressam conjuntos diversos desses elementos que formam o quintal açoriano na Ilha de Santa Catarina. A proposta não é mapear todos os quintais açorianos existentes, possíveis ou latentes, mas sim identificar paisagens onde eles se manifestam com propriedade histórica, social e econômica reconhecíveis até os dias de hoje, em atividade ou arruinados, em áreas naturais protegidas ou de usos urbanos. Esse panorama local foi surgindo em conversas com o coorientador da presente pesquisa, que em virtude de sua formação acadêmica e envolvimento socioambiental, transita por esses lugares há quase duas décadas.

Ao compará-los percebe-se que seus estados de conservação variam bruscamente, desde sítios bem estruturados, em plena atividade produtiva/econômica vinculados a técnicas e certificações ligadas à agroecologia, passando por típicas “figuras manezinhas” que mantêm suas atividades tradicionais, resistindo à urbanização latente, até as ruínas e sítios abandonados que se deterioram diante da veloz urbanização ou mesmo sem a devida atenção nos recantos das UCs de Florianópolis. Destacam-se três exemplos práticos de iniciativas e potenciais na interface da conservação da natureza e do patrimônio. Dois quintais reconhecidos que fazem parte de museus, carregando toda carga dos elementos do quintal açoriano supracitado, e um descoberto em meio a estes estudos, sem nenhuma medida de proteção e sem histórico preservado.

Diante de toda complexidade sociocultural da cidade, presente tanto nas construções modernas como nos espaços abandonados, e havendo identificado também seus patrimônios ativos e em risco, pulsando na paisagem, seria “da natureza” da Museologia guardá-los. Para isso, buscou-se evidenciar o patrimônio que acaba de se revelar enquanto “quintal açoriano”. Optou-se pela elaboração de uma ficha de catalogação museológica específica para esse objeto, como forma de sistematizar as informações sobre o quintal e facilitar sua conservação. Nas “características intrínsecas”, elencam-se dados inerentes ao objeto: nome dado ao quintal (chamada que facilite sua identificação, podendo

ser referente ao proprietário, aos usos, ou algum aspecto específico da paisagem), localização (endereço completo, de preferência), dimensão (metragem aproximada, que pode ser obtida em documentos oficiais ou estimada pelo Google Maps com a ferramenta de medição de área), data de nascimento (quando se iniciou o plantio, pode ser estimado pelas árvores mais antigas). Na sequência, há uma lista de espécies típicas, levantadas com base na literatura pertinente sobre o assunto (BERGER, 1984; COSTA 2014; VÁRZEA, 1984) e complementada por Aracídio de Freitas Barbosa Neto, geógrafo, coorientador desta pesquisa.

Consideraram-se “nativas” apenas as plantas com ocorrência natural no litoral de Santa Catarina, sendo portanto consideradas “exóticas” espécies da Mata Atlântica de outras regiões. Outras espécies não arbóreas como flores, ervas medicinais, trepadeiras e gramíneas podem ser incluídas ao final da listagem principal. Como essas são plantas mais frágeis, costumam ser rapidamente substituídas, não sendo parâmetro seguro de avaliação do quintal, ainda que existam diversas plantas típicas não arbóreas próprias dessa tipologia, conforme relatado por Mauro Manoel da Costa e que constam nas Figuras 8 e 9 desta pesquisa.

Edificações e estruturas associadas à cultura açoriana também estão presentes nos quintais, sendo mais frequente a presença de casarão, engenho, rancho, alambique, poço/carioca, criadouro de animais, ruínas (com espaço para preencher que tipo de ruína), chão de casa, muradas de pedra, eiras, pontes, marcos de pedra, marcos vivos (árvores), “acumulados de pedra” para roça (quando na limpeza do terreno para a roça se juntavam as pedras num só lugar; esses acumulados se tornam elementos fixos mesmo depois da roça ser abandonada, auxiliando na identificação desses antigos usos), trilhas e caminhos.

Como características extrínsecas relacionam-se informações históricas sobre o espaço, como seus proprietários (a quem pertence/pertenceu o terreno), se há tombamento ou reconhecimentos legais que incidam sobre a área (nesse caso, consultar IPHAN e órgãos gestores do meio ambiente), quais usos e atividades no sítio ao longo do tempo (relato histórico de compra e venda, antigos cuidadores, principais usos, que plantas existiam e estão faltando, quais foram os



acontecimentos marcantes, como enchentes, quedas de árvores, etc.), e um campo final para incluir observações, como indicativos de plantas doentes que precisam de cuidados específicos por determinado tempo, apontamento de manutenções necessárias, como cortes de galhos ou informações específicas sobre a conservação de determinado componente, entre outras entradas de dados possível.

Por fim, indicam-se os responsáveis pela conservação do sítio (quem faz a manutenção e o plantio), os responsáveis pelo preenchimento da ficha (provavelmente o/a museólogo/a que preencher a ficha terá acompanhamento de um/a especialista na identificação de plantas) e a data de preenchimento.

Essa documentação pretende organizar e facilitar a recuperação das informações, auxiliando na elaboração de estratégias para melhorar sua conservação e divulgação, constituindo ações culturais, exposições, publicações, roteiros, sinalizações (PADILHA, 2014), bem como, facilitando o uso do “objeto quintal açoriano” como fonte de informação para novas pesquisas.

.....

## **PROPOSTA DE FICHA DE CATALOGAÇÃO MUSEOLÓGICA PARA QUINTAL AÇORIANO**

Nome dado ao quintal: [chamada que facilite a identificação do espaço]

### **Características intrínsecas:**

Localização: [endereço completo]

Dimensão: [constante em documentos oficiais ou medida aproximada – Google Maps]

Data de nascimento do sítio: [informação mais antiga de uso do espaço enquanto quintal]

## Quantidade e presença de:

ESPÉCIES ARBÓREAS					
Família	Espécie	Nome popular	Exót./Nat. <sup>79</sup>	Qtde.	Idade aprox.
ANACARDIA CEAE	<i>Anacardium occidentale</i>	Cajueiro	Exótica		
	<i>Mangifera indica</i>	Mangueira	Exótica		
	<i>Schinus terebinthifolius</i>	Aroeira-vermelha	Nativa		
	<i>Spondias dulcis</i>	Cajá-manga	Exótica		
ANNONA CEAE	<i>Annona squamosa</i>	Fruta do conde	Exótica		
	<i>Annona muricata</i>	Graviola	Exótica		
APOCYNIA CEAE	<i>Plumeria rubra</i>	Jasmim-manga	Exótica		
ARECACEAE	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	Jerivá	Nativa		
BIGNONIA CEAE	<i>Handroanthus pulcherrimus</i>	Ipê-da-restinga	Nativa		
	<i>Handroanthus sp.</i>	Ipê-rosa	Exótica		
CARICA CEAE	<i>Carica papaya</i>	Mamão	Exótica		
CLUSIACEAE	<i>Clusia criuva</i>	Mangue-formiga	Nativa		
	<i>Garcinia gardneriana</i>	Bacupari/ Baquipari	Nativa		
EBENACEAE	<i>Diospyros kaki</i>	Caqui	Exótica		
ERYTHROXY LACEAE	<i>Erythroxylum argentinum</i>	Baga-de-pomba	Nativa		
EUPHORBIA CEAE	<i>Aleurites molucana</i>	Nogueira	Exótica		
FABACEAE	<i>Cajanus cajan</i>	Feijão guandú	Exótica		
	<i>Inga sp.</i>	Ingá	Nativa		
	<i>Senna macranthera</i>	Acácia	Exótica		
JUGLANDA CEAE	<i>Carya illinoensis</i>	Nogueira-pecã	Exótica		
LAURACEAE	<i>Persea americana</i>	Abacateiro	Exótica		
MALVA CEAE	<i>Ceiba speciosa</i>	Paineira-rosa	Exótica		
MORACEAE	<i>Artocarpus heterophyllus</i>	Jaqueira	Exótica		
	<i>Ficus carica</i>	Pé-de-figo	Exótica		
	<i>Ficus sp.</i>	Figueira-da-folha-larga	Nativa		
	<i>Ficus sp.</i>	Figueira-da-folha-miúda	Nativa		
MYRTA CEAE	<i>Campomanesia xanthocarpa</i>	Gabiroba	Nativa		
	<i>Eugenia brasiliensis</i>	Grumixama	Exótica		
	<i>Eugenia uniflora</i>	Pitanga	Nativa		
	<i>Myrciaria glazioviana</i>	Cabeludinha	Exótica		
	<i>Plinia edulis</i>	Cambucá	Exótica		
	<i>Plinia peruviana</i>	Jaboticabeira	Exótica		

<sup>79</sup> Considera-se nativa a planta com ocorrência natural no litoral de Santa Catarina.

	<i>Psidium cattleianum</i>	Araçá	Nativa		
	<i>Psidium guajava</i>	Goiabeira	Exótica		
	<i>Syzygium jambo</i>	Jambo	Exótica		
OXALIDA CEAE	<i>Averrhoa carambola</i>	Caramboleira	Exótica		
POACEA	<i>Bambusa sp.</i>	Bambu	Exótica		
RUBIACEAE	<i>Coffea arabica</i>	Cafezeiro	Exótica		
RUTACEAE	<i>Citrus sp.</i>	Limão-galego	Exótica		
	<i>Citrus sp.</i>	Bergamota	Exótica		
	<i>Citrus sp.</i>	Laranja-azedada	Exótica		
	<i>Citrus sp.</i>	Laranja-açúcar	Exótica		
SALICACEAE	<i>Casearia sylvestris</i>	Cafezeiro-do-mato	Nativa		
URTICA CEAE	<i>Cecropia glaziovii</i>	Embaúva	Nativa		

**Outras espécies não arbóreas:** [flores, ervas medicinais, trepadeiras, gramíneas]

**Edificações e estruturas associadas:**

- |   |   |  |
|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> Casarão              | <input type="checkbox"/> Ruínas, sendo: _____ | <input type="checkbox"/> Marcos de pedra                 |
| <input type="checkbox"/> Engenho              |   | <input type="checkbox"/> Marcos vivos (árvores)          |
| <input type="checkbox"/> Rancho               | <input type="checkbox"/> Chão de casa         | <input type="checkbox"/> “Acumulados de pedra” para roça |
| <input type="checkbox"/> Alambique            | <input type="checkbox"/> Muradas de pedra     | <input type="checkbox"/> Trilhas e caminhos              |
| <input type="checkbox"/> Poço/Carioca         | <input type="checkbox"/> Eiras                |  |
| <input type="checkbox"/> Criadouro de animais | <input type="checkbox"/> Pontes               |  |

**Características extrínsecas:**

Proprietários: [a quem pertence o terreno, quais seus antigos proprietários]

Tombamento/Reconhecimento legal: [consultar IPHAN e órgãos gestores do meio ambiente]

Usos e atividades no sítio ao longo do tempo: [histórico de compra e venda, antigos cuidadores, principais usos, plantas faltando, acontecimentos marcantes como enchentes, quedas de árvores...]

Observações: [plantas doentes, manutenção, outras entradas de dados]

Responsável pela conservação do sítio: [quem faz a manutenção e o plantio]

Responsável pelo preenchimento da ficha: [museólogo responsável acompanhado de outros profissionais]

Data de preenchimento: //

.....

A ficha é aplicável a qualquer quintal açoriano. Nesta pesquisa, o instrumento foi aplicado somente ao quintal da Divina Providência, durante visita realizada em 28 de janeiro de 2020, sendo preenchida com a colaboração de Gabriel Stroich da Costa, geógrafo, condutor ambiental e coordenador do Viveiro de Mudanças do Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri (MONA da Lagoa do Peri); e Cid Neto, já apresentado anteriormente, que identificaram as plantas e marcos físicos do local. A visita foi acompanhada pela irmã Lore, residente da casa e cuidadora do quintal há quatro anos. Os resultados dessa ficha se apresentam no subcapítulo 3.2, quando se trata especificamente sobre esse espaço.

### **3.1 Fragmentos e resistência**

Muitas vezes é difícil entender a ruína, ou mesmo enxergá-la, por não se ter uma matriz da coisa edificada na memória (Figura 16 e 17). Dentre aquilo que já se considera arruinado, há vestígios de edificações e estruturas de moradia e de produção de tempos passados, como o “chão de casa”, um alicerce simples e retangular, feito com rochas do próprio lugar. A maioria não usava nenhum tipo de cimento e era base para as paredes, erguidas com uma técnica chamada pau-a-pique. Há também ruínas que demonstram terem servido para algo além de simples habitações, onde o aproveitamento da declividade e as formas das estruturas denunciam seu uso para a produção, como alambiques ou engenhos (BARBOSA NETO, 2012).

Mais do que extrair ou cultivar nos locais onde se instalavam, essas primeiras populações estabeleciam e recriavam ambientes, propiciando habitats humanos caracterizados no espaço e apropriados de uma relação temporal típica, cujas marcas são ainda visíveis e extremamente compreensíveis na paisagem ainda nos dias de hoje. (BARBOSA NETO, 2012, p.124-125)

Figura 16: Ruínas no Parque Natural Municipal do Maciço da Costeira



Fonte: Barbosa Neto, 2012 [original 2004]

Figura 17: Ruínas no Rio Tavares



Fonte: Da autora, 2019

Casas maiores também são encontradas, onde paredes bem grossas com emprego do óleo de baleia, semelhante a como fizeram as fortificações costumam mais a ruir, às vezes definhando em pé, como o Casarão da Dona Loquinha (Figura 18), no caminho histórico tombado da Costa da Lagoa. A arquiteta e museóloga Sônia Melim Rocha, moradora da comunidade da Costa da Lagoa desde 1994, realizou uma pesquisa sobre o casarão em 2018, mostrando a importância da criação de mais mecanismos de proteção sobre o patrimônio cultural, a memória e o território onde vive e contribuindo com o desenvolvimento social da comunidade. Trata-se de exemplar único na Ilha de Santa Catarina, sendo um importante referencial para moradores e turistas (MELIM, 2018).

Figura 18: Casarão da Dona Loquinha - Fachada Lateral Sul - situação atual



Fonte: Rocha, 2018

Próximos das estruturas de chão de casa, encontram-se os sinais claros do quintal. Cid Neto diria que, em verdade, é o contrário: quando se acha uma jaboticabeira (Figura 19), noqueira ou cafezal em meio à mata, pode-se procurar por ruínas ao seu redor. Os amontoados de pedra, descritos anteriormente, marcam a existência de lavoura, onde na encosta se ampliava a área de cultivo com a limpeza da terra, e como não se tinha tanta limitação de terra, alguma porção do terreno era condenada a servir de pedreira, menos produtiva (BARBOSA NETO, 2012).



Figura 19: Jabuticabeira centenária no Rio Tavares



Fonte: Da autora, 2019

Também muito presente são os marcos: pedras dispostas de modo a demarcar confrontações entre proprietários, na maioria das vezes são vistosos, compostos de uma pedra maior no centro e duas confirmatórias, uma de cada lado, mostrando os ângulos do terreno. Eiras utilizadas para secagem de grãos são também estruturas comuns observadas ao lado das casas, engenhos e mesmo em meio às roças. Em comunidades que compartilhavam os trabalhos da roça e da pesca, algumas pedras do costão também eram usadas para a secagem, como no caso da pedra do milho no costão direito da praia dos Naufragados.

Mas então por que esses lugares outrora habitados e com alta produção não foram, com as alterações do modo de viver na cidade, absorvidos pela urbanização? Porque muitas dessas áreas que aí se localizavam, justamente pela disponibilidade de recursos como água, porções distintas de terreno como mata, pastagem e terra fértil, se encontram concomitantemente ao declínio agrícola já tratado, em áreas que vieram a se tornar de preservação permanente, devido aos avanços da legislação ambiental ocorridos desde então. São áreas em topo de morro, beiras de rios e lagoas, e outras que sob a legislação vigente não podem ser ocupadas, devendo ser protegidas sob a ótica da conservação da biodiversidade, o que, no entanto, não impede nem repele a ideia da conservação cultural dos itens aí encontrados, quando fica evidente a compatibilidade dessas ações com os objetivos de qualquer área protegida.

Essas estruturas se encontram dispersas por toda parte, mas cabe destacar que em algumas UCs como no Parque Municipal do Maciço da Costeira, no MONA da Lagoa do Peri e no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PAEST)/APA do Entorno Costeiro (região dos Naufragados), elas são encontradas em volumes e condições que bem poderiam, e em certos aspectos até o fazem, ombrear com as características naturais dos ecossistemas, motivo pelas quais, em síntese, foi dada proteção ao lugar. Um destaque para a região da Costa da Lagoa, que por meio do Decreto de tombamento 247/1986 realiza a proteção de forma invertida, na valorização de aspectos culturais sobre os naturais, tipo de proteção que caberia a diversos outros espaços na Ilha de Santa Catarina.

Muitas dessas estruturas permanecem em propriedades privadas, o que cria alguns impedimentos da qualificação desses espaços para proporcionar uma visitação mais apropriada. Não obstante à questão da propriedade, resta também a pouca conversa entre os órgãos gestores cujas responsabilidades são compartilhadas. Exemplo positivo é a



tratativa realizada pelo DEPUC/FLORAM através do Programa Roteiros do Ambiente com o IPHAN, para que se pudesse retirar vegetação rasteira (*Trapoeraba zebrina*) e arbustiva (*Piper sp*) de modo a dar mais visibilidade à ruína existente, conhecida como Engenho da Cachoeira, onde o caminho retornou para o seu leito original, passando “por fora” da estrutura, pois nas últimas décadas com o arruinamento do engenho, em 1978, moradores e visitantes habituaram-se a passar “por dentro” da ruína, mas devido à retomada da vegetação, a maioria dos passantes sequer notava sua existência (Figura 20).

Figura 20: Mazinho conduz grupo de pesquisadores por fora da ruína do Engenho da Cachoeira, em Naufragados



Fonte: Da autora, 2019

A pouca atenção não é exclusividade das ruínas “desconhecidas”, pois mesmo os patrimônios já reconhecidos, como os sítios arqueológicos por exemplo, também não vêm recebendo o cuidado devido. Um dos lugares onde todos esses elementos citados se manifestam em diversos níveis de arruinamento, mas também de modo vivo, ativo e produtivo, é

na comunidade do Sertão do Ribeirão<sup>80</sup> (Figura 21). Trata-se de “uma região existente num vale, configurando geograficamente uma grande ‘cova’, com aproximadamente 353,48ha, como num altiplano dentro de um conjunto de morros ao sul da Ilha” (PEREIRA, 2011, p.24). Desde a década de 1950, legislações e estudos apontam para a região como o maior manancial hídrico de Florianópolis e que suas florestas deveriam ser protegidas. Em 1976, ocorreu o tombamento da Bacia Hidrográfica como Patrimônio Natural e no alto das cabeceiras do principal tributário da Lagoa do Peri estava presente a comunidade do Sertão (PMMA, no prelo). Secularmente estabelecida como desdobramento da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e como caminho mais curto para a armação baleeira da Lagoinha, localizado na atual Praia da Armação, a comunidade aproveitou as terras férteis e relativamente planas dos altos dos morros do Indaiá e do Peri de Cima para empreitar seus esforços construindo engenhos e alambiques e modificando a paisagem, tal qual foi feito na ilha inteira. Em 1978, estudos do IPUF indicam sua presença e a UC, criada em 1981, aproveitando os limites do tombamento de 1976, manteve a área ocupada por esta população tradicional classificada como “paisagem cultural”, reconhecendo a importância dos habitantes e de suas manifestações.

Os objetivos da criação do Parque são:

I - Proteger o manancial hídrico da Bacia da Lagoa do Peri de modo a permitir uma utilização adequada de seu potencial, visando abastecer a população do Sul da Ilha de Santa Catarina;

II - Preservar o patrimônio representado pela fauna, flora e paisagem, de modo que possa ser utilizado como área de interesse ecológico e de pesquisa científica;

III - Propiciar o desenvolvimento social crescente da Comunidade Nativa;

IV - Aproveitar as condições peculiares de sua paisagem natural e cultural para o adequado desenvolvimento de atividades educativas, de lazer e recreação. (Art. 2º da Lei 1.828/1981) [grifo nosso]

Essa paisagem é composta por propriedades rurais reunidas em pequenos grupos, distantes algumas centenas de metros umas das outras,

---

<sup>80</sup> Nereu do Vale Pereira (2011) afirma que sua denominação oficial e secular é Barreiros.

sendo identificadas como Sertão de Cima, Sertão de Baixo, Sertão dos Indaiás, Sertão do Peri e Sertão de Dentro. No Sertão de Baixo encontram-se a escola de ensino fundamental e a Igreja dedicada à Nossa Senhora da Conceição, onde desde 1860 existe uma Cruz Missioneira, ponto de encontro da comunidade para celebrar novenas, folias do Espírito Santo e festas da Santa Cruz (PEREIRA, 2001).

Figura 21: Paisagem Cultural do Sertão do Ribeirão



Fonte: Cid Neto, 2019

Com a obrigatoriedade de adequação da UC ao SNUC, a partir do ano 2000, a categoria Parque, a qual essa UC se vinculava pelo nome, não se mostrava adequada, pois prevê que suas áreas sejam de uso e domínio público, logo, impedindo a permanência da comunidade. Como alternativa, após quase duas décadas de discussão nos meios acadêmicos e intelectuais, por fim a partir de 2015 com ação determinante do Conselho Gestor da UC, onde participa a comunidade, decidiu-se pela categoria Monumento Natural, que mesmo sendo do grupo de proteção integral, possibilita a coexistência de áreas de usos privados, desde que compatíveis com os objetivos da UC.

Desta maneira, no bojo dos trabalhos da Comissão Especial de Adequação das Unidades de Conservação do município ao SNUC<sup>81</sup>,

---

<sup>81</sup> Portaria SMAD 3.167, de 03 de setembro de 2013, modificada pelas Portarias SMAD 3.941, de 28 de novembro de 2013 e SMAD 2.885, de 01 de setembro de 2014.

aprovou-se a Lei 10.530/2019, efetuando a adequação. É nesse contexto que a partir de 2019 a população tradicional tem seus direitos assegurados até que o plano de manejo defina exatamente o regramento dos usos admitidos e concordados. De modo antecipado, tal como previa a lei de 1981, conjuminando uso sustentável e proteção integral na mesma UC, foi pré-definido um zoneamento interno com intuito de destacar as áreas tidas como de uso cultural efetivo em função das demais, que são majoritariamente áreas de preservação permanente. São alguns dos objetivos do MONA da Lagoa do Peri:

III - Preservar o patrimônio natural representado pela fauna, flora e paisagem, de modo que possa ser utilizado como área, de pesquisa científica, ecoturismo e educação ambiental;

[...]

VI - Preservar o patrimônio cultural tradicional representado pelas populações locais, administrando de forma sustentável os recursos naturais necessários à sua subsistência, respeitando e valorizando seu conhecimento e práticas, e promovendo-as social e economicamente;

VII - Promover e valorizar a paisagem cultural constituída pelos sítios, chácaras e arquitetura, harmonizando-a com a conservação da paisagem natural;

VIII - Estimular o uso e cultivo sustentável de espécies ornamentais e medicinais nativas da flora pelas populações locais;

IX - Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento sociocultural e econômico;

X - Preservar o patrimônio histórico e arqueológico de ocorrência na Unidade de conservação;

[...]

XIV - Proporcionar espaços e condições adequados ao desenvolvimento de atividades culturais, educacionais, de lazer e recreação em contato com a natureza; e

XV - Promover a atuação de entidades e população local como agentes de preservação e conservação do patrimônio natural. (Art. 4º da Lei 10.530/2019)

Muito foi falado que “*depois que o ‘meio ambiente’ chegou*”, a vida desse roceiro “*se acabou*”, que tudo era proibido, que nada mais podiam fazer das suas atividades habituais. Nem a retirada de madeira, nem a farra do boi, nem tirar um *cipozinho*, um *palmitinho*, nada mais podiam tirar do mato. Caçar, então, nem pensar. De fato, ocorreram mudanças drásticas no modo de viver e também na forma de se interpretar o meio. Não resta dúvida que se melhor amarradas a legislação ambiental com as políticas do patrimônio, levando em consideração obviamente as pessoas, seus modos de viver e relação com o território, seriam mais eficazes as ações e não se teria tantas ruínas em comunidades empobrecidas.

Por outro lado, o número de engenhos e alambiques do Sertão do Ribeirão era tão numeroso quanto aqueles do próprio Ribeirão, do Campeche, da Vargem Grande, de Santo Antônio de Lisboa, da Costa da Lagoa... mas quantos existem hoje nesses lugares? Um, dois, parados, desaparecendo na paisagem, sem área de plantio que movimente o engenho e alimente a comunidade. Não resta dúvida que esse arranjo espacial protegido por lei e distante o suficiente fez com que hoje o Sertão do Ribeirão tivesse a maior concentração desse patrimônio imaterial preservado. Alambiques como do Zeca, do Bento, e do Adilson, que fez recentemente o “*Indaiá voltar a pingar*” (Figura 22), e os engenhos do Nêca e do Airton, são prova de que as políticas ambientais não negligenciaram de todo os aspectos culturais do patrimônio, permitindo e reconhecendo as atividades tradicionais e a “Comunidade Nativa” desde a criação do Parque em 1981 – ainda que muitas vezes faltasse qualificação, disponibilidade ou interesse político que dessem subsídios para garantir o “desenvolvimento social” e as “atividades educativas, de lazer e recreação”. Com a adequação da UC ao SNUC, os objetivos do MONA da Lagoa do Peri refletem melhor a preocupação com o patrimônio cultural e abrem espaço para que a Sociomuseologia se aproxime e colabore na promoção e valorização dessa paisagem cultural.

Figura 22: Placa informando que o alambique “Indaiá voltou a pingar”; produção de melado e vista externa do Alambique do Adilson



Fonte: Cid Neto, 2019

Além da comunidade, na orla de toda Lagoa do Peri, estão as ruínas da Madeireira do seu Vitorino, do Engenho dos Padres, do Engenho do seu Ventura, da Generosa; o bananal do Valdemiro e as marcas das roças do seu Machadinho, no Morro das Pedras; todos espaços onde a museologia poderia atuar.

O Sertão do Peri também é palco de iniciativas atuais, como por exemplo o Sítio Florbela, que é certificado pela Rede Agroecológica ECOVIDA como produtor orgânico. Seus proprietários vêm buscando dentro das prerrogativas legais a regularidade das atividades praticadas em agricultura, bem como solicitam ao órgão gestor da UC (FLORAM), autorização para construir engenho e estruturas de apoio à visitação pedagógica e turística. Outro projeto bastante conhecido em Santa Catarina é a Acolhida da Colônia, que com apoio do sítio Hortêncio busca implementar o agroturismo, metodologia vista com cautela pela gestão, pois a princípio não está prevista a possibilidade de alojamento com a atual legislação, dependendo do Plano de Manejo regular. Essas iniciativas são interessantes, mas precisam estar vinculadas aos objetivos da UC. Até o momento, nem mesmo as estruturas de acesso e visitação estão adequadas para garantir um bom desfrute por parte do visitante e a garantia de manutenção da atividade por parte dos moradores.

Novas práticas agrícolas começam a despontar também em meio à cidade, sob o título de Agricultura urbana. São espaços alinhados muitas vezes à economia solidária, à produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, à consciência de consumo, à segurança alimentar e a atividades pedagógicas e de lazer. Em 2018, o Ministério do Desenvolvimento Social lançou o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana<sup>82</sup>, visando a segurança alimentar e nutricional, a inclusão social e a utilização de tecnologias agroecológicas como forma de promover a educação ambiental, estimular a economia circular, o convívio social e os hábitos sustentáveis. O Programa pretende implantar a produção com fins pedagógicos em instituições de ensino e de saúde, além de instituições religiosas, estabelecimentos penais e de internação socioeducativa dentre outras. Paula Carolina Favaretto Santos, em sua pesquisa de mestrado em Geografia intitulada “Agricultura Urbana no bairro do Campeche, Florianópolis/SC”, destaca os principais benefícios do fortalecimento dessas práticas:

A contribuição dos quintais produtivos do Campeche na segurança alimentar, no incremento nutricional, econômico, educacional, medicinal dos cidadãos é de grande relevância. Sejam quintais remanescentes, ou que surgiram recentemente, eles se fazem presentes tanto pela sua facilidade de acesso, (proximidade dos terrenos), como pela redução da dependência por produtos externos que eles proporcionam, além dos diversos benefícios acima mencionados. (SANTOS, 2019, p.99)

As pesquisas científicas sobre Agricultura urbana também se encontram em pleno desenvolvimento, principalmente referentes à questão espacial e ao desenvolvimento das cidades. Santos (2019) faz um levantamento dos principais centros e grupos de pesquisa internacionais, além de alguns encontros e iniciativas nacionais, entre as quais se encontra o CEPAGRO, entidade que atua em rede, estabelecendo parcerias e convênios com outras instituições e integra diferentes espaços de discussão no município de Florianópolis e região. Nessa pesquisa, Santos apresenta o mapeamento preliminar de identificação das áreas de agriculturas urbana e periurbana no município, realizado no âmbito do projeto “Políticas Públicas, Mercados Institucionais, Agricultura Urbana

---

<sup>82</sup> Portaria 467/2018.

e Periurbana” fomentado pelo Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil (PGPSE/CAPES). Como resultados prévios,

O estudo identificou uma diversidade notável na forma de uso do espaço pela agricultura, que podemos traduzir nas seguintes classes: quintais produtivos, cuja finalidade é, prioritariamente, o autoconsumo das famílias; hortas institucionais (em escolas, creches, postos de saúde) com finalidade educativa e de utilização medicinal; hortas comunitárias em áreas públicas ou privadas, com finalidade de lazer, convívio social e promoção da educação ambiental; hortas particulares com finalidade comercial; além dessas, há grande presença, também, de categorias vinculadas, como a produção de mudas e insumos (produtores de sementes e mudas, de adubo orgânico, compostagem, minhocários etc.), a pecuária de subsistência e o processamento artesanal de produtos como a farinha de mandioca e a cachaça.

Algumas situações são de difícil identificação quanto à tipologia, pois além de serem bastante efêmeras (seja por questões práticas de falta de mão-de-obra, recursos, ou questões legais com o terreno), podem estar relacionadas com o “pousio imobiliário”, prática rentista de não-uso ou uso marginal da terra para espera da valorização imobiliária urbana. (SANTOS, 2019, p.96)

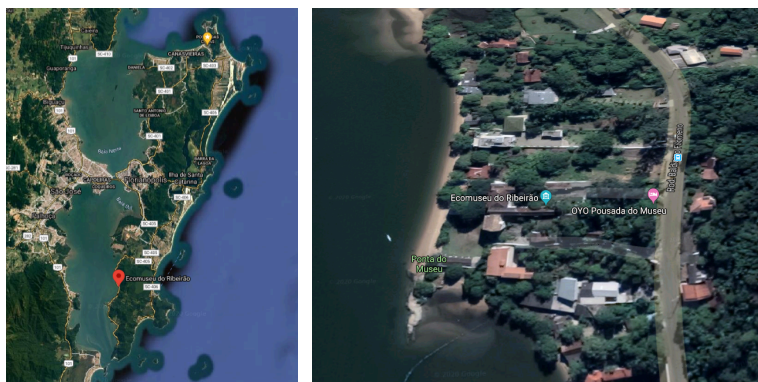
Apesar das dificuldades e incertezas, as práticas relacionadas ao quintal resistem e se adaptam ao cenário contemporâneo, desempenhando um importante papel em defesa dos povos e comunidades tradicionais, por serem eles próprios a manifestação de diversos patrimônios culturais materiais e imateriais que liga um grupo específico de indivíduos e sua relação com o território. Diante da disputa de interesses pelo uso do solo, os quintais fortalecem o movimento da Agricultura urbana e o direito à cidade. Reforçam ainda os benefícios provenientes de serviços ambientais, promovidos principalmente pelas áreas protegidas, onde também se encontram, esquecidos, escondidos, abandonados. Quando associados a museus, configuram-se indubitavelmente em importante espaço de convivência social, de práticas pedagógicas e de contato com a natureza.



### 3.1.1 Ecomuseu do Ribeirão da Ilha

Próximo ao Sertão, como já mencionado, encontra-se a Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha, onde está localizado o Ecomuseu do Ribeirão da Ilha (Figuras 23 e 24), criado em julho de 1971. A ideia do ecomuseu surgiu de um projeto-piloto do Departamento de Sociologia da UFSC intitulado “Transformação da Vila do Ribeirão da Ilha em Pólo de Turismo Cultural”, encabeçado por Nereu do Vale Pereira, importante conhecedor e difusor da cultura açoriana, quem está a frente do museu até os dias atuais. Note-se o avançado pioneirismo para a época, pois o museu foi inaugurado no mesmo ano da criação do termo “ecomuseu” na França e previa um crescimento “descentralizado em diversas unidades, conforme as condições o permitirem, e cada unidade especializar-se-á num ramo da cultura, como por exemplo: Ergologia, Artes Sacras, Folclore Musical, Artes Fotográficas, Artesanato, Sociologia, etc.” (PEREIRA, 2001, p.13).

Figura 23: Mapa de localização e vista aérea do Ecomuseu do Ribeirão da Ilha



Fonte: Google Maps, 2020

A edificação onde o museu está instalado é do século XVIII, assim como o primeiro objeto musealizado, um presépio artesanal, montado por uma mulher escravizada, conforme tradição, e adquirido na Tapera do Sul, também no Ribeirão. Passou-se a uma forte campanha de doação de peças e reconhecimento da utilidade pública estadual, culminando no seu registro no Departamento de Cultura do Estado de Santa Catarina, órgão precessor da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), criada em 1980. Sendo seu objetivo “armazenar a memória da cultura açoriana” por meio

da preservação de “uma propriedade rural segundo o desenho do colonizador açoriano”, é imprescindível trabalhar com os elementos do quintal, já que eles fornecem todos os insumos necessários à vida nessas condições. O museu conta ainda com um engenho de farinha de mandioca tipo Cangalha, um mó de moinho trazido da Ilha do Pico em 1749, além de outros vários objetos referentes à cultura açoriana.

Figura 24: Ecomuseu do Ribeirão da Ilha



Fonte: [ecomuseuribeirao.wordpress.com](http://ecomuseuribeirao.wordpress.com), 2019

Embora se reconheça a arborização do sítio como parte do acervo do museu, sua catalogação está incompleta, sendo contabilizados nas fichas de identificação apenas 2 tipos de ingazeiro (macaco e feijão), 6 tipos de laranjeira (pocan, morgana, laranja bruta, bergamota/mexerica, laranja lima e claro, a variedade açúcar), pitangueira, bananeira e pé de mandioca. Essas fichas trazem o nome da planta e sua classificação (família a que pertence, espécie e variedade), e poucas informações extras: no caso do Ingá, a origem da palavra (segundo a ficha, vem do guarani e significa alongado ou comprido ou vagem); na ficha da laranjeira de variedade açúcar indica-se seu uso (planta medicinal, chá das folhas é tranquilizante e atua contra a gripe e resfriados); na pitangueira,

diz ser nativa da Mata Atlântica brasileira, também presente na Ilha da Madeira em Portugal; na bananeira, informa que as bananas constituem o quarto produto alimentar mais produzido no mundo, sendo originárias do sudeste da Ásia e cultivadas em 130 países; na ficha do pé de mandioca dá outros nomes populares: aipi, aipim, aimpim, candinga, castelinha, macamba, macaxeira, macaxera, mandioca-brava (variedade venenosa da espécie), mandioca-doce, mandioca-mansa, maniva, maniveira, moogo, mucamba, pão-da-américa, pão-de-pobre, pau-de-farinha, pau-farinha, tapioca, uaipi, xagala. Há também três placas de identificação apenas com o nome de peroba, canela e cedro.

Essas informações provêm de arquivos digitais, cedidos gentilmente por Nereu do Vale Pereira para a presente pesquisa. Contudo, não há identificação das plantas *in situ*, o que dificulta seu reconhecimento enquanto acervo e mesmo sua manutenção. Além disso, muitas outras plantas habitam o local já com idade considerável. Em vista do longo percurso, do montante de seu acervo e da visibilidade da instituição, seria prudente realizar o levantamento das demais espécies com base na ficha de catalogação museológica desenvolvida nesta pesquisa, de forma a contribuir na conservação da cultura açoriana.

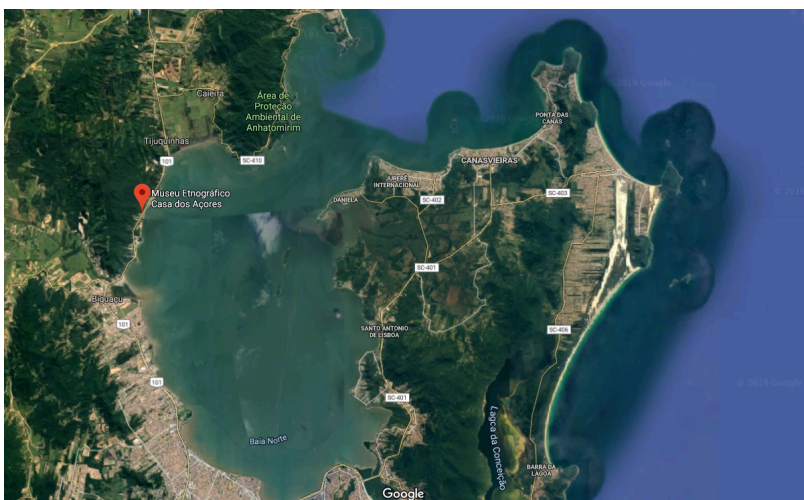
### 3.1.2 Museu Casa dos Açores

O segundo museu analisado, o Museu Casa dos Açores, localiza-se em Biguaçu (Figura 25). Com a imigração açórico-madeirense, foi fundada a póvoa de São Miguel da Terra Firme, defronte à Ilha de Santa Catarina, em 1750. No ano seguinte, é elevada à condição de freguesia, contando com 140 famílias e uma capela. Devido à sua posição estratégica e clima favorável, os governadores da província tentaram por diversos anos transferir a capital para lá, porém sem sucesso. Somente em 1777, com a invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina, São Miguel se tornou capital provisória, recebendo autoridades, militares e população ilhoa, que buscava se refugiar no continente (FCC, 2018). Durou pouco, pois com o tratado de Santo Idelfonso, no ano seguinte, a ilha volta a ser capital, sob comando português.

Em 1833, a localidade se torna município de São Miguel, com a instalação da Câmara de Vereadores. Contudo, os surtos de epidemia e as alterações na economia resultam na transferência da sede municipal para Biguaçu na segunda metade do século XIX. Até meados de 1970, sua economia era centrada na agricultura, pecuária e pesca. Com a

modernização generalizada do litoral, despontaram o comércio e a indústria, principalmente de plásticos, como responsáveis pela maior oferta de empregos. Há também uma distribuidora da Petrobrás instalada no município.

Figura 25: Mapa com a localização do Museu Etnográfico Casa dos Açores, Ilha de SC à direita



Fonte: Google Maps, 2019

Ainda na primeira metade do século XIX, bem em frente à Rod. Gov. Mário Covas, na BR-101, foi construído um casarão, que pertenceu ao fazendeiro e senhor de escravos João Ramalho da Silva Pereira, sendo tombado<sup>83</sup> pelo IPHAN em 1969 e adquirido pelo governo do estado de Santa Catarina em 1978. Após reforma, o museu é inaugurado em 4 de março de 1979, sendo atualmente administrado pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC). No site da FCC há uma página contando a história do local. Com relação ao entorno, acervo e usos do museu, traz as seguintes informações:

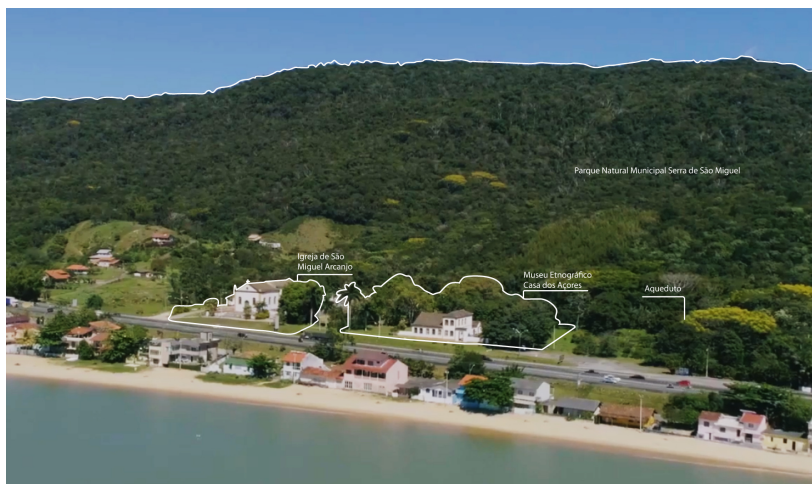
O museu forma, junto com a Igreja de São Miguel Arcanjo, a chácara<sup>84</sup> e os arcos do antigo aqueduto, um

<sup>83</sup> Número do processo: 810-T-1968; Livro do Tombo Histórico: Inscr. nº 420, de 17/12/1969.

<sup>84</sup> Nota-se aqui a separação entre o museu e a chácara, dando a entender que o espaço do quintal não constitui o museu.

belo conjunto arquitetônico. Conta com acervo de móveis, roupas e outras peças que visam à preservação e ao estudo da cultura açoriana. O espaço serve também para divulgar obras de autores catarinenses e exposições, além de contar com a comercialização de artesanato local. (FCC, 2018)

Figura 26: Vista do conjunto açoriano tombado pelo IPUF em Biguaçu



Fonte: FCC, 2018 [recursos gráficos elaborados pela autora]

Como se pode ver na Figura 26 (acima), os fundos do terreno limitam com o Parque Natural Municipal Serra de São Miguel, onde se inicia uma trilha ecológica em implementação, a Trilha do Tangará. Na verdade, se sobrepõem, já que o limite do Parque se inicia a cerca de 50 metros antes da bica dos escravos (Figura 27), localizada no quintal do Museu e tombada pelo IPHAN. Sobre essa construção incidem, portanto, medidas de proteção municipal e estadual. Sobre o Parque ainda incidem a Lei 5, de 27 de novembro de 1967, que declara de utilidade pública as áreas hidrográficas contribuintes das cachoeiras da Saudade, Guaporanga e José Firmino Marçal; e a Lei 647, de 16 de novembro de 1990, que tomba a Serra de São Miguel e a Serra da Queimada como áreas de interesse ecológico e dá outras providências. Não foi possível definir se essas leis incidiriam também sobre o quintal.



Figura 27: Bica/Fonte dos escravos, caminho e placa de identificação



Fonte: Da autora, 2019

O Parque é a primeira unidade de conservação do município, aprovada pela Lei 3.752/2017, após cinco anos de estudos. É de proteção integral, sendo administrado pela Fundação Municipal do Meio Ambiente de Biguaçu (FAMABI). Estende-se por 1.226 hectares de floresta atlântica de encosta, com mata densa e em diversos estágios de regeneração. São objetivos do Parque:

[...] preservação e recuperação de remanescente do bioma Mata Atlântica, preservação de ecossistemas naturais de relevância ecológica e beleza cênica, preservação dos recursos hídricos, desenvolvimento de pesquisas científicas, bem como de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (Art. 1º da lei 3.752/17)

É prevista para 2020 a criação do Conselho Gestor, mas a interação entre os órgãos administrativos já foi iniciada desde o início do manejo da trilha, que envolveu a FAMABI, o IPHAN e a FCC. Contudo, a

princípio a trilha se inicia atrás da bica, não incluindo o quintal em seu roteiro, apenas como passagem. As interações com o quintal se dão principalmente para lazer, como destaca o atual administrador do Museu, Valdir Pereira. No espaço do quintal há duas churrasqueiras, decks cobertos, pias com água disponível e espaço para piquenique, serviços gratuitos e de livre acesso. O lugar também é procurado por grupos que precisam acampar, tendo recebido até 2.000 escoteiros num encontro nacional. Os frutos provenientes do quintal são também relacionados como presentes, entregues cordialmente aos visitantes.

A manutenção do quintal é feita há 41 anos por Luiz Carlos Correia, sendo 37 anos como funcionário público, recontratado por empresa terceirizada há 4 anos, após sua aposentadoria. Desde seus 20 anos, Luiz trabalha no quintal, e afirma que algumas árvores já eram adultas quando ele chegou, como os quatro pés de cajá-manga (*Spondias dulcis*), sete pitangueiras (*Eugenia uniflora*), um bacupari (*Garcinia gardneriana*), uma caramboleira (*Averrhoa carambola*), um campari amarelo e um roxo (*Dovyalis hebecarpa*), duas nogueiras (*Aleurites molucana*) e as cerca de vinte goiabeiras (*Psidium guajava*) que restaram. Conta que havia mais de cem goiabeiras e também um extenso cafezal, tão grande que se chamava “Rua do Café”; que o cajueiro (*Anacardium occidentale*) mais antigo morreu, restando só um, que não produz caju há quatro anos; que havia um pé de cambucá (*Plinia edulis*) centenário e o que resta vivo tem 28 anos. Há também estruturas associadas para além do casarão, como rancho, alambique, poço/carioca e ruínas identificadas em muradas de pedra, eiras e trilhas, que configuram o valor histórico do sítio. Há placas de identificação em algumas árvores, já bastante comprometidas pela ação do tempo e sem registro de documentação (Figura 28).

Figura 28: Árvore de Cajá-manga, fruto e placa de identificação



Fonte: Da autora, 2019

Não houve planejamento específico para a reposição de plantas e mesmo sua documentação passada é incerta. Para realizar um inventário mais completo desse espaço seria necessário buscar fontes de informação anteriores, junto aos ex-gestores da casa, como também realizar uma entrevista mais aprofundada com Luiz, aproveitando todo seu conhecimento e memória sobre o lugar. O Conselho Gestor da UC pode ser um importante aliado para a valorização do quintal enquanto patrimônio.

Com a análise desses quintais presentes em museus, percebeu-se que, embora estejam salvaguardados em algum nível, com tombamentos reconhecidos e visitação pública, o Ecomuseu do Ribeirão e o Museu Casa dos Açores ainda necessitam *musealizar* as áreas externas de suas edificações, pois seus acervos vivos demandam conservação, pesquisa e comunicação como qualquer objeto museológico; também é preciso internalizar na gestão que esse acervo faz parte de uma cultura material com valiosos acessos ao patrimônio imaterial, nos modos de uso das plantas, nas receitas tradicionais, nos ritos, cultos e crenças que se veem refletidos nos quintais e na memória dessa gente.



Merecem destaque outros espaços que se assemelham aos quintais por seu tamanho, ou pelo descaso com que são tratados pelo poder público. É o caso das pontas (Ponta das Almas, Ponta do Coral, Ponta do Sambaqui, Ponta da Caiacangaçu, Ponta do José Mendes) e das ilhas (Ilha do Campeche, Ilha dos Corais, Ilha das Irmãs, Ilha das Vinhas), não tratados no presente trabalho. A seguir, passa-se a análise do quintal da Divina Providência.

### 3.2 Quintal da Divina Providência, Florianópolis/SC

Desde 1998, está instalado à Rua Gen. Nestor Passos, 28, no centro da capital, o Noviciado<sup>85</sup> Latino Americano da Congregação das Irmãs da Divina Providência (Figura 29). O lugar se mostrou ideal para a finalidade que lhe propunham: a casa tem localização estratégica, estando no centro e também na periferia, perto da população carente e também da sede; é ainda próxima a hospitais, supermercados e igreja. Tantas qualidades apresentou, que logo se tornou a sede do noviciado interprovincial, reunindo noviças de várias regiões sob uma mesma mestra. Passaram então a promover grupos de oração, círculos bíblicos e missas, sendo algumas vezes utilizado o jardim.

Figura 29: Vista aérea do quintal da Divina Providência



Fonte: Google Maps, 2019 [recursos gráficos elaborados pela autora]

<sup>85</sup> O termo designa tanto a edificação, como a comunidade e o período de formação de um(a) religioso(a), precedente à confirmação de seus votos.

A aquisição da casa foi acompanhada pela Irmã Rainilde, 84 anos, quem também esteve envolvida na reforma e implementação da instituição. Segundo seu relato, a casa pertenceu à família da Irmã Glória Dominoni, religiosa que insistiu na venda da propriedade de sua família à congregação. Conta que parte da casa estava deteriorada pelos cupins. Por conta do mato alto, não viram que nos fundos passava “uma vala”<sup>86</sup> (Figura 30). Quando chovia, pedras desciam por ela. Numa enchente, o portão da polícia foi levado pela água e por isso a prefeitura decretou que ali não seriam mais construídos prédios.

Figura 30: Rio que percorre a comunidade Nova Descoberta e passa pelo quintal da Divina Providência



Fonte: Da autora, 2019

Com relação à edificação, a casa sofreu uma reforma entre 1996 e 1998. Irmã Rainilde faz o seguinte relato sobre essas alterações estruturais:

Atualmente tem só duas coluninhas daquelas, deveria ter quatro, mas quando compraram já havia caído. A casa antiga era mais perto do rio, ficava na esquina da rua. Morreu a esposa da família e desmancharam a casa, construindo depois ali em cima. Depois ela foi ampliada, com um material não muito bom, pois os cupins logo pegaram a madeira.

Na entrada tinha um rendilhado de madeirinha, lindo. Meu irmão é construtor e foi contratado pra arrumar a casa. Essa parte que foi construída posteriormente precisou ser retirada. O rendilhado também, uma pena. O assoalho, que era antigo, não tinha nenhum cupim e está lá até hoje. Chovia dentro, pelo telhado. Daquele tipo de telha já não se tinha.

---

<sup>86</sup> Trata-se, na verdade, de um rio que nasce dentro dos atuais limites do PANAMC e percorre a comunidade da Nova Descoberta no Monte Serrat.

Essas informações são de interesse do ponto de vista da conservação do patrimônio material edificado. Conta que depois da reforma, entraram com o projeto de ampliação para instalar as noviças.

Sobre a constituição do quintal (Figura 31), as árvores mais altas já estavam ali quando as irmãs chegaram. Dentre elas, conheciam o flamboyant (*Delonix regia*) e a aroeira (*Schinus terebinthifolius*). Há outras árvores não identificadas e das quais não fazem uso algum. Conta a irmã sobre duas árvores que se enchem de lagartas numa determinada época do ano, eram peludas, de cores preta e vermelha, formando umas gregas ao redor da árvore. Um familiar seu havia comprado a casa ao lado. Com medo de que os bichos devorassem suas verduras recém-plantadas, pediu que retirassem as árvores. Dos cultivos lembra dos pés de manga (*Mangifera indica*), abacate (*Persea americana*), pitanga (*Eugenia uniflora*), banana (*Musa spp.*), limão (*Citrus latifolia*). Também plantavam legumes, verduras, ervas, batata-doce, aipim e “verдинhos” (rúcula, espinafre, cebolinha, couve, salsa).

Figura 31: Quintal da Divina Providência, vista da frente e dos fundos



Fonte: Da autora, 2019-2020

Já o cafezal da congregação era localizado onde atualmente está o colégio Bom Jesus, uma área maior, que fica a poucas quadras do Noviciado e mantinha com ele relação de apoio à subsistência (Figura 32). A aquisição desse outro espaço reflete parte da história da cidade; convém recordá-la:

Hoje em dia os espaços ficam cada vez mais reduzidos. Isso aqui antigamente era uma roça, isso aqui era um mato quando foi comprado pelas irmãs<sup>87</sup>. Era uma chácara de café, era pedaço de pasto com vacas leiteiras. Tem irmãs vivas ainda hoje que trabalharam aqui, no quintal, cuidando de vacas, tirando leite, colhendo café. Porque antigamente era assim, se tivesse um pouquinho de morro não tinha valor pro pessoal de cidade. As irmãs entraram aqui em 1898, em 1895 desembarcaram seis irmãs aqui, mas foram para Blumenau. Em 1898 vieram, ficaram no Coração de Jesus e Caridade. Mas isso era muito primitivo e pra comprar aqui, quem intermediava eram os padres franciscanos que já moravam aqui, que também eram estrangeiros, mas sabiam mais ou menos como adquirir as coisas. Então compraram aqui, a Colina do Mato Grosso. Era um morro! Se você olha, é um morro. E os morros não tinham muito valor.

---

<sup>87</sup> Sobre a área onde se encontra o Colégio Bom Jesus atualmente, Eliane Veras da Veiga (1993, p.38) comenta se tratar naturalmente de um “extenso pântano; um brejo enorme, situado entre os futuros bairros do Mato Grosso e da Praia de Fora, entre as atuais ruas Esteves Júnior, Presidente Coutinho”, qualidade que juntamente da formação mais elevada dificultaria a expansão da cidade para o lado da Baía Norte, o que viria a acontecer somente na segunda metade do século XVIII. O rio conhecido como “rio da Fonte Grande, rio da Fonte Velha, ou rio da Bulha [também] funcionou como barreira para a expansão da cidade”. Na Figura 32, esse rio passa subterraneamente na Av. Hercílio Luz, hoje retificado e transformado em canal.

Figura 32: Vista aérea do Colégio Bom Jesus e Noviciado da Divina Providência



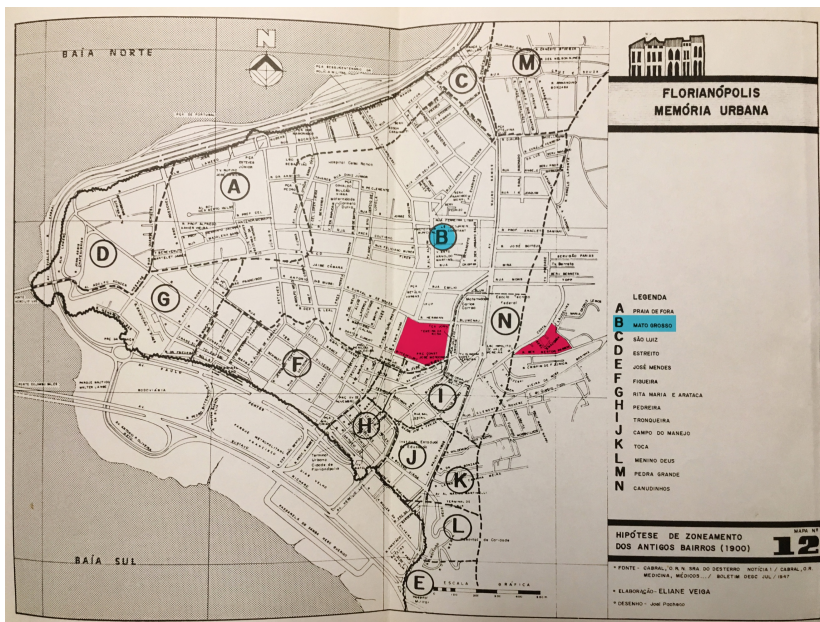
Fonte: Google Maps, 2019 [recursos gráficos elaborados pela autora]

Nota-se que a expansão dos territórios pertencentes à Igreja coincide, no início do século XX, com o declínio do modo de vida tradicional. Adquiriram uma boa área para produção alimentícia, que por ser colina tinha seu valor depreciado no mercado imobiliário, não interessando ao “pessoal da cidade”. Percebe-se pelas marcações no mapa da Figura 33 que a área onde futuramente se instalará o Noviciado sequer estava incluída dentro de um bairro. Sobre a ocupação da área central da cidade, Eliane Veras da Veiga (1993, p.82) faz o seguinte comentário:

Além das ruas, praças e jardins, existiam outras áreas não edificadas dentro do polígono central. Alguns remanescentes destes espaços livres ainda podem ser encontrados, porque a escolha do sítio que se fundou, a sua implantação característica e as peculiaridades citadas do desenho urbano propiciaram a permanência de apreciáveis extensões de prolongados quintais colindantes, ou, simplesmente, de terrenos devolutos. As propriedades religiosas, por sua condição isenta, sobreviveram como grandes oásis, envolvidas pelo tecido viário em expansão. Alcançaram os nossos dias, em que por fim, estão sendo, se já não o foram, loteadas, vendidas e edificadas.



Figura 33: Mapa de 1900 destacando área dos futuros Colégio Bom Jesus e Noviciado da Divina Providência



Fonte: Veiga, 1993, p.123 [recursos gráficos elaborados pela autora]

Esses “vazios urbanos”, que foram inicialmente poupados por apresentarem obstáculos topográficos, hidrográficos ou geológicos, passam a interessar na segunda metade do século XX em decorrência do processo de modernização. Irmã Rainilde reflete sobre a transformação dos bairros Santa Mônica e Trindade com a implementação das universidades, onde a congregação também tinha extensa propriedade agrícola:

No Santa Mônica era a nossa chácara. Era uma grande roça. Já foi comprado tudo ali em 1909. A Trindade, onde as irmãs moram e o Santa Mônica. O Santa Mônica era uma grande propriedade de roça, como antigamente acontecia, porque não era cidade. Depois, tinha que abastecer aqui no colégio, com muitas irmãs, mais de cem internas, mais de cem meninas querendo ser irmãs. Sei que depois, com o tempo ampliou a universidade e aí o município decretou ‘cidade universitária’ toda aquela parte. Aí tivemos que nos

desfazer de tudo que tínhamos no Santa Mônica, pra lotear. Loteamos, é tudo área baixa. De repente, na década de... foi 90? – deu aquela enchente que pegou o Santa Mônica, pegou o Anchieta, que é dos padres do Catarinense<sup>88</sup>, deu aquela enchente grande no Santa Mônica e tem uma vala grande, larga, era um rio! Tava tudo limpinho pra escoar, porque é uma área em si úmida, aí quando aquilo transbordou pegou muitas casas.

Analisar a vista aérea percebida na Figura 34, associada ao relato da Irmã, resulta revelador na compreensão da paisagem, de suas rugosidades e das transformações ocorridas na cidade. Entender que o Santa Mônica “não era cidade”, que era uma chácara e que abastecia toda a comunidade religiosa, parece uma realidade distante, mas por outro lado, a constituição de cidade que se colocou sobre a paisagem também traz muitas inquietações. Não é difícil perceber que as cheias na região do Santa Mônica são causadas em parte pelo manguezal que por ali passa, aterrado para construir o novo bairro e cortado por estradas que conectam o centro à porção leste e norte da ilha.

Figura 34: Vista aérea da Trindade, Santa Mônica e “cidade universitária”



Fonte: Google Maps, 2019 [recursos gráficos elaborados pela autora]

<sup>88</sup> Em 1908, foi implementado o Gymnasio Santa Catarina, atual Colégio Catarinense, localizado no centro, pertencente a uma rede jesuíta.

Por serem ilhas de vegetação, que servem como refúgio para animais e contribuem no conforto térmico e infiltração de água da chuva, pode-se considerar que tanto o entorno da casa da Trindade como do noviciado no centro são patrimônios culturais em risco de se perder, quer seja pela especulação imobiliária que nunca cessou, quer seja pela não vinculação das novas moradoras a esses espaços de cultivo. Atualmente, residem no noviciado apenas três religiosas e uma noviça, sendo que a mais antiga chegou há somente quatro anos. Todas provenientes de outros estados (RS, MG e PR) e sem relação aparente com a cultura daqui. Sobre esse fato, Irmã Rainilde justifica:

A geração de agora já não é mais desse estilo, as coisas mudam, os trabalhos são diferentes, as ocupações. Então, antigamente tinha muitas irmãs que trabalhavam nas coisas domésticas: costura, bordado, jardim; tínhamos funcionários na lavanderia, cozinha. Quem trabalhava nos jardins, aquilo era um brilho.

Retrocedendo um pouco, percebe-se que os conhecimentos sobre o quintal açoriano presente na casa do noviciado da Divina Providência começaram a se perder desde a aquisição do espaço (ou mesmo desde antes, já que a família residente era de origem italiana e não se tem informação anterior a essa. As religiosas eram em sua maioria provenientes das colônias alemãs no estado e não conheciam algumas plantas que ali estavam. A própria Irmã Rainilde é nascida em Antônio Carlos e sua família vem de São Pedro de Alcântara. Suas impressões e convicções sobre o jardim refletem o conhecimento que tem sobre sua própria origem, hábitos e relações que estabeleceu com a natureza. Para ela,

O alemão não pode ter uma casa sem jardim. Tem que ter a casa murada, porque tem que ter jardim. O jardim tem uma dinâmica: na frente da casa ficam flores; no lado da casa, fica verdura; no outro lado, uma graminha porque antigamente se *coarava* roupa<sup>89</sup>; e nos fundos da casa, ficavam frutas. Toda casa de alemão tem isso. E nossas casas predominavam irmãs de origem alemã. De São Pedro, Antônio Carlos.

Nota-se também em sua fala que as mudanças advindas com a modernização e o incremento populacional trouxeram novos problemas,

---

<sup>89</sup> Na cultura popular, sabe-se que o sereno clareia a roupa, ajuda a tirar manchas.



como o aumento da criminalidade e o medo de invasão à propriedade privada, questões complexas que acontecem com mais frequência em cidades urbanizadas. Irmã Rainilde chegou a alterar a forma com que se referia ao quintal da Divina Providência, para não chamar atenção alheia: “[...] não chamamos mais de chacinha, porque induz que tem frutas e podem entrar pra roubar. Chamamos agora de florestinha.”

Uma segunda visita foi realizada junto com Gabriel Stroich da Costa e Cid Neto, com o intuito de identificar as plantas e marcos físicos do local (Figura 35). A visita foi acompanhada pela irmã Lore, que reside há quatro anos na casa, proveniente do estado do Mato Grosso. Habituada a cuidar de quintais, trouxe mudas de outros lugares e se interessou por conhecer as plantas daqui. A conversa e o passeio pelo quintal foram essenciais para a troca de conhecimentos, tanto para os pesquisadores, que puderam identificar a procedência de algumas plantas, como para a cuidadora, que conheceu novas espécies. As duas nogueiras (*Aleurites molucana*) centenárias, por exemplo, antes desconhecidas para ela, passaram a ter nome, história e função.

Figura 35: Segunda visita ao quintal da Divina Providência



Fonte: Da autora, 2019

A seguir, apresenta-se a ficha de catalogação museológica desse quintal preenchida com as informações apuradas ao longo da pesquisa. Não foi possível definir a idade das árvores, pois faltam dados relativos ao seu histórico, ainda que pelo porte de algumas delas seja possível

inferir que cheguem aos cem anos. As espécies típicas do quintal açoriano estão destacadas em amarelo, já que houve influências de acréscimos de espécies não típicas. Contudo, não há necessidade de ser tão categórica, pois os quintais variam ao estilo dos proprietários. Com o fim do uso produtivo efetivo do quintal, sendo o proprietário anterior de origem italiana, considerando ainda sua transformação num jardim de repouso e meditação, cuidado por pessoas que não têm necessariamente uma relação histórica com a prática e uso de descendência açoriana do quintal, muito possivelmente durante esses processos de compra e venda da casa, também tenham surgido novas espécies, formando uma mata mais densa, e que foram deixadas viver com a alteração dos modos de vida e de produção.

**PROPOSTA DE FICHA DE CATALOGAÇÃO MUSEOLÓGICA  
PARA QUINTAL AÇORIANO**

**Nome dado ao quintal:** Quintal da Divina Providência

**Características intrínsecas:**

**Localização:** Rua Gen. Nestor Passos, 28, centro de Florianópolis

**Dimensão:** 5.000m<sup>2</sup> (aprox.; fonte: Google Maps)

**Data de nascimento do sítio:** desconhecida

**Quantidade e presença de:**

ESPÉCIES ARBÓREAS					
Família	Espécie	Nome popular	Nat./Exót.	Qtde.	Idade aprox.
ANACARDIACEAE	<i>Anacardium occidentale</i>	Cajueiro	Exótica	1	
	<i>Mangifera indica</i>	Mangueira	Exótica	3	
	<i>Schinus terebinthifolius</i>	Aroeira-vermelha	Nativa	1	
	<i>Spondias dulcis</i>	Cajá-manga	Exótica	0	
ANNONACEAE	<i>Annona squamosa</i>	Fruta do conde	Exótica	2	
	<i>Annona muricata</i>	Graviola	Exótica	2	
APOCYNACEAE	<i>Plumeria rubra</i>	Jasmim-manga	Exótica	1	
ARAUCARIACEAE	<i>Araucaria columnaris</i>	Pinheiro-de-alemão	Exótica	1	

ARECA CEAE	<i>Dyopsis lutescens</i>	Areca-bambu	Exótica	2	
	<i>Euterpe oleracea</i>	Açaí	Exótica	1	
	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	Jerivá	Nativa	1	
BIGNONIA CEAE	<i>Handroanthus pulcherrimus</i>	Ipê-da-restinga	Nativa	1	
	<i>Handroanthus sp.</i>	Ipê-rosa	Exótica	1	
CARICA CEAE	<i>Carica papaya</i>	Mamão	Exótica	2	
CLUSIA CEAE	<i>Clusia criuva</i>	Mangue-formiga	Nativa	1	
	<i>Garcinia gardneriana</i>	Bacupari/ Baquipari	Nativa	0	
EBENA CEAE	<i>Diospyros kaki</i>	Caqui	Exótica	1	
ERYTHRO XYLACEAE	<i>Erythroxylum argentinum</i>	Baga-de-pomba	Nativa	2	
EUPHOR BIACEAE	<i>Aleurites molucana</i>	Nogueira	Exótica	2	
FABACEAE	<i>Caesalpinia férrea</i>	Pau-ferro	Exótica	1	
	<i>Cajanus cajan</i>	Feijão guandú	Exótica	4	
	<i>Delonix regia</i>	Flamboyant	Exótica	1	
	<i>Inga sp.</i>	Ingá	Nativa	3	
	<i>Senna macranthera</i>	Acácia	Exótica	1	
JUGLAN DACEAE	<i>Carya illinoensis</i>	Nogueira-pecã	Exótica	1	
LAURA CEAE	<i>Persea americana</i>	Abacateiro	Exótica	2	
MALPI GHIACEAE	<i>Malpighia emarginata</i>	Acerola	Exótica	1	
MALVA CEAE	<i>Ceiba speciosa</i>	Paineira-rosa	Exótica	1	
MORA CEAE	<i>Artocarpus heterophyllus</i>	Jaqueira	Exótica	1	
	<i>Ficus carica</i>	Pé-de-figo	Exótica	1	
	<i>Ficus sp.</i>	Figueira-da-folha-larga	Nativa	1	
	<i>Ficus sp.</i>	Figueira-da-folha-miúda	Nativa	1	
	<i>Morus nigra</i>	Moreira	Exótica	2	
MYRTA CEAE	<i>Campomanesia xanthocarpa</i>	Gabirola	Nativa	1	
	<i>Eugenia brasiliensis</i>	Grumixama	Exótica	4	
	<i>Eugenia uniflora</i>	Pitanga	Nativa	2	
	<i>Myrciaria glazioviana</i>	Cabeludinha	Exótica	1	
	<i>Plinia edulis</i>	Cambucá	Exótica	1	
	<i>Plinia peruviana</i>	Jabuticabeira	Exótica	2	
	<i>Psidium cattleianum</i>	Araçá	Nativa	1	
	<i>Psidium guajava</i>	Goiabeira	Exótica	2	
<i>Syzygium jambo</i>	Jambo	Exótica	2		

OXALIDA CEAE	<i>Averrhoa carambola</i>	Caramboleira	Exótica	0	
ROSA CEAE	<i>Malus sp.</i>	Macieira	Exótica	1	
	<i>Prunus persica</i>	Pessegueiro	Exótica	4	
	<i>Pyrus communis</i>	Pereira	Exótica	2	
RUBIA CEAE	<i>Coffea arabica</i>	Cafezeiro	Exótica	1	
RUTA CEAE	<i>Citrus limonia</i>	Limão-cravo	Exótica	8	
	<i>Citrus latifolia</i>	Limão-taiti	Exótica	2	
	<i>Citrus sp.</i>	Limão-galego		0	
	<i>Citrus sp.</i>	Bergamota	Exótica	4	
	<i>Citrus sp.</i>	Laranja-azedada	Exótica	0	
	<i>Citrus sp.</i>	Laranja-açúcar	Exótica	0	
	<i>Citrus sinensis</i>	Laranja	Exótica	6	
SALICA CEAE	<i>Casearia sylvestris</i>	Cafezeiro-do-mato	Nativa	1	
SAPINDA CEAE	<i>Allophylus edulis</i>	Murta-vermelha	Nativa	7	
	<i>Cupania vernalis</i>	Camboatá-vermelho	Nativa	3	
URTICA CEAE	<i>Cecropia glaziovii</i>	Embaúva	Nativa	2	

**Outras espécies não arbóreas:** Imbé (*Philodendrom bipinnatifidum*), Costela-de-adão, Milho (*Zea mays*), Cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), Pau d'água (*Dracaena sp.*), Hibisco, Gerânio, Cana-da-índia, Pitaya, Anturion, Guaco (*Mikania glomerata*), Capim-limão, Caeté (*Heliconia velloziana*), Mandioca (*Manihot esculenta*), Banana (*Musa spp.*).

#### Edificações e estruturas associadas:

(X) Casarão ( ) Ruínas, sendo: ( ) Marcos de pedra  
 ( ) Engenho \_\_\_\_\_ ( ) Marcos vivos  
 ( ) Rancho ( ) Chão de casa (árvores)  
 ( ) Alambique ( ) Muradas de ( ) "Acumulados de  
 ( ) Poço/Carioca pedra pedra" para roça  
 ( ) Criadouro de ( ) Eiras ( ) Trilhas e  
 animais ( ) Pontes caminhos

#### Características extrínsecas:

**Proprietários:** Congregação da Divina Providência

**Tombamento/Reconhecimento legal:** Sem tombamentos conhecidos

**Usos e atividades no sítio ao longo do tempo:** Imóvel pertencente à família da Irmã Glória Dominoni até 1996, quando é adquirida pela Divina

Providência – Cuidado pela Irmã Rainilde e funcionários (década de 1990 até 2012) – alugada aos padres jesuítas (2012 – 2015) – Cuidado pela Irmã Lore e funcionários (desde 2016). Uso atual para contemplação e formação da vida religiosa.

**Observações:** Cajá-manga, bacupari e caramboleira, limão-galego e laranjeiras típicas ausentes.

Jambo, pau-ferro, graviola e pessegueiros foram trazidos pela Irmã Lore do Mato Grosso e da Bolívia.

Outras estruturas associadas podem estar ocultas, enterradas.

*Sobre o casarão:* verificar existência de casa anteriormente construída na esquina; era velha e muito grande e foi demolida (história contada à Irmã Rainilde na época da compra); a casa nova foi posteriormente ampliada, mas a nova estrutura teve cupim e foi refeita. O assoalho da casa é original, as telhas foram trocadas. Posteriormente foi ampliada.

*Intempéries:* Ocorreram enchentes, com descida de pedras. Ainda hoje encontram-se materiais de construção e objetos provavelmente trazidos pelo rio nas épocas de chuva.

**Responsável pela conservação do sítio:** Irmãs da Divina Providência

**Responsável pelo preenchimento da ficha:** Fernanda do Canto (museóloga)

**Identificação das plantas:** Gabriel Stroich da Costa e Cid Neto (geógrafos)

**Data de preenchimento:** 28/01/2020

.....

Com o preenchimento da ficha, foi possível reunir as diversas informações coletadas nas visitas e nas entrevistas em um só documento, possibilitando a recuperação dos dados para futuros trabalhos de conservação das espécimes e pesquisas científicas. Também é um rico material de consulta para as proprietárias do quintal, que receberam uma cópia impressa da ficha preenchida, em março de 2020.

#### 4 APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

De nuestros miedos  
nacen nuestros corajes  
y en nuestras dudas  
viven nuestras certezas.

Los sueños anuncian  
otra realidad posible  
y los delirios otra razón.

En los extravíos  
nos esperan hallazgos,  
porque es preciso perderse  
para volver a encontrarse.

Eduardo Galeano

Com este trabalho, verificou-se a existência de lugares que funcionavam como unidades produtivas atreladas ao modo de vida local, encontrando-se atualmente caracterizados como fragmentos, identificados em ruínas e seus entornos, presentes em Unidades de Conservação e também em meio ao espaço urbano. As espécies arbóreas que dão vida a esses lugares estão lá, de forma asselvajada, indicando, ao mesmo tempo, o processo de sucessão ecológica e a resistência desses elementos na paisagem. Esses nichos de plantas alimentícias, cuidadas em sua maioria por particulares, garantem paisagem, habitat e corredor ecológico mesmo nas áreas urbanizadas, auxiliando no equilíbrio do modo de ocupação em função do meio ambiente e da cultura. Identificam-se ainda, potenciais pedagógicos, turísticos e científicos associados a esses territórios.

Carecem de patrimonialização e musealização e é preciso agir rápido. A acelerada implementação do conceito de cidade em todos os recantos, que parece agir de forma definitiva e irreversível verticalizando moradias e cobrindo de asfalto os caminhos, torna urgente a promoção de ações de conscientização e reconexão com esses lugares, de forma a retardar o processo de urbanização insustentável do ponto de vista ecológico e social. Essas modificações somente serão possíveis por meio de transformações culturais e tecnológicas.

José Antonio Lutzenberger, escritor, filósofo, agrônomo e ambientalista brasileiro traz a seguinte constatação em seu livro “Do jardim ao poder” (1985, p. 10):

Já não é necessário ser naturalista para ver que nossas cidades são monstruosas. Todos começamos a sentir que o que chamamos ‘progresso’ é, na verdade, uma corrida grotesca que nos torna cada dia mais neuróticos e desequilibrados.

Necessitamos de compensações. O jardim pode ser uma destas compensações [...]. Mesmo quando praticada em escala mínima, a jardinagem restabelece um certo elo entre o homem e a Natureza, abrindo-nos os olhos para seus mistérios. Tivéssemos mais jardins, públicos e privados, seria mais amena e menos embrutecedora a vida nas cidades.

Hugues de Varine (2013, p.140) aponta para a educação patrimonial como caminho, uma educação libertadora, que siga os princípios de Paulo Freire, que seja pautada na troca de saberes “entre as tradições orais, os saberes não formalizados, as práticas herdadas de um lado e os conhecimentos e referências eruditos, os aportes teóricos de pessoas de fora e mais formadas, por outro lado”, que leve as pessoas a serem protagonistas das decisões do seu entorno, apropriando-se de sua identidade cultural.

A educação patrimonial é para mim uma ação de caráter global, dirigida a uma população e a seu território, utilizando instituições como a escola ou o museu, mas sem se identificar com qualquer uma delas em particular. Seu objetivo é claramente o desenvolvimento local, e não uma mera aquisição de conhecimentos sobre o patrimônio, ou uma animação cultural. A proposta visa a levar o maior número possível de membros da comunidade a conhecer, a dominar e a utilizar o patrimônio comum dessa comunidade. A ação integra-se no projeto e no programa geral de desenvolvimento do território que ela acompanha, eventualmente evoluindo em função das necessidades deste desenvolvimento. (VARINE, 2013, p.137)

O reconhecimento dos quintais enquanto patrimônio cultural local promoveria o desenvolvimento de áreas interdisciplinares, conectando Museologia, Etnobotânica, Ciências Sociais, Geografia, Antropologia; e essas áreas de pesquisa, por sua vez, aproximariam as práticas museais a seus colaboradores principais, os próprios comunitários que detêm os conhecimentos tradicionais. Novas interações podem se estabelecer

envolvendo também a área da saúde e da educação. Com um tratamento museológico sobre o quintal é possível estabelecer uma política de aquisição e descarte adaptada a essa tipologia, identificando quais plantas são prioritárias e quais precisam ser adquiridas para o enriquecimento ambiental; é possível criar uma política de manutenção do Arboreto<sup>90</sup>, com substituição de espécimes perdidas e criação de um banco de sementes; é possível desenvolver atividades de educação patrimonial e de reconexão do ser humano com a natureza e consigo mesmo; é possível, enfim, aplicar os conceitos e as ferramentas da Museologia numa área pouco cultivada pelos museólogos até o momento, mas muito fértil em discussões com os conservadores da natureza. A base para essas atividades parte de uma junção entre Plano Museológico e Plano de Manejo, extraindo o melhor de cada instrumento.

Antonio Carlos Diegues disse recentemente num vídeo que é preciso desenvolver novos tipos de áreas protegidas. Talvez o quintal, principalmente o de domínio público, seja essa área de uso comum que o cientista social busca ao propor:

Fazer áreas de uso comum que não são dependentes de figuras de reservas extrativistas ou figuras de reserva de conservação. Eu acho que esse modelo que não é uma unidade de conservação de uso sustentável é mais democrático, pode funcionar melhor, desde que a associação de fato esteja organizada, tenha uma visão de futuro e assim por diante. Agora, se isso vai prosperar no Brasil, é difícil saber.

[...]

Hoje as comunidades se organizam contra as barragens, tentam se opor ao Estado e fazer uma conservação da natureza que seja mais participativa. Eu acho que essa ação dessas comunidades, não só em São Paulo como também no Paraná, e que muitas vezes não tem muita coisa a ver com a conservação, às vezes tem diretamente a ver com a cultura, manutenção de música, danças tradicionais, fandango, e as formas de vida que estão associadas ao fandango, à evolução dos barcos que levam as bandeiras do divino, as canoas. (DIEGUES, 2017)

---

<sup>90</sup> Coleção de espécimes florísticos. Há um Arboreto no jardim botânico de Florianópolis, implementado pelo DEPUC/FLORAM.



Essa organização social precisa contar com a parceria de pesquisadores e associações da sociedade civil para se efetivar. Importantíssimo que sejam firmados termos de convênios, parcerias e/ou cooperação técnico-financeiras entre as gestões que administram patrimônios e também delas com os demais agentes envolvidos no território, objetivando a proteção das culturas e do meio ambiente, estejam elas em áreas protegidas, museus, casarões tombados ou espaços não legitimados pelo Estado, mas de forte manifestação do patrimônio imaterial, que devem ser registrados como tal, reforçando sua proteção em mais uma instância de legitimação. Há inúmeras possibilidades de diálogo. Para citar algumas que se apresentam em Florianópolis e região:

- **Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade (CNPT)**

O CNPT foi criado em 1992, ainda na estrutura do IBAMA, sendo posteriormente vinculado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)<sup>91</sup> quando de sua criação em 2009. A sede é localizada em São Luís (MA) e possui bases avançadas em Rio Branco (AC), Goiânia (GO) e Florianópolis (SC). Como diretrizes, destaca-se a preocupação em estabelecer relações mais justas e uma comunicação mais adequada na elaboração de pesquisas científicas e no registro de propriedade intelectual que envolva as comunidades e povos tradicionais, trazendo-os a participar dos processos e garantindo a salvaguarda dos seus direitos quanto aos conhecimentos tradicionais, práticas, tecnologias, etc.

No site do CNPT, há uma breve descrição que se conclui assim:

Desta forma, não é possível discutir conservação da natureza sem discutir a relação entre povos e comunidades tradicionais e natureza, e sem discutir em que medida as relações sociais estabelecidas influenciam as tomadas de decisão, usos e manejo que se fazem dos recursos da biodiversidade brasileira.

---

<sup>91</sup> Portaria ICMBio 078/2009. Disponível em: <[https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-78-2009\\_213598.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-78-2009_213598.html)>. Acesso em 06/12/2019.

A Base Avançada do CNPT em Santa Catarina desenvolve atividades voltadas aos pescadores e maricultores, promovendo oficinas e encontros de formação com o propósito de instruí-los em relação à legislação e fomentar a união do grupo. Além disso, desde 2018 mantém um Acordo de Cooperação Técnica com a UFSC para o desenvolvimento de diversas ações, entre elas, a construção da “Rede de Conhecimentos sobre a Sociobiodiversidade”, em parceria com o Laboratório de Ecologia Humana e Etnobotânica (ECOHE/UFSC) e o Design Lab, laboratório do curso de Design (UFSC). Outro exemplo é a disciplina “Diálogos interdisciplinares: territórios, sociobiodiversidade e desenvolvimento”<sup>92</sup>, uma iniciativa inovadora, firmada em parceria com o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC (PPGICH), que aborda problemáticas complexas relacionadas às Unidades de Conservação, Comunidades Tradicionais Extrativistas e Quilombolas, com atividades de campo a esses territórios e exposições teóricas.

- **Núcleo de Estudos Açorianos (NEA/UFSC)**

Criado em 1984, o NEA/UFSC realiza um importante trabalho na salvaguarda dessas tradições culturais, atuando há três décadas na preservação, valorização e difusão desse legado. Firmou-se desde o primeiro ano um protocolo de cooperação e intercâmbio com a então recém-criada Universidade dos Açores, essencial para manter a relação de diálogo e reciprocidade com a origem. Outros convênios foram realizados com o Governo Regional dos Açores e outras instituições portuguesas. Desde o fim da década de 1990, realizam o Mapeamento da Cultura Açoriana no litoral catarinense, promovendo a capacitação de professores da rede pública enquanto agentes do mapeamento. Contam atualmente com 85% do território coberto pela pesquisa, atuando em 45 municípios (ALVES, 2016). Além da organização de semanas acadêmicas, congressos, encontros e colóquios, o NEA também promove diversas festas, incentivando a revitalização de grupos folclóricos e a celebração da cultura viva. Destaca-se a AÇOR – Festa da Cultura

---

<sup>92</sup> A emenda da disciplina pode ser encontrada no link: <<https://dich.paginas.ufsc.br/files/2019/07/Di%C3%A1logos-Interdisciplinares-2019-2.pdf>>. Acesso em 03/12/2019.

Açoriana em SC, evento anual e itinerante que já está em sua 26<sup>a</sup> edição. Em sua sede, localizada na UFSC, há um espaço expositivo e uma biblioteca com mais de 1.500 títulos disponíveis à consulta.

- **Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO)**

Fundado em 1990 por pequenos agricultores e técnicos interessados na formação de pequenas redes produtivas locais, foi reconhecido como entidade de utilidade pública em 1996 a nível estadual e municipal. Atua na forma de rede, formulando parcerias e convênios. Tem como missão promover a Agroecologia em rede em comunidades urbanas e rurais, fomentando a discussão e construção de políticas públicas nas áreas de Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional, Alimentação Escolar, Produção Orgânica, Diversificação da Fumicultura e Combate de Impactos dos Agrotóxicos.

Entre seus projetos, promove a articulação da Rede Catarinense de Engenhos de Farinha junto às famílias, aos órgãos municipais de Cultura e Agricultura, educadores e entusiastas, incentivando o desenvolvimento dessas pequenas agroindústrias familiares enquanto espaços contemporâneos de manutenção do patrimônio agroalimentar. Um de seus produtos é a elaboração do seguinte mapa (Figura 36):

Figura 36: Mapa cultural dos engenhos



Fonte: CEPAGRO, 2019

Em Florianópolis, guias de turismo, mediadores em museus e profissionais que trabalham com educação ambiental têm à disposição o curso de “Formação Continuada em Interpretação do Patrimônio Natural e Histórico-Cultural”, oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), reunindo conhecimentos de condução ambiental e cultural adaptados à realidade local. A interpretação do patrimônio reúne a sistematização de informações com intuito de produzir conexões emocionais e cognitivas entre os participantes, somando contribuições de diversas ciências, como Psicologia, Geografia, Biologia, História, Linguística e, claro, Museologia.

Diversas iniciativas já foram realizadas a fim de registrar o patrimônio imaterial de base açoriana, como o projeto “Cantares e Fazeres da Ilha de Santa Catarina” promovido pela Associação de Moradores de Santo Antônio de Lisboa e Casarão e Engenho dos Andrade, que realizou seis oficinas mensais com crianças do ensino fundamental, apresentando a elas gastronomia tradicional, cestaria, cerâmica, olaria, cantigas tradicionais, danças de roda, violão e percussão. Os/as oficinairos/as eram mestras e mestres do saber-fazer, pessoas idosas da própria comunidade, que compartilharam seus conhecimentos e histórias. Claudio Agenor de Andrade (apud ALVES, 2016, p. 243) comenta “[...] não queríamos que esse trabalho fosse apenas mais um registro, mas, sim, algo que pudesse proporcionar uma transmissão de conhecimento, reatando esse elo natural de ensinamentos dos mais velhos para os mais novos.”. Cientes do risco e da fragilidade das culturas orais, produziram um livro e um filme.

Há também avanços políticos. Em 2014 o Plano Diretor de Florianópolis instituiu os Inventários Municipais de Paisagem e do Patrimônio Material e o Registro dos Bens Intangíveis, reconhecendo:

[Art. 5]

X – a maricultura e as atividades marítimas ou correlatas consideradas tradicionais em Florianópolis, dentre as quais se incluem a pesca com tarrafas, com pandorgas, a pesca da tainha, os arrastões, os ranchos de pesca, os engenhos, o uso e a confecção de canoas e baleeiras, remos, cestos e samburás, são consideradas integrantes do patrimônio imaterial do Município e

como tal amparadas pela Lei, podendo suas práticas ser reguladas por regramento próprio. (Lei Complementar 482/2014)

No Plano Diretor também se definem conceitos para a Política de Conservação do Ambiente Natural e da Paisagem e do Patrimônio Cultural, que pelo menos em teoria se alinham às discussões nacionais e internacionais sobre os patrimônios:

Art. 20:

I – A Política de Conservação do Ambiente Natural consiste na aplicação específica do ordenamento territorial para a conservação dos recursos do meio ambiente, em especial da biodiversidade e da geodiversidade, tanto nas áreas especiais de conservação como nas áreas de ocupação urbana; e

II – A Política da Paisagem e do Patrimônio Cultural consiste em colocar a serviço da população, bens, manifestações e lugares reconhecidos como portadores de valor social, bem como garantir que a preservação da paisagem e do patrimônio seja referência e parâmetro para o desenvolvimento urbano.

Em 2017, é aprovado o Decreto Municipal 17.688, que dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Agricultura Urbana<sup>93</sup> e tem entre seus objetivos o incentivo ao cultivo de hortas urbanas em espaços públicos, comunitários ou residenciais como quintais, terraços, tetos, sacadas, escolas, creches, centros de saúde, centros de assistência social, entre outros;” e o “desenvolvimento de atividades pedagógicas, lúdicas e terapêuticas para a população geral”. Com esse Programa, pretende-se expandir as experiências já em curso sobre quintais, incentivando a pesquisa e a implementação de novos espaços de cultivo.

Outros destaques são o estabelecimento de metas para a compostagem, a instituição do Programa Florianópolis Capital Lixo Zero (Decreto 18.646/2018); a instituição do município como Zona Livre de Agrotóxicos em sua produção agrícola, pecuária, extrativista, e nas práticas de manejo dos recursos naturais (Lei 10.628/2019); e a Emenda

---

<sup>93</sup> Antecipando-se à Portaria 467/2018 do Ministério do Desenvolvimento Social que institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.

à Lei Orgânica 47/2019, que reconhece os direitos da natureza, incumbindo ao Município promover a harmonia com ela e propondo “[...]o manejo sustentável dos recursos de uso comum e as práticas agroecológicas, de modo a garantir a qualidade de vida das populações humanas e não humanas, respeitar os princípios do bem viver e conferir à natureza titularidade de direito.” (Art. 133 da Emenda à Lei Orgânica 47/2019)<sup>94</sup>.

A interação com o ambiente vivo tem implicações de bem-estar sobre os humanos ainda pouco difundidas no meio acadêmico ocidental, mas que ganham força entre os países orientais, no que se chama “banhos de floresta” (em japonês, *shinrin-yoku*). A prática consiste na exposição do “paciente” a lugares arborizados, que são apreendidos por meio dos sentidos, principalmente o olfato, pelo aroma que emana das árvores. Segundo o Dr. Qing Li<sup>95</sup>, é considerada “floresta” uma área maior que 0,3ha, com pelo menos 5km de comprimento e com cobertura vegetal superior a 30%, com árvores de 5 metros de altura mínima e largura superior a 20 metros. Deve ainda ser livre de poluição atmosférica e sonora, ter encostas suaves, caminhos manejados, fontes ou cursos d’água, variedade de plantas, boa iluminação e assessoramento de guias, terapeutas ou guardas florestais. Segundo ele, o *shinrin-yoku* pode reduzir a pressão arterial e ter efeito preventivo na formação de cânceros e no combate a bactérias, vírus e tumores; também apresenta efeitos psicologicamente relaxantes, ao aumentar a atividade do nervo parassimpático, aumentando a disposição física e reduzindo sintomas de ansiedade, depressão, irritação, fadiga e confusão mental (LI, 2018).

Os quintais açorianos, embora não sejam florestas, também apresentam um campo de experimentação interessante para o cumprimento tanto das propostas ecológicas e de bem-estar humano, quanto das funções de instrução e deleite, aproximando-se do conceito clássico de museu, e sendo espaço ideal para a troca de conhecimentos em grupo ou mesmo para a prática individual que exija concentração e

---

<sup>94</sup> A maioria dessas propostas vem do agrônomo e vereador Marcos José de Abreu, segundo mais votado do município de Florianópolis nas eleições de 2016.

<sup>95</sup> Qing Li é professor na *Nippon Medical School* (Tóquio, Japão), vice-presidente da *International Society of Nature and Forest Medicine* e presidente da Sociedade Japonesa de Medicina Florestal.

tranquilidade (como a escrita de um TCC, por exemplo). A Sociomuseologia enquanto museologia de perspectiva libertária, comprometida com princípios éticos, científicos, políticos e poéticos (CHAGAS; GOUVEIA, 2014), precisa se apropriar desses novos conhecimentos e tendências e aplicá-los à prática museal, usando de suas ferramentas interdisciplinares para criar pontes e estabelecer o diálogo entre os diversos agentes da sociedade.

Já é chegado o momento de se incluir nesse repertório de valores e princípios éticos uma gestão administrativa mais ecológica, que implemente boas práticas visando o consumo consciente e a gestão de resíduos, desafios do século XXI. A Permacultura<sup>96</sup> é outro caminho a se conhecer, já que abrange conhecimentos de diversas áreas científicas, indo muito além da agricultura.

Nos dias atuais, a permacultura transpassa desde à compreensão da ecologia, da leitura da paisagem, do reconhecimento de padrões naturais, do uso de energias e do bem manejar os recursos naturais, com o intuito de planejar e criar ambientes humanos sustentáveis e produtivos em equilíbrio e harmonia com a natureza.

Atualmente a permacultura é considerada uma ciência holística e de cunho socioambiental, que congrega o saber científico com o tradicional popular e visa, é claro, a nossa permanência como espécie na Terra. (SANTOS; VENTURI, 2020)

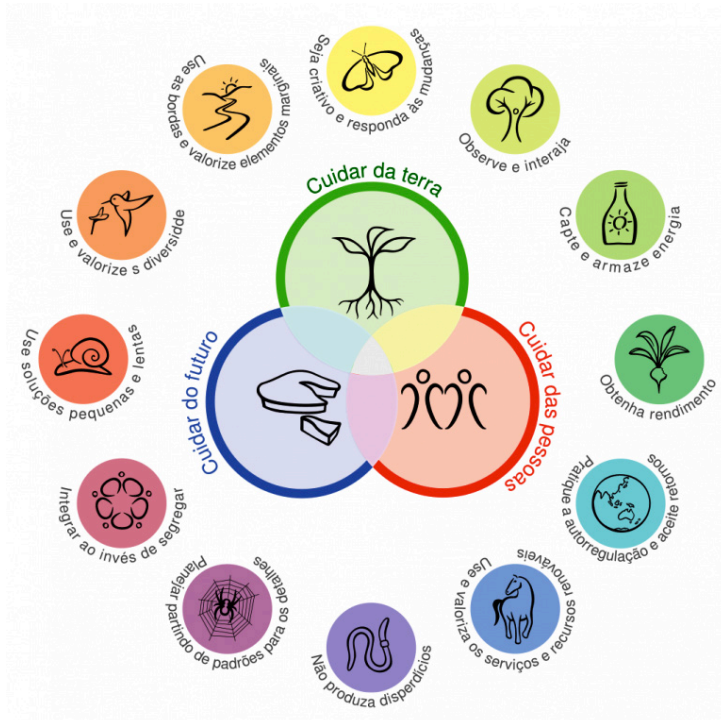
Os doze princípios de planejamento permacultural poderiam ser facilmente adaptados a qualquer Museu (Figura 37).

---

<sup>96</sup> A expressão é originada do inglês “*Permanent Agriculture*” e foi criada por Bill Mollison e David Holmgren na década de 1970 (SANTOS; VENTURI, 2020).



Figura 37: Os doze princípios de planejamento permacultural



Fonte: Santos; Venturi, 2020

Com todos esses exemplos e áreas confluentes, percebe-se que o patrimônio é resultado e vetor de transformação para a comunidade a que pertence e que todas as áreas do conhecimento podem se integrar nessa missão. A educação patrimonial conforme preconiza Varine (2013) age em diversos níveis, construindo tanto a noção de coletividade, fomentando a construção de um repertório de valores compartilhados, quanto a nível pessoal, alterando percepções e enriquecendo a forma como se vê o mundo, os outros e a si mesmo.

Diante do exposto, os quintais açorianos são compreendidos como uma expressão do patrimônio cultural material e imaterial presente na paisagem do litoral de Santa Catarina, representante legítimo das condicionantes históricas e sociais que forjaram a paisagem e o modo de

vida tradicional. Devem ser aproveitados e compreendidos em todas suas formas, especialmente nos espaços associados a museus e naqueles que apresentam características excepcionais, como o quintal da Divina Providência, que com boa vontade e planejamento integrado pode se converter em espaço de contemplação e pesquisa. Junto da casa, edificação também de valor histórico, é possível dinamizar o uso do espaço, consumando a ideia de implementação museológica, convertendo-se dessa forma numa nova opção funcional para a área, caso assim desejarem os proprietários. Espera-se que as debilidades e lacunas deste trabalho sejam incentivo para que muitos outros venham a colaborar com o reconhecimento dos quintais enquanto patrimônio e com a reconexão do ser humano com a natureza de forma plena e harmoniosa.

## REFERÊNCIAS

- ABAP. Carta da Paisagem das Américas, 2019. Disponível em: <<http://www.abap.org.br/abap/carta-da-paisagem-das-americas/>>. Acesso em: 17 dez. 2019.
- ABREU, Regina M. R. M.. Tradição e Modernidade: o Museu Histórico Nacional e seu acervo. *Cadernos Museológicos*, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 13-29, 1990.
- ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Trad. de Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- ALBERGARIA, Isabel Soares de. *Quintas, Jardins e Parques da Ilha de São Miguel (1785-1885)*. Lisboa: Quetzal Editores, 2000.
- AMOROZO, Maria Christina de Mello. Os quintais – funções, importância e futuro. *Quintais mato-grossenses: espaços de conservação e reprodução de saberes*. Cárceres: Editora Unemat, 2008.
- ALVES, Joi Cletison. (Org.) *Colóquio NEA 30 anos de história: preservando a herança cultural açoriana em Santa Catarina*. Florianópolis: Núcleo de Estudos Açorianos, 2016.
- AMAZONLINK. *Projeto Aldeias Vigilantes*. 2006. Disponível em: <<http://amazonlink.org/aldeiasvigilantes/>>. Acesso em: 17 dez. 2019.
- AMENDOEIRA, Ana Paula. Entrevista. *Boletim ICOM Portugal*. Série III, nº 6, mai. 2016.
- ARAUJO, Marcelo; BRUNO, Cristina. A declaração do Quebec de 1984. *A memória do pensamento museológico contemporâneo – Documentos e Depoimentos*. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM; FFLCH/USP, 1995.
- BARBOSA NETO, Aracídio de Freitas. *As relações socioambientais do Parque Municipal do Maciço da Costeira*. 2012. 339 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://parquemunicipalmaciodacosteira.wordpress.com>>. Acesso em: 17 ago. 2019.
- BARRIO, Ángel Espina; MOTTA, Antonio; GOMES, Mário Hélio. (Org.) *Inovação Cultural, Patrimônio e Educação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2009.
- BARROS, Manoel de. *Meu quintal é maior do que o mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

BERGER, Paulo (Comp.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC; Assembleia Legislativa, 1984.

BERJMAN, Sonia. El paisaje y el patrimonio. *Seminario Internacional: Los jardines históricos: aproximación multidisciplinaria*. Buenos Aires, Argentina, 17 a 20 de out. de 2001. Encontrado em: <[https://www.icomos.org/publications/jardines\\_historicos\\_buenos\\_aires\\_2001/conferencial.pdf](https://www.icomos.org/publications/jardines_historicos_buenos_aires_2001/conferencial.pdf)>. Acesso em: 17 jan. 2020.

BIGUAÇU (Município). *Lei nº 3752, de 20 de julho de 2017*. Cria o “Parque Natural Municipal Serra de São Miguel”, no município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. Biguaçu, SC, 20 jul. 2017. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/pvlcr>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

BRASIL. *Áreas Protegidas*. 2018. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil: texto promulgado em de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nos 1/92 a 52/2006. Brasília: Senado, 2006a.

BRASIL. *Decreto nº 3.551*, de 4 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 6.476*, de 5 de junho de 2008. Promulga o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em 3 de novembro de 2001, e assinado pelo Brasil em 10 de junho de 2002. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6476.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6476.htm)>. Acesso em: 04 dez. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 8.772*, de 11 de maio de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília, 11 mai. 2016.

BRASIL. *Decreto nº 91.775*, de 15 de outubro de 1985. Regulamenta a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a profissão de Museólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia. Brasília, 1985.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 25*, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 06 dez. 1937a.

BRASIL. *Lei nº 378*, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, 13 jan. 1937b.

BRASIL. *Lei nº 7.287*, de 18 de dezembro de 1984. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo. Brasília, 18 dez. 1984.

BRASIL. *Lei nº 9.985*, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza do Brasil (SNUC). Brasília, 18 jul. 2000.

BRASIL. *Lei nº 11.904*, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, 14 jan. 2009.

BRASIL. *Lei nº 13.123*, de 20 de maio de 2015. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 20 mai. 2015.

BRASIL. *Lei nº 13.146*, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 6 jul. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Convenção Sobre Diversidade Biológica*. 2020a. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/biodiversidade/conven%C3%A7%C3%A3o-da-diversidade-bio%C3%B3gica.html>>. Acesso em: 22 jan. 2020a.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Espécies exóticas invasoras: situação brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2006b. Disponível em: <<https://bit.ly/37wve9J>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC: Lei nº 9.985*, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006; *Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas*: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA/SBF, 2011.

BRASIL. ICMBio. *PortalBio*. 2020b. Disponível em: <<https://portaldabiodiversidade.icmbio.gov.br/portal/>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

BRÜGGEMANN, Fábio. *Ilha do Carvão*. Florianópolis: Cinema falado, 2016. (7 min.), HD, son., color. Disponível em: <<https://youtu.be/zN6MZytXQxM>>. Acesso em: 20 out. 2019.

BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FAE, 1994.

CAMPOS, Nazareno José de. *Terras comunais na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: FCC Edições, 1991.

CAMPOS, Nazareno José de. *Terras de uso comum no Brasil: abordagem histórico-socioespacial*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

CANDIDO, Manuelina Maria Duarte. Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro. *Cadernos de Sociomuseologia*. v. 20, nº 20; Lisboa: UCHT, 2003.

CARTA DE BAGÉ, *Carta da Paisagem Cultural*. Seminário Semana do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira, 13-18 ago. 2007, Bagé, RS. Disponível em: <[http://www.icomos.org.br/cartas/Carta\\_de\\_Bage\\_PaisagemCultural.pdf](http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Bage_PaisagemCultural.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CARTA DE COOPERAÇÃO DE MILÃO. 24ª Conferência Geral do ICOM, Fórum dos Ecomuseus e Museus Comunitários, 7 jul. 2016, Milão, Itália.

CARTA DE SIENA. Conferência Internacional ICOM Italia, 7 de jul., 2014, Siena, Itália.

CASTRO, Isabel; MOURA, Maria Alice Salles. *Aprendizados com conselhos gestores das unidades de conservação do Programa ARPA*. Brasília: MMA, 2009.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil*. Brasília: UNESCO; Educarte, 2008.

CECCA – Centro de Estudos Cultura e Cidadania. *Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 1997.

CHAGAS, Mário. Museus para uma sociedade sustentável: que futuro? *Boletim ICOM Portugal*, Série III, nº 3, mai. 2015.

CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM*. Ano 27, n. 41, dez. 2014.

- CÍCERO, Antônio. *Guardar: poemas escolhidos*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- COFEM. *Código de Ética Profissional do Museólogo*. Conselho Federal de Museologia, 23 de outubro de 1992. Rio de Janeiro, 1992.
- Coordenadoria Especial de Museologia. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação Bacharelado em Museologia*. Florianópolis: UFSC, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2Snv1Av>>. Acesso em: 12 fev. 2020.
- COSTA, Mauro Manoel da. *Sonhando com a floresta*. Ilha de Santa Catarina: Território criativo, 2014.
- CURY, Marília Xavier. *Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate*. São Paulo: Secretaria da Cultura; ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016.
- DECLARAÇÃO DE CARACAS, Venezuela, 5 de fevereiro de 1992. *Cadernos de Sociomuseologia*. nº 15, ICOM, 1999.
- DECLARAÇÃO DE OAXTEPEC, Oaxtepec, Morelos, México, 18 de outubro de 1984. Disponível em: <<http://www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/2014/07/declaracao-de-oaxtepec.pdf>>. Acesso em 11 jan. 2020.
- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. (Ed.) *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.
- DIEGUES, Carlos Antônio. *O mito moderno da natureza intocada*. 6a ed. São Paulo: Hucitec; Nupaub/USP/CEC, 2008.
- DIEGUES, Carlos Antônio. Territórios de Uso Comum e Privatizações - Prof. Antônio Carlos Diegues. Povos do Ribeira, 2017. (11 min.), HD, son., color. Disponível em: <<https://youtu.be/OJtyPOdL33o>>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- ENCICLOPÉDIA DELTA JÚNIOR. Rio de Janeiro: Ed. Delta, 1963. Vol. 7. p. 933-1088.
- FERNANDES-PINTO, Erika. *Sítios Naturais Sagrados do Brasil: inspirações para o reencantamento das áreas protegidas*. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- FERRETTI, Orlando Ednei. *Os espaços de natureza protegida na Ilha de Santa Catarina, Brasil*. Tese (Doutorado em Geografia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

FLORIANÓPOLIS (Município). *Decreto n° 17.688*, de 05 de junho de 2017. Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Agricultura Urbana. Disponível em: <<https://bit.ly/3b3K618>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

FLORIANÓPOLIS (Município). *Emenda à Lei Orgânica n° 47*, de 12 de novembro de 2019. Altera o art. 133 da Lei Orgânica do Município de Florianópolis. Disponível em: <<https://bit.ly/3b48S1b>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

FLORIANÓPOLIS (Município). *Lei n° 5.979*, de 02 de janeiro de 2002. Oficializa localizações e denominações dos caminhos e trilhas do município de Florianópolis. Disponível em: <<https://bit.ly/37VVwCk>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

FLORIANÓPOLIS (Município). *Lei Complementar n° 482*, de 17 de janeiro de 2014. Institui o plano diretor de urbanismo do município de Florianópolis que dispõe sobre a política de desenvolvimento urbano, o plano de uso e ocupação, os instrumentos urbanísticos e o sistema de gestão. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-florianopolis-sc>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

FLORIANÓPOLIS (Município). *Plano Municipal da Mata Atlântica – PMMA*. 2020. [no prelo]

FIGUEIROA, Apoena Calixto; SCHERER, Marinez Eymael. Para onde estamos indo? Uma avaliação do plano diretor do Município de Florianópolis para o entorno da Estação Ecológica de Carijós. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. v. 38, p. 283-301, ago. 2016. DOI: 10.5380/dma.v38i0.47110

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

FREIRE, Diego. Povos pré-colombianos podem ter evitado extinção da araucária: Dois mil anos antes de ameaçar a existência da árvore, o próprio ser humano teria proporcionado sua expansão. *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, v. 1, n° 278, 8 abr. 2019. Mensal. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/2019/04/08/povos-pre-colombianos-podem-ter-evitado-extincao-da-araucaria/>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.



GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro, 2007. (Museu, memória e cidadania).

GREGORIM, Clóvis Osvaldo. *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=5Bw9o>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. A interdisciplinaridade em Museologia [1981]. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. v.1. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

GUERRA, Marília Falcone. *Musealização de territórios e turismo de base comunitária: reflexões sobre a comunicação e a salvaguarda do patrimônio da Reserva Extrativista do Mandira, Cananéia/SP*. Dissertação (Mestrado em Museologia), Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, 2016.

HANAZAKI, Natalia. Duas Influências Etnobiológicas para uma Estudante de Graduação do Começo da Década de 1990. *Ethnoscintia*, [S.l.], v. 3, nº 2, jul. 2018. ISSN 2448-1998. Disponível em: <<http://www.ethnoscintia.com/index.php/revista/article/view/181>>. Acesso em: 29 Jan. 2020.

ICOMOS. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. *Jardins et Sites historiques*, 1993. Disponível em: <[www.icomos.org/publications/journal\\_scientifique1/js1\\_jardins\\_historiques.pdf](http://www.icomos.org/publications/journal_scientifique1/js1_jardins_historiques.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2020.

ICOM. Declaração de Québec. 1984. *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 15. ULHT, Portugal, 1999.

ICOM. Development of the Museum Definition according to ICOM Statutes (2007-1946). Disponível em <[http://archives.icom.museum/hist\\_def\\_eng.html](http://archives.icom.museum/hist_def_eng.html)>. Acesso em: 18 jan. 2020.

ICOM Brasil. *Questionário – Definição de Museu*. Secretaria, dez. 2019. Disponível em: <<http://www.icom.org.br/?p=1863>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

ICOM. *El ICOM anuncia la definición alternativa del museo que se someterá a votación*, 25 jul. 2019. Disponível em: <<https://icom.museum/es/news/el-icom>>

anuncia-la-definicion-alternativa-del-museo-que-se-sometera-a-votacion/>.

Acesso em: 18 jan. 2020.

IFLA Américas. *Carta da Paisagem das Américas*. Conferência Regional Seminário de Cultura Mexicana, Cidade do México, 28 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2Rr1WmY>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

INSTITUTOS DE ARQUITETOS DO BRASIL. *Santa Catarina recebe a primeira chancela de Paisagem Cultural Brasileira: Bens relacionados à imigração em Santa Catarina recebem a primeira chancela de Paisagem Cultural Brasileira*. 03 mai. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3aGxgpt>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

IPHAN. *Paisagem Cultural*. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto\\_paisagem\\_cultural.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2020.

IPHAN. *Patrimônio Imaterial – SC*. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/sc/pagina/detalhes/669>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

IPHAN. *Prorrogada a Consulta Pública sobre Paisagem Cultural*. 03 de julho de 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/38Btj3z>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

IPHAN. *Relatório técnico do grupo de trabalho da paisagem cultural brasileira*. Portaria Iphan nº 228/2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2U2q1m3>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

IPHAN. *Roteiros Nacionais de Imigração – SC*. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/671/>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

IUCN. International Union for Conservation of Nature. Disponível em: <<https://www.iucn.org/>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

JULIÃO, Letícia; TANUS, Gabrielle. Ensino da museologia no Brasil: teoria e interdisciplinaridade. *I Sebramus*, Belo Horizonte, 2014.

LACERDA, Victória Duarte. *Quintais do Sertão do Ribeirão: agrobiodiversidade sob um enfoque etnobotânico*. 2008. 55 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

LAGO, Mara Coelho de Souza. *Modos de vida e identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996a.

LAGO, Paulo Fernando. *Florianópolis: a polêmica urbana*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes; Palavra Comunicação, 1996b.

LI, Qing. *Shinrin-Yoku: A Arte Japonesa da Terapia da Floresta*. Portugal: Nascente, 2018.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 7, nº 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia (Org.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann. (Org.) *História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

MARQUES, Carolina Del Lama. *O fortalecimento da interface entre Ciência e Política no Brasil para a conservação da biodiversidade: avaliação dos instrumentos atuais e proposta de integração da Lista Vermelha de Ecossistemas*. Dissertação (Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável), Instituto de Pesquisas Ecológicas, Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, Nazaré Paulista/SP, 2017.

NASCIMENTO JÚNIOR, José do. *Currículo Lattes*. 2019. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8755330523509810>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

NASCIMENTO JUNIOR, José do. Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento. *MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia*, nº 4, 2009. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Museus, 2009.

NASCIMENTO JUNIOR, José do; TRAMPE, Alan; SANTOS, Paula Assunção dos (Org.). *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972*. Brasília: Ibram; MinC; Programa Ibero Museos, 2012.

NECKEL, Roselane. *A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

PADILHA, Renata Cardozo. *Documentação Museológica e Gestão de Acervo*. Florianópolis: FCC, 2014.

PEREIRA, Nereu do Vale. *O Sertão do Ribeirão*. Boletim da Comissão Catarinense de Folclore, ano XXXVII, nº 53, 2001.

PEREIRA, Nereu do Vale. *Os engenhos de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina: Etnografia Catarinense*. Florianópolis: Fundação Cultural Açorianista, 1993.

PIAZZA, Walter. *A Epopéia Açoriano-Madeirense 1748-1756*. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1992.

REDE CATARINENSE DE ENGENHOS DE FARINHA. *Comida de engenho: celebrando histórias à mesa*. Florianópolis: CEPAGRO, 2018.

REZENDE, Enio Antunes; RIBEIRO, Maria Teresa Franco. O cupuaçu é nosso? Aspectos atuais da biopirataria no contexto brasileiro. *Revista de Gestão Social e Ambiental – RGSA*, v.3, nº 2, p. 53-74, mai.–ago., 2009.

RIBEIRO, Thiago Marques. *Etnobotânica de Quintais Tradicionais da Planície Costeira do Campeche (Florianópolis/SC)*. 2009. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ROCHA, Luisa Maria. Patrimônio meio ambiente e museologia de relações: reflexões sobre um patrimônio no devir. *Museologia & Interdisciplinaridade: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação da Universidade de Brasília*. Vol IV, n 8, dez. 2015. Universidade de Brasília, 2015. pp. 107-128.

ROHR, João Alfredo. *O Sítio Arqueológico do Pântano do Sul*. Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.

SAMPAIO, Juliana Búrigo. *Florianópolis no processo de elaboração de seu plano diretor participativo, entre 2006 e 2014: um território em disputa*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SANTA CATARINA. COORDENADORIA ESPECIAL DE MUSEOLOGIA. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação Bacharelado em Museologia*. Florianópolis: X, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2Snv1Av>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

SANTOS, Leticia dos; VENTURI, Marcelo. *O que é permacultura?*. 2020. Disponível em: <<https://permacultura.ufsc.br>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 2. reimpr.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS JR., Roberto Fernandes dos; BRITTO, Clovis Carvalho. Hugues de Varine e os museus comunitários no Brasil. *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. 8 nº 15, jan. – jul., 2019. p. 323-327.
- SANTOS, Paula Carolina Favaretto. *Agricultura urbana no bairro do Campeche, Florianópolis/SC*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- SCHEINER, Tereza Cristina. *Apolo e Dioniso no templo das musas: museu, gênese, idéia e representações na cultura ocidental*. Dissertação (Mestrado), Departamento de Comunicação e Sistemas de Pensamento, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- SCHEINER, Tereza Cristina. O museu, a palavra, o retrato e o mito. *Museologia e Patrimônio – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS UNIRIO | MAST*, vol. I, nº 1, jul.-dez. 2008.
- SCHEINER, Tereza Cristina. Conferencia Magistral “Museología y Comunicacion: estrategias narrativas del patrimonio”. *Encuentro Internacional de Museología*. San Juan/Argentina: ICOFOM LAM; AMUPRI; ICOM, 2015. (75 min.), HD, son., color. Disponível em: <<https://youtu.be/3HF1mqEREvQ>>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- SCHEINER, Tereza Cristina. Museologia ou Patrimoniologia? Reflexões. *MAST Colloquia - Museu e Museologia: interfaces e perspectivas*, v. 11. Rio de Janeiro: MAST, 2009.
- SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A Massambu*. Porto Alegre; Florianópolis: editora Movimento; ACL, 1988.
- SECRETARÍA DEL CONVENIO SOBRE LA DIVERSIDAD BIOLÓGICA. *Principios y directrices de Addis Abeba para la utilización sostenible de la diversidad biológica (Directrices del CDB)*. Montreal: Secretaría del Convenio sobre la Diversidad Biológica, 2004. Disponível em: <<https://www.cbd.int/doc/publications/addis-gdl-es.pdf>>. Acesso em: 20/01/2019.
- SIQUEIRA, Graciele Karine. *Curso de Museus – MHN: 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio do Centro de Ciências Humanas e Sociais da

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Rio de Janeiro, 2009.

SPENCELEY, Anna; SNYMAN, Susan; EAGLES, Paul F. J.. Diretrizes para parcerias e concessões para o turismo em áreas protegidas: Gerando receitas sustentáveis para a conservação e o desenvolvimento. *Relatório para o Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica e a UICN*. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2uB53zV>>. Acesso em: 20/01/2019.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil*. 3ª ed. Iphan: Programa Monumenta, 2008.

THOREAU, Henry David. *Walden, ou, A vida nos bosques e A desobediência civil*. [1984] São Paulo: Ground, 2007.

TORREJÓN, Alan Trampe. Conferência 2: Valorização dos museus por meio da cooperação internacional - 10 anos da Declaração de Salvador. *7º Fórum Nacional de Museus*. Porto Alegre: Ibram, 2017. (100 min.), HD, son., color. Disponível em: <<https://youtu.be/QeRfZlzbKmA>>. Acesso em: 20 out. 2018.

OLIVEIRA, Flávia Camargo de et al. Avanços nas pesquisas etnobotânicas no Brasil. *Acta Botanica Brasilica*, São Paulo, v. 23, nº 2, p. 590-605, jun. 2009. Disponível em <<https://bit.ly/3aVgi6U>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

UNESCO. *A UNESCO no Brasil e no mundo*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

UNESCO. *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972.

UNESCO. *Guidelines for the Establishment of Living Human Treasures System*. UNESCO; Korean National Commission for UNESCO, 2002. [Diretrizes para o estabelecimento do sistema de Tesouros Humanos Vivos]

UNESCO. *Recomendação da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*, reunida em Paris, em 12 de dezembro de 1962.

UNESP em Pauta | Paisagem Cultural. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2015. (10 min.), son., color. Disponível em: <<https://youtu.be/zfXkPbQah0I>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

ONU. *Declaração da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*, reunida em Estocolmo, de 5 a 16 de junho de 1972.

ONU. *Declaração do Rio / Carta da Terra da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.

VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina, a ilha*. Florianópolis: Impr. Oficial do Estado de Santa Catarina, 1984.

VEIGA, Eliane Veras da. *Memória urbana*. Florianópolis: Editoria da UFSC; Fundação Franklin Cascaes, 1993.

VIEIRA, Daniel de Souza Leão. Paisagem e imaginário: contribuições teóricas para uma história cultural do olhar. *Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 3, ano 3, nº 3, jul. ago. set. de 2006. Disponível em: <<http://revistafenix.pro.br/PDF8/DOSSIE-ARTIGO7-Daniel.Souza.Leao.Vieira.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

WEISSHEIMER, Maria Regina. Paisagem Cultural Brasileira: do conceito à prática. *Revista Fórum Patrimônio*, v. 5, nº 2, 2012. Disponível em: <<https://go.aws/2GjcUoI>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

**ANEXO 1: Guias de entrevistas****GUIA DE ENTREVISTA 1**  
**Quintal da Divina Providência**

Nome da entrevistada:

Quais atividades são desenvolvidas nesse espaço?

Há quanto tempo desenvolvem essas atividades aqui?

Por que mantêm dessa forma?

O quintal é tombado?

Se sim, a medida de tombamento é vista como positiva ou negativa?

Por que motivos mantêm a propriedade como ela era antigamente?

Sabem quais são as espécies presentes no quintal?

Tiram algum proveito delas?

Quem cuida do jardim?

\*

Conhecem o Museu Casa dos Açores?

Já imaginaram a musealização desse espaço?

Tem interesse na promoção do patrimônio?

Tem interesse em ampliar o conjunto de atividades desenvolvidas?

Tem interesse em criar ali um Museu?

---

**GUIA DE ENTREVISTA 2**  
**Museu Casa dos Açores**

Nome da entrevistada:

Qual a história desse espaço?

Que instrumentos de proteção legal incidem sobre esse espaço?

Que atividades culturais foram e são desenvolvidas no jardim?

Por que mantêm dessa forma?

Quem cuida do jardim?

\*

Quais os principais desafios na gestão desse espaço, associado ao Museu e limite ao Parque?



## ANEXO 2: TABELA DE MARCOS DOCUMENTAIS DO PATRIMÔNIO E MEIO AMBIENTE

CARTAS PATRIMONIAIS	MARCOS LEGAIS	CARTAS AMBIENTAIS
<b>1910</b>		
	1910 Criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI)	
<b>1920</b>		
<b>1930</b>		
1931 Carta de Atenas: Carta do Restauo sobre a conservação do patrimônio artístico e arqueológico do Serviço Internacional de Museus		
1933 Segunda Carta de Atenas sobre a conservação do patrimônio histórico		
	1934 Constituição Federal Código Florestal -	
	1937 Criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)	
	1937 Decreto-Lei nº 25 Institui o Tombamento	
<b>1940</b>		
1945: Criação da Organização das Nações Unidas · (ONU)		
1946: Criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura · (UNESCO)		
1948: Criação da União Internacional para a Conservação da Natureza · (IUCN)		
<b>1950</b>		
1956: Criação do Centro Internacional para a Conservação e Restauração de Monumentos · (CCROM)		

<b>1960</b>		
1962 Recomendação de Paris sobre a beleza cênica de paisagens e Sítios		
1964: Criação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios · (ICOMOS)		
1964 Carta de Veneza Carta Internacional para a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios	1964 Criação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)	
	1965 Código Florestal brasileiro Lei nº 4.771	1965 Diploma Europeu de Áreas Protegidas Prêmio Internacional para a preservação da natureza biológica, geológica e diversidade paisagística
1967 Normas de Quioto Sobre a Preservação e Utilização dos Monumentos e Sítios de Valor Artístico e Histórico	1967 Criação da FUNAI no lugar do SPI	
		1968 Criação do Clube de Roma
<b>1970</b>		
	1970 IPHAN em substituição do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	
		1971 Convenção Ramsar sobre zonas úmidas

		<p>1971 Programa Homem e Biosfera Programa de cooperação científica internacional sobre as interações entre o homem e o ambiente</p>
<p>1972 Recomendação de Paris: Patrimônio Mundial Cultural e Natural UNESCO</p>		<p>1972 Conferência de Estocolmo ONU</p>
<p>1972 Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile ICOM: Museu Integral</p>		
<p>1975 Declaração de Amsterdã Conservação do monumento deve considerar sua ambiência. Conservação integrada entre o planejamento do uso do solo e o planejamento urbano regional</p>	<p>1975 Criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)</p>	
		<p>1976 A Arquitetura Rural no Ordenamento do Território Conselho da Europa</p>

1977 Carta de Machu Picchu sobre importância cultural e social do patrimônio histórico			
<b>1980</b>			
			1980 Carta de Burra conservação de um bem exige a manutenção do entorno visual apropriado, no plano das formas, escala, cores, textura, etc.
1981 Carta de Florença: salvaguarda dos Jardins Históricos ICOMOS	1981 Lei nº 6.938: PNMA Política Nacional de Meio Ambiente		
1982 Carta de Florença: salvaguarda dos Jardins Históricos			1982 Declaração de Nairóbi sobre a proteção ambiental
			1983 Declaração de Roma conservação integrada do patrimônio cultural
1984 Reunião de Oaxtepec México · ICOM	1984 Lei nº 7.287	1984-1986 Tombamento do Terreiro Casa Branca, em Salvador/BA	
1984 Declaração de Quebec Nova Museologia ICOM	Regulamentação da profissão do Museólogo		
1985 Carta do México: Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais			

1987 Carta de Washington Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas		1987 Relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum”: Desenvolvimento sustentável
	1988 Constituição Federal Art. 215, 216, 225, 231, 232 e ADCT 68	
1989: Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais · (OIT)		
1989 Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular UNESCO	1989 Lei nº 7.804 altera PNMA e cria Resex (precursora da categoria VI da IUCN)	1989 Carta de Cabo Frio Salvaguarda do patrimônio natural e cultural da América Latina
<b>1990</b>		
1992 Convenção do Patrimônio Mundial em Santa Fé, México Paisagem Cultural		1992 Eco 92 Convenção sobre a Diversidade Biológica, no Rio de Janeiro
1992 Declaração de Caracas · ICOM		
1993 Livro Vermelho das Línguas Ameaçadas [atual Atlas Mundial das Línguas em Perigo]		
1994 Declaração de Lisboa		

		1995 Recomendação nº R (95) 9 Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas
1997 Declaração sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes em Relação às Gerações Futuras (UNESCO)		
1997 Carta de Mar del Plata sobre patrimônio intangível		
1997 Proclamação de Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade (UNESCO)		
1998: Declaração de Estocolmo sobre patrimônio cultural		
1999 Carta de Burra ICOMOS Austrália Conservação de Lugares de Significado Cultural	1999 Lei nº 9.795 Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)	1999 Carta Internacional do Turismo Cultural (Carta de Ethos, México) Gestão do Turismo nos Sítios com Significado Patrimonial

2000		
	2000 Lei nº 9.985 Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)	2000 Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança [parte da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)]
	2000 Decreto Federal nº 3.551 Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI)	
2001 Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO)		2001 Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura Roma/Itália
	2002 Decreto nº 4.339 Enfoque ecossistêmico da Convenção sobre Diversidade Biológica (V/5, 2000) na Política Nacional de Biodiversidade (PNB)	
2003 Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO)		
2004 Carta do patrimônio natural no Brasil		
2005 Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO)		2005 Declaração de Paris Conservação das Paisagens Históricas Urbanas
		2005 Declaração de Xi'an (China) Princípios e recomendações para a proteção e conservação das edificações, dos sítios e das áreas de patrimônio cultural

	2006 Decreto nº 5.758 Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)	
2007 Relatório de Olinda Sobre as Paisagens Históricas Urbanas nas Américas	2007 Decreto nº 6.040 Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)	
2008 Declaração de Foz do Iguaçu Sobre o Espírito do Lugar	2008 Decreto nº 6.476 Promulga o Tratado Internacional sobre Recursos Filogenéticos para a Alimentação e a Agricultura	
<b>2010</b>		
		2010 Doze Princípios da Carta Brasileira da Paisagem Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (IFLA)
	2012 Código Ambiental Lei nº 12.651	
	2015 Lei nº 13.123 Acesso ao patrimônio genético	
2016 ICOM tema “Museus e paisagem cultural”		
	2017 Decreto Municipal nº 17.688 Política de Agricultura Urbana	
2018: Carta da Paisagem das Américas · Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (IFLA)		



Trabalho de Conclusão de Curso submetido à  
Universidade Federal de Santa Catarina como  
parte dos requisitos necessários para a obtenção  
do Grau de Bacharelado em Museologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Thainá Castro Costa  
Figueiredo Lopes

Coorientador: Aracídio de Freitas Barbosa Neto

Florianópolis, 2020